



ORGANIZADORES

Cíntia Fiorotti Lima

Eric Gustavo Cardin

FRONTEIRAS e MIGRAÇÕES

Políticas públicas
e o acesso a direitos em
municípios fronteiriços



PPGSCF
Programa de Pós-Graduação em
Sociedade, Cultura e Fronteiras



ORGANIZADORES

Cíntia Fiorotti Lima

Eric Gustavo Cardin

FRONTEIRAS e MIGRAÇÕES

Políticas públicas
e o acesso a direitos em
municípios fronteiriços



PPGSCF
Programa de Pós-Graduação em
Sociedade, Cultura e Fronteiras

| São Paulo

| 2026



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

F935

Fronteiras e Migrações: políticas públicas e acesso à direitos em municípios fronteiriços / Organização Cíntia Fiorotti Lima, Eric Gustavo Cardin. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2026.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-657-9

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-657-9

1. Migração. 2. Políticas Públicas. 3. Direitos humanos.
4. Fronteiras. 5. Educação. I. Lima, Cíntia Fiorotti (Org.).
II. Cardin, Eric Gustavo (Org.). III. Título.

CDD: 325

Índice para catálogo sistemático:

I. Migração - Políticas Públicas

Simone Sales - Bibliotecária - CRB: ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2026 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2026 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).
Os termos desta licença estão disponíveis em:
<<https://creativecommons.org/licenses/>>.
Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.
O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata Júlia Marra Torres
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Imagens da capa	Freepik, Infinitepng - Magnific.com
Tipografias	Acumin, Neue Aachen Pro, Belarius Sans
Revisão	Nitielle Floriano Dias
Organizadores	Cíntia Fiorotti Lima Eric Gustavo Cardin

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski <i>Universidade La Salle, Brasil</i>	Bernadette Beber <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Adriana Flávia Neu <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos <i>Universidade do Vale do Itajaí, Brasil</i>
Adriana Regina Vettorazzi Schmitt <i>Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa <i>Universidade Federal da Paraíba, Brasil</i>
Aguimario Pimentel Silva <i>Instituto Federal de Alagoas, Brasil</i>	Caio Cesar Portella Santos <i>Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil</i>
Alaim Passos Bispo <i>Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil</i>	Carla Wanessa do Amaral Caffagni <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Alaim Souza Neto <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Carlos Adriano Martins <i>Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil</i>
Alessandra Knoll <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Carlos Jordan Lapa Alves <i>Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil</i>
Alessandra Regina Müller Germani <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Caroline Chioquetta Lorenset <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Aline Corso <i>Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil</i>	Cassia Cordeiro Furtado <i>Universidade Federal do Maranhão, Brasil</i>
Aline Wendpap Nunes de Siqueira <i>Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil</i>	Cássio Michel dos Santos Camargo <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil</i>
Ana Rosangela Colares Lavand <i>Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil</i>	Cecilia Machado Henriques <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
André Gobbo <i>Universidade Federal da Paraíba, Brasil</i>	Christiano Martino Otero Avila <i>Universidade Federal de Pelotas, Brasil</i>
André Tanus Cesário de Souza <i>Faculdade Anhanguera, Brasil</i>	Cláudia Samuel Kessler <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil</i>
Andressa Antunes <i>Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil</i>	Cristiana Barcelos da Silva <i>Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil</i>
Andressa Wiebusch <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Cristiane Silva Fontes <i>Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil</i>
Andreza Regina Lopes da Silva <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Daniela Susana Segre Guertzenstein <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Angela Maria Farah <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>	Daniele Cristine Rodrigues <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Anísio Batista Pereira <i>Universidade do Estado do Amapá, Brasil</i>	Dayse Centurion da Silva <i>Universidade Anhanguera, Brasil</i>
Antonio Edson Alves da Silva <i>Universidade Estadual do Ceará, Brasil</i>	Dayse Sampaio Lopes Borges <i>Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil</i>
Antonio Henrique Coutelo de Moraes <i>Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil</i>	Deilson do Carmo Trindade <i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Brasil</i>
Arthur Vianna Ferreira <i>Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil</i>	Diego Pizarro <i>Instituto Federal de Brasília, Brasil</i>
Ary Albuquerque Cavalcanti Junior <i>Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil</i>	Dorama de Miranda Carvalho <i>Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil</i>
Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior <i>Universidade Federal da Bahia, Brasil</i>	Edilson de Araújo dos Santos <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Bárbara Amaral da Silva <i>Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil</i>	Edson da Silva <i>Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil</i>

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Estevão Schultz Campos

Centro Universitário Adventista de São Paulo, Brasil

Éverly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrícia Lopes Pinheiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fauston Negreiros

Faustidade de Brasília, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Flávia Fernanda Santos Silva

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Gabriela Moysés Pereira

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Gabriella Eldereti Machado

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehler Pollnow

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geuciane Felipe Guerim Fernandes

Universidade Federal do Pará, Brasil

Geymeesson Brito da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges

Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles

Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Joao Adalberto Campato Junior

Universidade Brasil, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa

Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura

Universidade São Francisco, Brasil

Jonathan Machado Domingues

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Juliano Milton Kruger

Instituto Federal do Amazonas, Brasil

Juliano Pizzano Ayoub

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro

Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik

Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lauro Sérgio Machado Pereira

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Brasil

Leonardo Freire Marino

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Letícia Cristina Alcântara Rodrigues

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Luiz Eduardo Neves dos Santos

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Maikel Pons Giralt

Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil

Manoel Augusto Polastrelli Barbosa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Márcia Alves da Silva

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos

Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcus Fernando da Silva Praxedes

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva

Instituto Federal do Piauí, Brasil

Marines Rute de Oliveira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Maurício José de Souza Neto

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai

Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neide Araujo Castilho Teno

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil

Neli Maria Mengalli

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging

Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patrícia Helena dos Santos Carneiro

Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Rainei Rodrigues Jadejiski

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Raul Inácio Busarello

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ricardo Luiz de Bittencourt

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano

Universidade Federal de Ubertândia, Brasil

Robson Teles Gomes

Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos

Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho

Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama

Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tatiana da Costa Jansen

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Tayson Ribeiro Teles

Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto

Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Vanessa de Sales Marruche

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Universidade Estadual do Centro Oeste, Brasil

Vania Ribas Ulbricht

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Vinicius da Silva Freitas

Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Wenis Vargas de Carvalho
Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alcidinei Dias Alves
Logos University International, Estados Unidos

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Artur Pires de Camargos Júnior
Universidade do Vale do Sapucaí, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo B. Alves
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Davi Fernandes Costa
Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Brasil

Denilson Marques dos Santos
Universidade do Estado do Pará, Brasil

Domingos Aparecido dos Reis
Must University, Estados Unidos

Edson Vieira da Silva de Camargos
Logos University International, Estados Unidos

Edwins de Moura Ramires
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Ubertândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Jonas Lacchini
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Nívea Consuêlo Carvalho dos Santos
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Rayner do Nascimento Souza
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Sidney Pereira Da Silva
Stockholm University, Suécia

Suêlen Rodrigues de Freitas Costa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Walmir Fernandes Pereira
Miami University of Science and Technology, Estados Unidos

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

Apresentação	12
---------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

Karla Karine de Maria Luciano

A proteção social básica no município de Foz do Iguaçu e os migrantes internacionais	17
---	-----------

CAPÍTULO 2

Edinalva Severo

Fronteiras e migrações: atendimento ao migrante no município de Foz do Iguaçu-PR.....	37
--	-----------

CAPÍTULO 3

Cíntia Fiorotti Lima

Eric Gustavo Cardin

Migração e proteção social no município de Foz do Iguaçu-PR.....	51
---	-----------

CAPÍTULO 4

Erika Luana Lopez Flores

Anderson Luís do Espírito Santo

Redes de acolhimento e políticas públicas para migrantes em Corumbá (MS), na fronteira Brasil-Bolívia.....	76
---	-----------



CAPÍTULO 5

Cátia Regina Guidio Alves de Oliveira

Franciele Maria Martiny

José Lindomar Coelho Albuquerque

Jorgelina Ivana Tallei

**Paisagem linguística
nas escolas de Foz do Iguaçu:**

entre a pluralidade cultural

e a invisibilidade das línguas 100

CAPÍTULO 6

Tarissa Marques Rodrigues dos Santos

Patrícia Teixeira Tavano

Suzana Vinícia Mancilla Barreda

Mariana Vaca Conde

Políticas de educação e migração:

a experiência com a construção do Protocolo

de Acolhimento e Atendimento ao Migrante

Internacional em Corumbá (MS) 120

Sobre a organizadora e o organizador..... 131

Sobre os autores e as autoras..... 132

Abreviaturas utilizadas..... 135

Índice remissivo..... 137



Ao Pedro, Francisco e Martín

APRESENTAÇÃO

O livro “Fronteiras e Migrações: políticas públicas e acesso à direitos em municípios fronteiriços” tem como objetivo divulgar parte dos resultados obtidos na pesquisa “Atendimento e acolhida aos migrantes internacionais em municípios de fronteira: análise e acompanhamento na implantação de protocolos de acolhimento a pessoas em diferentes situações migratórias em Foz do Iguaçu (PR) e Corumbá (MS)”. Trabalho coletivo, viabilizado e financiado por meio do edital pró-humanidades do CNPq, e coordenado pelo professor Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira (UFMS).

Um de seus principais objetivos foi analisar e contribuir com a construção de políticas públicas direcionadas à população migrante em dois municípios localizados na faixa de fronteira brasileira, Foz do Iguaçu-PR e Corumbá-MS. Devido aos respectivos vínculos institucionais dos pesquisadores que atuaram no estudo, os trabalhos de campo efetivados contaram com a presença de profissionais de diferentes instituições de ensino e pesquisa, mais especificamente da UFMS, campus Pantanal, da Unila, da Unifesp, da Unioeste e do Lafront.

Durante os três anos despendidos para a sua execução, foram realizadas visitas de campo, workshops, entrevistas, eventos, construção de banco de dados e publicação de artigos, atividades que absorveram mais de duas dezenas de pesquisadores e pesquisadoras. Agora, concluindo o cronograma previsto, chega ao público geral duas coletâneas com diferentes reflexões derivadas do estudo desenvolvido. A primeira, organizada e disponibilizada pelo Programa de Pós-graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, corresponde a esta obra em específico, enquanto a segunda deverá ser publicada posteriormente.

A primeira publicação apresenta seis capítulos que englobam as realidades das cidades estudadas em duas dimensões específicas, primeiramente os serviços oferecidos pelas Secretarias de Assistência Social e, em um segundo momento, pelas Secretarias de Educação. O eixo que articula as reflexões realizadas nas diferentes experiências é o acesso aos direitos sociais por parte da população migrante que se encontra em Foz do Iguaçu (PR) e Corumbá (MS).

O primeiro capítulo, elaborado pela assistente social e servidora da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (PR), Karla Karine de Maria Luciano, problematiza a relação entre as migrações internacionais e a política de assistência social. Em grande medida, a autora afirma que esses processos estão vinculados à formação e ao desenvolvimento dos Estados nacionais, às diferentes formações socioeconômicas e seus modos de produção, ao desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista e aos seus mecanismos de acumulação, estando, conseqüentemente, articulados com a divisão internacional do capital.

Diante deste contexto macrosociológico, a inquietação que impulsiona as reflexões da autora busca, dentro de seus limites temporais e espaciais, analisar em que medida a demanda migratória está incluída no escopo da política de Assistência Social, com foco na proteção social básica, no município fronteiro de Foz do Iguaçu, Paraná. Trata-se então, de um olhar crítico sobre os processos migratórios e sobre as atuais estruturas desenvolvidas para o atendimento da população migrante em uma região que encontra suas particularidades originadas da intensa movimentação de migrantes.

O segundo capítulo é de autoria de Edinalva Severo, também assistente social da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (PR). Embora reconheça os elementos estruturais relacionados aos processos migratórios, a contribuição da autora adquire importância por observar a importância do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) como a “porta de entrada” para acesso aos programas e benefícios

socioassistenciais do SUAS através da inserção no Cadastro Único, independentemente da nacionalidade ou situação migratória.

Desta forma, o CAD-Único torna-se um instrumento de mapeamento e identificação, adequado para realização de diagnósticos sociais. Neste sentido, a pesquisa apresentada parte dos dados dos imigrantes inscritos e com cadastros ativos no sistema CAD-Único em agosto de 2023, por nacionalidade e região da cidade que residem, conforme georreferenciamento dos territórios de abrangência dos cinco CRAS existentes em Foz do Iguaçu (PR).

O terceiro capítulo de autoria dos professores Eric Cardin e Cíntia Fiorotti mantém a atenção do estudo no município de Foz do Iguaçu, mas apresenta uma diferença significativa. Enquanto os dois primeiros capítulos são mais concentrados na organização e no funcionamento dos equipamentos de assistência social, observando as políticas envolvidas, a contribuição de Cardin e Fiorotti explora não somente o perfil do migrante, mas também a relação deles com os serviços oferecidos.

Para tanto, o texto é construindo por meio da análise de dados quantitativos levantados através da aplicação de questionários fechados entre os migrantes que utilizam os serviços públicos de Foz do Iguaçu (PR). Embora as informações obtidas envolvam uma ampla lista de indicadores e possibilidades analíticas, a reflexão apresentada focaliza principalmente as relações entre a população migrante e o mercado de trabalho.

O quarto capítulo apresenta dados produzidos e analisados em Corumbá (MS). Neste texto, Erika Luana Lopez Flores e Anderson Luís do Espírito Santo fazem uma apresentação geral sobre as mudanças dos processos migratórios no Brasil e aprofundam a análise quando abordam a questão especificamente na fronteira do Brasil com a Bolívia. O objetivo da pesquisa apresentada foi investigar como redes formais e informais atuam no acolhimento de migrantes em Corumbá.

Especificamente, a contribuição textual busca identificar o papel de redes sociais e dos coletivos no apoio a população migrante, destacando potencialidades e limitações para se articularem com as políticas públicas, além de reconhecer as respostas institucionais do poder público a partir da legislação e políticas existentes. Trata-se de um estudo rico, elaborado por meio de uma triangulação de métodos que garante profundidade e, ao mesmo tempo, abrangência no trabalho com o tema.

O quinto capítulo, derivado do trabalho de uma grande equipe, coloca a educação em um lugar central do debate sobre direitos sociais direcionados para os migrantes. Cátia Regina Guidio Alves de Oliveira, Franciele Maria Martiny, José Lindomar Coelho Albuquerque e Jorgelina Ivana Tallei afirmam que a educação escolar oferecida nas regiões de fronteira envolve fatores “particulares e únicos que interferem nas relações sociais e ativam a necessidade de criação de diferentes formas e estratégias para a condução das práticas pedagógicas e escolares”.

Partindo deste pressuposto, o capítulo problematiza alguns dos elementos constituintes da realidade daqueles espaços onde se oferece a educação escolar obrigatória, dentre eles, a paisagem instituída, no município de Foz do Iguaçu (PR). Em outras palavras, o interesse está direcionado para “aquilo que, para além da arquitetura, está intencionalmente escrito, registrado e revelado nas paredes, nos murais e nas placas. Reportamo-nos, portanto, à paisagem linguística. Ao uso desse espaço como divulgador dos (des) usos da(s) língua(as) que por ali circulam, ou não, nas experiências cotidianas e institucionais”.

Por último, encontra-se a contribuição de Tarissa Marques Rodrigues dos Santos, Patrícia Teixeira Tavano, Suzana Vinicia Mancilla Barreda e Mariana Vaca Conde. No capítulo, as autoras reconhecem que a ausência de diretrizes claras sobre o atendimento educacional de migrantes dificultava o acolhimento adequado nas escolas da rede

municipal. Em grande medida, “as equipes gestoras e pedagógicas precisavam lidar com barreiras linguísticas, dúvidas sobre a documentação necessária para matrícula, diferentes níveis de escolarização e vivências culturais diversas, muitas vezes sem apoio institucional”.

Tal situação evidenciava a urgência de uma política pública estruturada, que fosse capaz de garantir o direito à educação de forma equânime, respeitosa e humanizada. Neste contexto, o objetivo do texto é problematizar “o processo de construção e aprovação do Protocolo de Atendimento ao Migrante no município de Corumbá-MS, documento integrante do projeto “Atendimento e Acolhida aos Migrantes Internacionais em Municípios de Fronteira: Análise e Acompanhamento na Implantação de Protocolos de Acolhimento a Pessoas em Diferentes Situações Migratórias em Foz do Iguaçu (PR) e Corumbá (MS)”.

Os seis capítulos presentes nesta primeira coletânea exploram diferentes dimensões do projeto financiado pelo CNPq através da chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 40/2022-PRÓ-HUMANIDADES, e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa sob CAAE 70506623.5.1001.0021”. Em todos eles, destaca-se a defesa pela manutenção e ampliação de direitos sociais, sejam eles ligados a educação ou a assistência social. São textos que narram experiências e aprendizados, saberes que poderão contribuir de maneira significativo para aqueles que se aventuram na construção e análise de políticas públicas direcionadas aos migrantes e às migrantes.

Agora, nos resta agradecer ao CNPq pelo financiamento, à Unioeste, Unila, Unifesp e UFMS pelo oferecimento de infraestrutura e apoio logístico, ao Migrafron e ao Lafront, que se sempre se colocaram como espaço de diálogo, às prefeituras municipais de Corumbá (MS) e Foz do Iguaçu (PR), em especial às secretarias de educação e assistência social e, por fim, aos inúmeros equipamentos públicos dos dois municípios, que receberam os pesquisadores envolvidos e nos auxiliaram dentro das possibilidades existentes. Nosso muito obrigado.

I

Karla Karine de Maria Luciano

A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU E OS MIGRANTES INTERNACIONAIS

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-657-9.1

INTRODUÇÃO

A pesquisa realizada abordou a relação entre Migrações Internacionais e a Política de Assistência Social, no município de Foz do Iguaçu, Paraná. Embora seja de conhecimento público que os processos migratórios internacionais não constituem um fenômeno recente na história, é importante destacar que, ao longo do tempo e em distintas regiões, diversos fatores influenciaram a ocorrência das migrações internacionais.

Esses processos estão intrinsecamente ligados à formação e ao desenvolvimento dos Estados nacionais, às diferentes formações socioeconômicas e seus modos de produção, ao desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista e seus mecanismos de acumulação, às relações sociais que envolvem a (re) produção da vida material e imaterial, bem como à condição fundamental da existência humana: a vida e a busca de sua sustentação por meio do trabalho.

Na contemporaneidade, o que se destaca como novo é a intensidade e a complexidade dos fluxos migratórios internacionais, os quais geram impactos socioeconômicos, políticos e culturais tanto nos países de origem, trânsito e destino, quanto na vida da população migrante, refletindo também na formulação e execução das políticas sociais. Refletir sobre as migrações internacionais e os sujeitos migrantes implica, portanto, problematizar o papel do Estado, das políticas sociais e das transformações no mundo do trabalho no contexto da sociabilidade capitalista. Este contexto, marcado pelas ofensivas neoliberais, caracteriza-se pela intensificação dos processos de expropriação e exploração da força de trabalho, acompanhados da negação de direitos e do aumento de expressões de xenofobia, racismo e outras formas de discriminação contra pessoas migrantes.

Neste contexto, a questão central que orienta o trabalho realizado consiste em analisar: em que medida a demanda migratória está incluída no escopo da política de Assistência Social, com foco na proteção social básica, no município de Foz do Iguaçu, Paraná. Trata-se de um recorte de estudo realizado no âmbito da dissertação de mestrado defendida em abril de 2025, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unioeste.

Foz do Iguaçu, município situado em uma tríplice fronteira internacional (Brasil, Paraguai e Argentina), apresenta um intenso fluxo migratório oriundo de diferentes países, além de residentes fronteiriços que buscam no Brasil melhores oportunidades de trabalho e acesso a serviços públicos nas áreas de saúde, educação e assistência social. Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivos caracterizar a população migrante atendida e identificar os fatores que viabilizam ou limitam a incorporação dessa demanda migratória à rotina dos serviços da proteção social básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no município de Foz do Iguaçu.

MIGRAÇÕES SUL-SUL E DESAFIOS PARA A PROTEÇÃO SOCIAL

O cenário das migrações internacionais no século XXI tem sido marcado por movimentos migratórios que incluem percursos cada vez mais intensos em todas as direções, incluindo entre os países do Sul global. Para compreender esse fenômeno, é essencial definir os termos “Norte Global” e “Sul Global”.

De acordo com Martins (2017, p. 3), as expressões “Norte Global” e “Sul Global” são utilizadas para descrever a divisão socioeconômica e política entre países desenvolvidos e em desenvolvimento,

respectivamente. O “Norte Global” refere-se às nações industrializadas com economias avançadas, enquanto o “Sul Global” abrange países com economias emergentes ou em desenvolvimento. O autor destaca ainda a importância do diálogo entre intelectuais do Sul e do Norte para criticar o sistema de poder mundial. Ele aponta que a herança do conhecimento eurocêntrico tende a considerar a experiência europeia como referência universal, desconsiderando a diversidade de experiências globais.

Ponderar sobre a complexidade das migrações internacionais, especialmente no século XXI, significa falar de considerável contingente de trabalhadores e suas famílias provenientes de países periféricos que se deslocam, principalmente, para os países do capitalismo central e, em menor escala, também àqueles que “a despeito de ocuparem uma posição subordinada no mercado mundial, se encontram em uma situação um pouco menos dramática, como é o caso do Brasil (Villén, 2015a, p. 187). Como afirma Faria, é inegável a dimensão global das migrações internacionais e não há país ou região do planeta “que esteja imune ao fenômeno migratório, como também não existe povo que não tenha recebido a influência de diversos fluxos de migrantes ao longo de sua formação” (2015, p. 23).

Segundo Baeninger (2014), os movimentos migratórios internacionais vêm reforçar a tendência de configuração de novos espaços da migração, exigindo olhares distintos para as escalas e arranjos transnacionais “aonde esses fluxos se processam, seus sentidos e repercussões dentro e fora das fronteiras territoriais” (2014, p. 1). No século XXI, as migrações internacionais adquirem um papel fundamental “no cotidiano social, nos mercados de trabalho, nas sociedades de chegada e de partida, nos fluxos financeiros, na mobilidade da força de trabalho e na vida de populações imigrantes”, afirma Baeninger (2014, p. 1).

É importante destacar que a história das migrações internacionais possui intrínseca relação com a expansão do capitalismo,

com a circulação de capital, mercadorias e pessoas (força de trabalho), gerando um excedente populacional, denominado de exército industrial de reserva (Marx, 2017). Esse excedente populacional corresponde às necessidades geradas tanto no país de origem como no país destino, compondo um movimento transnacional que acompanha o capital e a inserção das localidades na divisão social e territorial do trabalho, em âmbito nacional e internacional (Baeninger, 2014).

Buscando compreender o que são os processos migratórios internacionais, Baeninger (2014) aporta elementos acerca de territórios circulatorios ou caminhos no percurso migratório que, dada a sua complexidade, demandam a formulação e revisão de conceitos relacionados aos deslocamentos de curta e longa duração, as fronteiras e a relação de pertencimento ao território.

Segundo a mesma autora, existe uma dificuldade em classificar as migrações como temporárias ou permanentes e, mais ainda, a dificuldade em delimitar o lugar de residência de um indivíduo, tendo em vista que tal delimitação depende da percepção subjetiva do sujeito migrante quanto ao sentimento de pertencimento e de apropriação espacial, o qual nem sempre coincide com o lugar de residência.

Além disso, ela aponta que diante da dificuldade de se definir a fronteira entre o que é um deslocamento temporário e um deslocamento de longa permanência, é indicada "a necessidade de se reconhecer nos movimentos migratórios internacionais da atualidade a possibilidade para os migrantes e suas famílias viverem transnacionalmente e adotar identidades transnacionais" (Baeninger, 2014, p. 12).

Nesse contexto, os fluxos migratórios contemporâneos são diferentes daqueles que o mundo viu acontecer nos séculos XIX e XX. A pressão migratória dos países periférico e dependente para países do capitalismo central (migração Sul-Norte) ainda é de muita intensidade, porém, nas últimas décadas tem aumentado a visibilidade

e os fluxos das migrações Sul-Sul, isto é, entre e em direção aos países das regiões periféricas e semiperiféricas, tais como a América Latina.

Domingos (2022) destaca que as crescentes migrações Sul-Sul têm relação com as restrições impostas pelos países do norte (capitalismo central) para entrada e permanência de migrantes internacionais, com a criação de políticas migratórias restritivas que tensiona a seletividade de migrantes entre os desejados e os indesejados. Para o autor, no que diz respeito a migração Sul-Sul, quatro questões contribuem para explicar esses fluxos migratórios Sul-Sul:

as restrições migratórias impostas às populações oriundas dos países periféricos do capitalismo; as características que ao longo do avanço do capitalismo mercantil foi se estabelecendo como ponto comum para os países do Sul Global; a utilização desses espaços territoriais como países de trânsito; e as oportunidades que a financeirização da economia vem criando no Sul Global (Domingos, 2022, p. 42).

O Brasil, nas últimas décadas, vem se consolidando como um país destino das migrações internacionais contemporâneas, especialmente em se tratando da migração Sul-Sul. São indivíduos e famílias migrantes, principalmente provenientes de países do continente latino-americanos, assim como, do Oriente Médio, África e Ásia, o que demonstram não ser mais possível manter, no contexto atual, o tão comum silenciamento, a pretensa invisibilidade das migrações forçadas e ou ocultar o significado desses fluxos migratórios (Kreutz, 2021).

No âmbito dos fluxos migratórios internacionais, é fundamental destacar as especificidades vivenciadas em territórios situados em faixas de fronteira internacional. Esses espaços não apenas funcionam como portas de entrada para migrantes, mas também são marcados por intensos movimentos pendulares protagonizados por populações residentes na região transfronteiriça.

Conforme analisa Kreutz (2017), os territórios de fronteira internacional apresentam singularidades que extrapolam os limites normativos dos Estados nacionais. A dinâmica social nesses espaços é atravessada por relações sociais complexas e contrastantes, que expressam processos contínuos de construção e desconstrução de identidades culturais transfronteiriças, envolvendo múltiplos povos e nações. Como destaca Muller:

As trocas entre lá e cá, as articulações entre o eu e o eles, as influências de ambos os lados e a consciência de um nós ultrapassam barreiras, cruzam limites, por vezes de modo silencioso e outras de forma gritante, dando concretude ao fenômeno fronteira, tornando-a 'viva', porosa, diluída, borrada e extremamente dinâmica a partir da ação do homem (2005, p. 3).

É nos territórios de fronteira e na produção social de sua espacialidade que se evidenciam, por um lado, intercâmbios simbólicos e culturais, como o compartilhamento de linguagens, expressões artísticas, histórias, crenças e tradições entre diferentes povos e nações. Por outro lado, esses mesmos territórios são atravessados pela inserção de trabalhadores e trabalhadoras na divisão social e técnica do trabalho, revelando, de forma acentuada, as refrações da "questão social" (Kreutz, 2017). Tal condição é inseparável da lógica do capital enquanto potência social dominante. Como afirma Netto (2001, p. 45), a "questão social" é inerente ao próprio desenvolvimento do capitalismo: "Não se suprime a primeira conservando-se a segunda".

Nesse contexto, encontra-se a população migrante, marcada por deslocamentos constantes e inserida em uma condição social e histórica específica, que experimenta cotidianamente múltiplas violações de direitos. Essas violações se manifestam na superexploração da força de trabalho, na desigualdade de acesso a oportunidades sociais, políticas, culturais e econômicas, nas situações de pobreza, nas discriminações e preconceitos de ordem étnico-racial, e na afronta à dignidade humana. Trata-se de um conjunto de direitos

sistematicamente negados tanto nos países de origem quanto nos países de destino, onde essas pessoas vivem, trabalham ou estudam.

No Brasil, o tema fronteiras e sua relação com o tema da migração internacional, “ainda não recebeu a merecida atenção de pesquisas científicas nas mais diferentes áreas, tendo sido priorizadas investigações sobre as migrações internas” (Villen, 2015b, p. 3). É somente a partir dos anos de 1990 e, com mais vigor a partir de 2000 que vão se consolidando campos e grupos de pesquisa que tratam do mapeamento das migrações internacionais, fronteiras e deslocamento pendular das populações fronteiriças, com atenção voltada inicialmente para as metrópoles brasileiras (em especial São Paulo) e as cidades localizadas em fronteiras internacionais, a exemplo de Foz do Iguaçu no Paraná, que concentram significativa população descendente de fluxos migratórios internacionais (Villen, 2015b).

Para Kreutz (2017), as fronteiras não são iguais. São transpassadas por processos sociais, culturais, econômicos, políticos, geográficos e jurídicos. O cotidiano da vida fronteiriça “acontece por meio de muitas travessias e contornos das leis estatais que inscrevem, no território de moradia, os limites entre o cidadão e o estrangeiro” (Albuquerque, 2015, p. 98). Os movimentos migratórios e os movimentos das populações fronteiriças – ou deslocamento pendular populacional – incidem em profundas mudanças quanto à organização ou arranjos socioespaciais e político-econômicos, bem como, impactam a noção de território e na (re)significação social do espaço fronteiriço.

Nas análises sobre fronteiras e deslocamento pendulares, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística expressa que a nova ordem capitalista mundial possui como um dos seus traços mais marcantes, o deslocamento pendular da população, que acontece na medida em que há uma segmentação entre os locais de residência e emprego. No interior das aglomerações urbanas, ocorre uma expansão que responde a duas lógicas diferentes – a da localização

dos empregos nos núcleos das aglomerações e a da localização das moradias –, ampliando as áreas periféricas que abrigam um número cada vez maior de trabalhadores (IBGE, 2015, p. 16).

Os fluxos populacionais que visam fixar residência do outro lado do limite internacional podem ser compreendidos como migrações transfronteiriças. Já os deslocamentos cotidianos que ocorrem em faixas de fronteira limítrofe, com o objetivo de ir ao trabalho, de acessar os serviços de Saúde, Educação, Assistência Social, sem fixar residência, são compreendidos como “deslocamentos ou circulações transfronteiriças”, “mobilidade¹ das populações fronteiriças” e ou, ainda, “movimentos pendulares populacionais” (Albuquerque, 2015).

As fronteiras são territórios em movimento, afirma Kreutz (2017). Podem ser compreendidos como lugares de travessia, dado a efervescência da vida e das relações que se estabelecem de forma peculiar. São espaços sociais nos quais o local e o global, o nacional e o internacional, o particular e o universal se entrelaçam, estabelecendo vínculos, dinâmicas e contradições próprias. São (des)construídas, reforçadas ou (re)desenhadas nas e através das diversas projeções de finalidades às ações e interesses, materializados no cotidiano da vida social da população transfronteiriça, inclusive os interesses do capital e dos Estados limítrofes. É território em disputa, acirrado pela luta de classe e muitas vezes com hostilidade entre nações.

Martins (1997, p.163), a partir de suas análises sobre as fronteiras brasileiras, afirma: “se entendermos que a fronteira tem dois lados e não um lado só, o suposto lado da civilização; se entendermos que ela tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e mais abrangente

1 Tem-se, particularmente, uma reserva ao termo “mobilidade humana”, por entender que a mobilidade é a qualidade do que é móvel. De acordo com Kreutz (2021), atualmente, são poucos os trabalhadores realmente “móveis”, os que podem deslocar-se facilmente e sem ser submetidos a controles invasivos e barreiras físicas, jurídicas e econômicas. Por isso mesmo, a mobilidade é do capital, que transita sem barreira e em todos os territórios, em escala global.

estudar a fronteira como concepção de fronteira do humano". O autor é incisivo ao afirmar que:

A fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano (Martins, 1997, p.11).

Inseridas nos processos das transformações sócio-políticas e econômicas, as fronteiras internacionais refletem não apenas os antagonismos de caráter político-econômico, mas, igualmente, as diferenciações de expressões simbólico-culturais, manifestadas nas mais diversas tessituras e dramas do cotidiano vivido pela população transfronteiriça. Nesta perspectiva, a significação de fronteira, como território plural, é forjada por meio de resistências, de coexistência de semelhanças e diferenças, de vivências, de simetrias e assimetrias socioculturais, políticas e econômicas, de inclusão e exclusão social e, de construção de sujeitos sócio-políticos: são eles que provocam a dinamização da fronteira (Kreutz, 2017). Por isso, neste intenso ir e vir entre a população de duas ou mais nações, pode-se afirmar que em um território de fronteira internacional, "a noção de nação [e cidadania²] torna-se ainda mais complexa" (Baller e Florentin, 2016, p. 130).

De fato, assevera Kreutz (2017), os fluxos migratórios e a circulação pendular da classe trabalhadora na extensão da faixa de fronteira e seus impactos nos arranjos populacionais – especialmente

2 À classe trabalhadora é proibida de desistir. Desistir da luta não é e nunca será uma opção. Segundo Coutinho (1999), a cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração.

nas cidades-gêmeas³ de fronteira internacional – confirmam as particularidades destas relações sociais estabelecidas. Tornam-se evidentes as necessidades de medidas que incorporem e traduzam estas particularidades em políticas públicas e pesquisas comuns entre os países fronteiriços, para além do conceito da nacionalidade ou cidadania territorial-nacional.

Uma das particularidades em territórios de fronteira internacional é a participação de um contingente populacional de migrantes que ingressa no país e fixa residência “de forma irregular, ao buscarem trabalho e acesso aos serviços de Saúde, Educação e Assistência Social [...] e sujeitam-se a condições degradantes, quando não são submetidos ao trabalho em condições análogas à escravidão” (Gomes, 2003, p.6). São os migrantes denominados “indocumentados” ou “em situação migratória irregular”. Gomes destaca, especialmente, sobre a diferença entre o uso da terminologia “imigrante ilegal” e “imigração ilegal”:

Há quem se refira a estas pessoas como ‘imigrantes ilegais’. Todavia, essa expressão se mostra inadequada, devido a sua conotação pejorativa, já que o termo “ilegal” traduz uma ideia de contrário à lei e deve se referir sempre a atos, condutas, e não à pessoa. Nesse sentido, [...] é possível se falar em ‘imigração ilegal’, caso não tenham sido observadas as regras jurídicas a ela referentes; entretanto, ‘o imigrante, enquanto ser humano, jamais deve ser denominado de ‘ilegal’ (Gomes, 2003, p. 42).

3 As cidades-gêmeas são assim definidas, segundo a Portaria nº 125, de 21 de março de 2014, do Ministério da Integração Nacional (MIN): “Art. 1º- Serão consideradas cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semiconurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações ‘condensadas’ dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. Art. 2º- Não serão consideradas cidades-gêmeas aquelas que apresentem, individualmente, população inferior a 2.000 (dois mil) habitantes” (Brasil, Ministério da Integração social, 2014).

Portanto, cabe notar que mesmo em situações migratórias irregular, a livre circulação transfronteiriça é um direito inerente à pessoa humana e resulta da liberdade de ir e vir, de ser protegido e ter garantido seus direitos sociais, civis e políticos.

É neste cenário de região de fronteira que se encontra o chão concreto dessa pesquisa: o município de Foz do Iguaçu, Paraná. Conforme nos afirma Cardin (2018), questões fundamentais emergem para que se possa entender a realidade social posta nas fronteiras brasileiras, tendo em vista que muitas vezes problemas que são considerados locais, precisam ser analisados ou balizados no dinâmico momento atual do próprio sistema capitalista. Assim, de acordo com o autor:

os limites históricos e jurídicos que antes definiam as ocupações e criavam as fronteiras entre as práticas morais e imorais, as legais e ilegais, as justas e injustas, são modificados. As fronteiras conceituais perdem a força e a importância quando o capital, no esforço de sua expansão e acumulação incontrolável, força milhares de homens e mulheres a se colocarem dentro de situações desumanas no interior de seu próprio processo de desenvolvimento. Inevitavelmente, como resistência a um modelo econômico sustentado pela exploração dos homens e como modo de sobrevivência a um mundo absolutamente desumano, surgem práticas sociais, formas de trabalho e de ocupações que fogem aos padrões juridicamente aceitos pela ordem do capital, mas, muitas vezes, não condenadas socialmente (Cardin, 2018, p. 307).

A compreensão desse movimento determinado pela e na relação Estado, Capital e Trabalho reverbera na elaboração e a execução de políticas públicas, com possíveis respostas qualificadas no campo dos direitos que envolve os sujeitos sociais que vivem e ou cruzam as fronteiras, dentre os quais as e os migrantes internacionais e os/as residentes fronteiriços, como é o caso do município de Foz do Iguaçu.

No século XXI, a origem da maior parte dos migrantes internacionais concentra-se em países periféricos, como os da América Latina, Caribe e África. Esses sujeitos, pertencentes às classes subalternas e em situação de pobreza, são impactados por contextos marcados pela extrema desigualdade social, forte concentração de renda e múltiplas formas de violência e violações de direitos. Tais processos se materializam na expropriação de suas condições materiais, culturais e espirituais de existência, atingindo diretamente seus territórios de vida e pertencimento.

Nos países do capitalismo central, e de forma ainda mais acentuada nas nações periféricas e dependentes, a classe trabalhadora migrante se insere no mercado de trabalho em condições profundamente precarizadas. Essa inserção ocorre por meio de ocupações informais, temporárias, mal remuneradas e sem proteção social, o que acentua sua exposição à vulnerabilidade, à insegurança e à exclusão dos serviços e direitos sociais. Além disso, diante da atual reestruturação produtiva global, essa população muitas vezes compõe o excedente estrutural de força de trabalho, integrando o vasto “exército industrial de reserva” em escala mundial, conforme analisado por Marx (2017).

Dessa forma, o ato de migrar não deve ser compreendido como uma escolha meramente individual, livre e racional, descolada de sua realidade sócio-histórica e da inserção dos sujeitos na “classe-que-vive-do-trabalho” ou melhor da classe que vive do seu próprio trabalho (Antunes, 2009). No contexto da sociabilidade capitalista, os fluxos migratórios internacionais são atravessados por marcantes assimetrias de nacionalidade, que impõem limites à cidadania burguesa.

A migração não desejada pelos países receptores, nesse cenário, é frequentemente tratada como ameaça e criminalizada, conforme os marcos legais e interesses jurídicos, econômicos e políticos de cada Estado-nação. Como afirma Kreutz (2021, p. 28),

“a migração não-autorizada resulta subversiva, criminalizada, de acordo com o conjunto de leis de interesse jurídico, econômico e estatal de cada país e, portanto, passível de autos de infração ou imputação criminal”.

As políticas migratórias, por sua vez, têm se pautado no aperfeiçoamento de dispositivos de controle e diferenciação, com o objetivo de permitir a entrada apenas daquilo que interessa aos países de destino: a força de trabalho migrante. Negam-se, assim, os corpos, subjetividades e identidades desses sujeitos. Esse processo se concretiza por meio de rígidos controles migratórios e fronteiriços, que autorizam — ou não — o ingresso de migrantes, muitas vezes sob condições de permanência temporária e com acesso restrito a direitos básicos.

Diante desse cenário, a política pública de Assistência Social adquire papel fundamental na garantia de direitos e no acesso a serviços de proteção social nos territórios onde atua, incluindo a população migrante. No Brasil, a proteção social sob responsabilidade da Assistência Social está estruturada em dois níveis: a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE), esta subdividida em média e alta complexidade. Ambos os níveis devem assegurar as seguintes seguranças socioassistenciais: acolhida; renda; convívio ou vivência familiar, comunitária e social; desenvolvimento da autonomia; e apoio e auxílio diante de situações de risco circunstancial (Brasil – PNAS, 2004, p. 31).

No âmbito da Proteção Social Básica (PSB), seus objetivos centrais consistem na prevenção de situações de risco social por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como no desenvolvimento de potencialidades e aquisições pessoais e coletivas. A PSB é voltada à população em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza e de múltiplas privações — como a ausência de renda, o acesso precário ou inexistente a serviços públicos, e a fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social.

Essa vulnerabilidade pode estar relacionada a diversas formas de discriminação, como etária, étnico-racial, de gênero ou por deficiência.

Com vistas à qualificação do atendimento socioassistencial à população migrante, o documento *Orientações para o atendimento a migrantes internacionais no Sistema Único de Assistência Social – SUAS* (OIM-MDS, 2023) foi publicado em 2023. Esse material tem por finalidade subsidiar tecnicamente os serviços e unidades de atendimento da política de Assistência Social no acolhimento e acompanhamento de migrantes em situação de vulnerabilidade e risco social. Entre as situações identificadas, destacam-se: a perda ou fragilização de vínculos afetivos; ausência ou limitação de acesso a redes de apoio; discriminações étnico-raciais, culturais, religiosas, econômicas e por nacionalidade; inserção precária ou inexistente no mercado de trabalho formal e informal; dificuldades de comunicação e desconhecimento de direitos (OIM-MDS, 2023, p. 11).

É nesse contexto que se insere a estrutura do Sistema Único de Assistência Social no município de Foz do Iguaçu, organizada para atender, também, a população migrante que busca a Assistência Social como forma de acesso à proteção social e à garantia de direitos fundamentais.

Atualmente Foz do Iguaçu possui 5 (cinco) unidades de atendimento, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, para atendimento à população dentre as quais estão a população migrantes, em pesquisa realizada em 2024, com base nas informações disponibilizadas pela gestão do Cadastro Único (CadÚnico), até junho de 2024 havia um total de 9.883 migrantes internacionais cadastrados, representando 74 diferentes nacionalidades. O CadÚnico, instrumento do governo federal, tem como finalidade identificar e caracterizar famílias de baixa renda, possibilitando o acesso a diversos programas sociais — não se restringindo apenas à política de Assistência Social.

Entre os países de origem com maior número de pessoas migrantes cadastradas destacam-se: Paraguai (4.829), Venezuela (2.324), Argentina (535), Cuba (444), Colômbia (433), Haiti (302), Peru (213) e Líbano (172), o que evidencia a migração Sul-Sul. Contudo, em fevereiro de 2025, o CadÚnico registrava 5.194 famílias migrantes. Dessas, 3.626 eram chefiadas por mulheres e 1.568 por homens. Quanto à renda per capita familiar, observou-se a seguinte distribuição:

- 2.231 famílias (42%) com renda de até R\$ 109,00, configurando situação de extrema pobreza; evidenciando também o quão vulnerável é a migração Sul-Sul.
- 566 famílias com renda entre R\$ 109,01 e R\$ 218,00;
- 1.176 famílias com renda entre R\$ 218,01 e meio salário-mínimo;
- 1.221 famílias com renda acima de meio salário-mínimo.

Além disso, foi possível identificar o perfil étnico-racial das pessoas migrantes cadastradas no CadÚnico: pardos (48,68%), brancos (42,7%), pretos (7,03%), amarelos (1,1%) e indígenas (0,43%) — evidenciando a predominância de migrantes oriundos da América Latina, Caribe e do continente africano.

Em relação ao Programa Bolsa Família, do total de famílias migrantes cadastradas, 2.363 estavam incluídas como beneficiárias do programa até fevereiro de 2025. No que se refere aos atendimentos realizados pelos cinco Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Foz do Iguaçu entre janeiro e agosto de 2024, foram identificadas 10 nacionalidades nos registros mensais: Paraguai, Cuba, Argentina, Venezuela, Haiti, Colômbia, Chile, Uruguai, China e Bolívia, totalizando 2.843 migrantes atendidos.

No entanto, foram identificadas falhas no registro e monitoramento dos atendimentos, principalmente devido à subnotificação e à marcação da categoria “outros” — que representa a segunda

maior incidência nos registros de nacionalidade, dificultando a identificação precisa da população migrante atendida.

As principais demandas dessa população referem-se à regularização documental, acesso a benefícios eventuais, inclusão em programas como o Bolsa Família e atendimento psicossocial. Todavia, conforme relatado pelos sujeitos da pesquisa, o atendimento enfrenta uma série de barreiras institucionais, entre elas: ausência de tradutores e intérpretes, carência de capacitação técnica dos profissionais, déficit de recursos humanos e escassa divulgação dos protocolos específicos de acolhimento a migrantes, aqui destacamos Protocolo de Assistência a Migrantes em Situação de Vulnerabilidade (PAM) – do Município de Foz do Iguaçu e o Plano Municipal de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas de Foz do Iguaçu.

Quanto a percepção dos profissionais da assistência social estes apontaram ainda o sentimento de impotência diante da elevada demanda e da limitação estrutural dos serviços. Apesar desses desafios, destacaram-se avanços institucionais importantes, como a implementação do Protocolo de Atendimento a Migrantes (PAM) e do Plano Municipal de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas — ainda que a efetivação dessas iniciativas enfrente entraves de natureza política e administrativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão migratória impõe múltiplos desafios — teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos — tanto para profissionais do Serviço Social que atuam nas políticas públicas, especialmente na política de Assistência Social, quanto para profissionais de áreas afins. A pesquisa evidenciou que, embora o município de Foz do Iguaçu desenvolva ações relevantes no atendimento à população

migrante, ainda há importantes lacunas no que se refere à articulação intersetorial, à capacitação técnica das equipes e à estruturação adequada dos serviços socioassistenciais.

O acolhimento a migrantes deve estar fundamentado em diretrizes que promovam a defesa dos direitos humanos, enfrentem a xenofobia e combatam o preconceito em suas múltiplas formas. Isso exige o reconhecimento da migração como um fenômeno estrutural da sociedade contemporânea — e não apenas como uma situação emergencial. Assim, é imprescindível que a política de Assistência Social avance na formulação de estratégias específicas de atendimento à população migrante, em diálogo permanente com outras políticas públicas, como saúde, educação, habitação e trabalho.

Este estudo busca contribuir para o fortalecimento do debate, da formação e da prática profissional no campo do Serviço Social e em áreas correlatas, particularmente no contexto de atuação em territórios de fronteira. Espera-se que os resultados obtidos possam subsidiar gestores e profissionais na construção de ações mais eficazes, articuladas e humanizadas, capazes de responder de forma qualificada às vulnerabilidades enfrentadas por pessoas migrantes em situação de risco social.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. L. **Migração, circulação e cidadania em território fronteiriço**: os brasiguaios na fronteira entre o Paraguai e o Brasil. Revista TOMO, n. 26, 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/4404>. Acesso em: abril de 2024.

BAENINGER, R. Migrações internacionais no Século 21: desafios para uma agenda de pesquisa. **VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población**, 2014.

BALLER, L.; FLORENTIN, C. G. Brasileiros e paraguaios: entre práticas e teorias fronteiras. In: CRESTANI, L. A.; BALLER, L.; OLIVEIRA, N. M. (org.) **História, fronteiras e territórios**: a construção do espaço agrário. Toledo: Fasul, 2016. p. 106-133.

BRASIL, Ministério do desenvolvimento e combate à fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria nacional de assistência social, 2004. Disponível em: https://www.ciespi.org.br/media/files/fcea049a8ec4d511ecbe6e5141d3afd01c/f5dab3afac4d711ecbe6e5141d3afd01c/PNAS_2004.pdf. Acesso em: maio de 2025

CARDIN, E. G. Estado, trabalho e capitalismo nas fronteiras. **Revista Katálises**, v. 21, n. 2, p. 305-312, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/M3pFKwDNf8R5xXfwVPgxgd/?format=pdf>. Acesso em: maio de 2024.

DOMINGOS, S. O. **O acesso à saúde de migrantes angolanos em Londrina/PR e sua interface com a escolaridade**. 2022. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/srv-c0003-s01/api/core/bitstreams/6fc41afe-4e08-441e-a94f-50ea99a3ac9d/content>. Acesso em: fevereiro de 2025.

FARIA, M. R. F. **Migrações internacionais no plano multilateral**: reflexões para a política externa brasileira. Brasília: FUNAG, 2015.

GOMES, C. P. Os Estudos de Imigração: sobre algumas implicações políticas do Método. /n: POVOA NETO, Helion; FERREIRA, Almir Pacelli (orgs.). **Cruzando fronteiras disciplinares**: panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Faperj, 2003. p. 275-296.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Arranjos Populacionais e Concentração Urbana do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99700.pdf>. Acesso em: novembro de 2024.

KREUTZ, I. T. **Migrações Internacionais, Trabalho e Capital**: seletividade persistentes e promessas ilusória do direito a dignidade humana. 2021. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2021.

KREUTZ, I. T. **Imigração, Fronteira e Assistência Social**: a (des)proteção socioassistencial de imigrantes na faixa de fronteira do Oeste do Paraná. 2017. Projeto (Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, P. H. **Norte e Sul como Referências para uma Ciência Social global:** Transdisciplinar, Antiutilitarista e Pós-Colonial. Revista TOMO, [S. /], n. 31, ano 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/7649/6091>. Acesso em: março de 2024.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2017.

MULLER, K. M. Espaços Conurbados de Fronteiras Nacionais: “leituras” de jornais locais. **Intexto**, v. 2, n. 13, p. 1-16, 2005.

NETTO, J. P. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, [S. /]. v. 2, n. 3, 2001.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Guia de atendimento a migrantes internacionais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS**. 2023. Disponível em: <https://namir.ufba.br/sites/namir.ufba.br/files/guia-de-atendimento-a-migrantes-internacionais-no-suas.pdf>. Acesso em: outubro de 2023

VILLEN, P. **Imigração na modernização dependente:** “braços civilizatórios” e a atual configuração polarizada. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

VILLEN, P. **Mediterrâneo:** o cemitério geral de imigrantes e refugiados periféricos. **São Paulo: Esquerda Diário, 2015**. Disponível em: http://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_article=883. Acesso em: novembro de 2023.



2

Edinalva Severo

FRONTEIRAS E MIGRAÇÕES:

ATENDIMENTO AO MIGRANTE
NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU-PR

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-657-9.2

INTRODUÇÃO

Foz do Iguaçu, localizada na tríplice fronteira com Paraguai e Argentina, destaca-se por sua forte dinâmica migratória e alta diversidade cultural. Ao longo das últimas décadas, tem recebido fluxos expressivos de migrantes nacionais e internacionais, refugiados e apátridas, mobilizando uma rede pública e institucional para acolher essa população, prestando serviços de apoio à regularização de documentos, abrigamento, acesso a saúde, educação, moradia e outros que se fizerem necessários.

No Sistema Único de Assistência Social - SUAS, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) se configura como a “porta de entrada” para acesso aos programas e benefícios socioassistenciais do SUAS através da inserção no Cadastro Único, independentemente da nacionalidade ou situação migratória. Por isso, esse instrumento de mapeamento e identificação pode ser uma importante ferramenta diagnóstica para a melhor compreensão das necessidades das famílias e indivíduos.

A análise corresponde aos dados dos imigrantes inscritos e com cadastros ativos no sistema CadÚnico em agosto de 2023, por nacionalidade e região da cidade que residem, conforme georreferenciamento dos territórios de abrangência dos cinco CRAS existentes no município.

O PERFIL DA POPULAÇÃO IMIGRANTE

O município de Foz do Iguaçu, de acordo com o IBGE (2022), possui cerca de 285 mil habitantes. Situado no oeste do Paraná, na tríplice fronteira com Paraguai e Argentina, é considerado um importante

polo migratório, registrando intensa circulação internacional — principalmente de paraguaios, argentinos e venezuelanos — mas, segundo informações do site de notícias H2FOZ (2023) e o Observatório das Migrações Internacionais (Obmigra), a movimentação de migrantes na cidade abrangeria mais de 95 nacionalidades.

A análise dos dados contidos no extrato de agosto de 2023 do CadÚnico apontou um total de 8.240 imigrantes inscritos, dos quais, havia 69 nacionalidades distintas com pelo menos uma pessoa inscrita. Majoritariamente, a população de migrantes é composta por paraguaios (4.198), venezuelanos (1.741) e argentinos (463) seguidos colombianos (391) cubanos (285), haitianos (279), peruanos (183).

Apesar de a região norte não ser a mais populosa, nessa área que abrange os bairros: Cidade Nova, Itaipu A,B e C, Porto Belo, Lancaster, KLP e Ipê residiam 29% dos imigrantes, 23,3% na região oeste (Centro, Jd. América, Maracanã, Polo Centro, Monjolo, Vila Portes e Yolanda), 22% na região leste (Morumbi, Portal, Panorama, São Roque, Campos do Iguaçu, Lote Grande e Cognópolis) 13,4% na região sul (Porto Meira, Três Fronteiras, Bourbon, Bairro Carimã, Bairro Mata Verde, Remanso, Parque Nacional e Cataratas) e 12,3% na região nordeste (Alvorada, Bananal, Náutica, Três Lagoas e Três Bandeiras).

Popularmente, é sabido que Foz do Iguaçu abriga uma grande comunidade de povos oriundos do oriente médio (comunidade árabe), possuindo duas mesquitas muçulmanas. No entanto, apenas 131 libaneses, 50 sírios, 07 jordanianos, 05 marroquinos, 03 palestinos e 01 saudita constam no CadÚnico. Fato esse, que também se repete com chineses (49) e taiwaneses (12), alimentando a hipótese de que os membros destas nacionalidades possuem estratégias de proteção comunitária.

A REDE LOCAL DE PROTEÇÃO AO MIGRANTE

Além dos cinco CRAS, outros serviços socioassistenciais compõem a rede de proteção ao migrante. Porém, sem ser de atendimento exclusivo desse público. A exceção é a Casa do Migrante que oferece acolhimento humanizado, orientação para regularização migratória e demais necessidades imediatas. Este equipamento possui sua gestão vinculada as Irmãs Scalabrinianas, em parceria com a Prefeitura e Ministério do Trabalho, está situada na Rua Oswaldo Cruz, 756 - Vila Portes.

Dentre os demais serviços socioassistenciais – todos em conformidade com a normatização do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais que padronizou os serviços dos níveis de proteção social básica e especial - se destacam os seguintes equipamentos de atenção ao migrante.

O SEAS - Serviço Especializado em Abordagem Social, vinculado ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social -CREAS I, realiza busca ativa para identificar e atuar em situações de risco social, como trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, pessoas em situação de rua, entre outros, com funcionamento ininterrupto (24 horas) todos os dias da semana.

O Centro POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua de Foz do Iguaçu visa proporcionar um suporte especializado para pessoas em situação de rua, todos os dias, das 7:00hs às 19:00hs. Tem como objetivo central promover a reintegração social, o fortalecimento de vínculos e o acesso a direitos fundamentais, como saúde, alimentação, educação, documentação e emprego, servindo também como porta de entrada para os serviços de acolhimento de adultos e famílias, como, por exemplo, as Casas de Passagem.

As Casas de Passagem - Serviços de acolhimento institucional, na modalidade casa de passagem, são destinadas a famílias e/ou indivíduos em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral.

A Casa de Passagem I está instalada na Rua Henrique Alberto Pepin, 378/527- Jardim São Paulo, estando estruturada e adaptada para oferecer acolhimento institucional para até 50 pessoas e tem como público-alvo famílias em suas diversas composições (casais ou pessoa solo com crianças e/ou adolescentes, com idosos), mulheres e pessoas idosas.

As Casas de Passagem II (Rua Ângela Aparecida de Andrade, 199 - Porto Belo) e III (Rua Stanislaw Ponte Preta, 264 - Jardim Ana Cristina) acolhem homens com idade entre 18 e 59 anos. Sendo a CP II com 30 vagas e a CP III - fruto de parceria com a instituição Albergue Noturno - disponibiliza 60 vagas.

A população migrante também pode acessar outros serviços socioassistenciais conforme necessidades individuais, a exemplo da Casa Abrigo para Mulheres em situação de Violência que acolhe mulheres e seus respectivos filhos em situação de risco de morte ou ameaças em razão da violência doméstica e familiar, causadora de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral. Assim como os serviços de acolhimento familiar em Famílias Acolhedoras e institucional - modalidades Casa Lar que são serviços de acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, proporcionando um ambiente seguro

até que possam retornar ao convívio familiar ou serem encaminhados para uma família substituta.

O município de Foz do Iguaçu possui Programa de Guarda Subsidiada (Lei Municipal Nº 2.502/2001) que presta orientação e apoio sócio familiar destinado ao atendimento de famílias de crianças e adolescentes com risco de rompimento dos vínculos familiares e/ou perda do poder familiar, destinado à prevenção ao afastamento, à reintegração de crianças e adolescentes em família natural e extensa e também para abreviar o tempo do acolhimento de famílias acolhidas por vulnerabilidades ou por violência doméstica, incluindo em seu público alvo as famílias migrantes que se enquadram nos critérios do programa que além, do acompanhamento psicossocial, fornece subsídio financeiro no valor de até dois salários mínimos por família.

AS ESPECIFICIDADES NO ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES MIGRANTES

Acolhimento Familiar em Famílias Acolhedoras é um Serviço que organiza o acolhimento, em residências de famílias acolhedoras - voluntárias, cadastradas, selecionadas e preparadas - de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva. Já a Casa Lar presta atendimento em unidade residencial onde uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente, prestando cuidados a um grupo de até 10 crianças e/ou adolescentes;

Em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006) e com o então Projeto de Diretrizes das Nações

Unidas de Cuidados Alternativos com Crianças promulgada também em 2009, o documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (Resolução Conjunta nº01/2009 – CNAS/CONANDA) regulamenta organização e oferta de todas as modalidades de acolhimento para crianças e adolescentes, no âmbito da política de Assistência Social, e estabelece princípios para o atendimento.

1. Excepcionalidade do Afastamento do Convívio Familiar – estabelece que a rede de proteção precisa esgotar todas as possibilidades de atendimento no sentido de manter o convívio com a família (nuclear ou extensa, em seus diversos arranjos), a fim de garantir que o afastamento da criança ou do adolescente do contexto familiar seja uma medida excepcional, aplicada apenas nas situações de grave risco à sua integridade física e/ou psíquica.
2. Provisoriedade do Afastamento do Convívio Familiar - Após observado o princípio da excepcionalidade, esforços devem ser empreendidos para viabilizar, no menor tempo possível, o retorno seguro ao convívio familiar, prioritariamente na família de origem e, excepcionalmente, em família substituta (adoção, guarda e tutela), conforme Capítulo III, Seção III do ECA que estabelece em seu artigo 19 §2º que a permanência da criança e do adolescente em acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
3. Preservação e Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários – esse elemento fundamental requer que os serviços desenvolvam estratégias de fortalecimento de vínculos, que crianças e adolescentes com vínculos de parentesco, não devem ser separados, salvo se houver claro risco de violência.



4. Garantia de Acesso e Respeito à Diversidade e Não Discriminação - A diversidade cultural e religiosa requer estratégias para que a organização dos serviços garanta proteção e defesa a toda a criança e adolescente que precise de acolhimento, combatendo quaisquer formas de discriminação.
5. Oferta de Atendimento Personalizado e Individualizado - Visando favorecer o processo individual de desenvolvimento e a formação da identidade, garantido a manutenção das suas tradições e costumes, como por exemplo, evitar a oferta de alimentos à base de suínos aos adventistas, judeus e muçulmanos, bem como, fornecer carne halal aos acolhidos de religião islâmica.
6. Garantia de Liberdade de Crença e Religião - Estabelece a manutenção dos antecedentes religiosos de crianças e adolescentes, sendo vedado o incentivo à mudança de orientação religiosa.
7. Respeito à Autonomia da Criança, do Adolescente e do Jovem - As crianças e adolescentes têm o direito de participar das decisões acerca do seu atendimento, devendo o acolhimento propiciar alternativas de escuta conforme o grau de desenvolvimento.

Tais princípios também precisam ser observados nos demais serviços que acolhem crianças e adolescentes acompanhados de seus familiares.

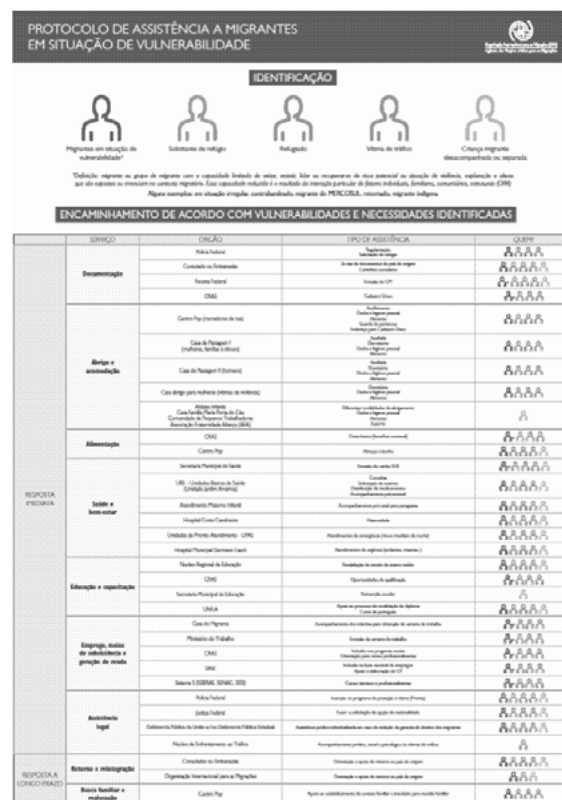
OS FLUXOS E PROTOCOLOS DE ACESSO

Em 2018, essa rede de serviços, com o apoio da OIM – Organização Internacional para as Migrações, elaborou o Protocolo

de Assistência a Migrantes em Situação de Vulnerabilidade de Foz do Iguaçu consolidando as políticas públicas e propondo mecanismos de identificação e encaminhamento entre os diversos atores envolvidos na assistência a migrantes.

Tal instrumento orientador propõe fluxo de acesso a serviços de assistência e proteção a migrantes em situação de vulnerabilidade, primando pelo atendimento de acordo com as necessidades individuais.

Figura 01 – Protocolo de assistência a migrantes



Fonte: Protocolo de assistência a migrantes em situação de vulnerabilidade (2019).

Devido ao dinamismo social, econômico e político, sem deixar de observar a existência de questões inusitadas e não previstas que ocorre na região de fronteira, os gestores de serviços de atenção ao migrante precisa estar atentos às situações que requerem atitudes ações inovadoras, como a desenvolvida no período de reabertura das fronteiras pós pandemia da COVID19, em que diversas famílias venezuelanas eram impedidas entrar na Argentina porquê suas crianças menores de 09 anos não possuíam documentos de identificação (RG ou passaporte), situação que provocou a superlotação da Casa de Passagem I.

Muitas dessas famílias que estavam em trânsito rumo ao país vizinho visavam a reunificação com parentes já estabelecidos. Tal situação provocou a articulação dos órgãos de proteção de Foz do Iguaçu e de Puerto Iguazú, que estabeleceu um fluxo local, visando a celeridade na emissão do protocolo de confecção do passaporte junto à embaixada venezuelana, contando com o apoio do consulado argentino no município de Foz do Iguaçu-PR.

OS DESAFIOS

Apesar da Lei Federal nº 13.445/2017 (Lei de Migração) garantir direitos como acesso a serviços públicos, regularização migratória e proibição de discriminação por nacionalidade, reforçados pelo Estatuto do Refugiado (Lei nº 9.474/1997), que assegura proteção e integração, incluindo revalidação de diplomas e inserção no mercado de trabalho, as pessoas indocumentadas enfrentam barreiras, seja por desinformação de trabalhadores ou pela aplicação da Portaria ANVISA nº 344/1998 que regula os medicamentos sujeitos a controle especial (tarjas preta/vermelha), estabelecendo que a retirada exige retenção de receita e apresentação de documento de identificação.

Essa exigência foi reforçada por nota técnica do Ministério da Saúde, que exige documento válido (RG, CNH ou cadastro do SUS) no ato da retirada, garantindo controle e rastreabilidade, mas dificultando o acesso das pessoas indocumentadas que fazem uso desses medicamentos.

As barreiras culturais e o idioma, às vezes, dificultam os atendimentos, mas essas situações são comumente resolvidas com ferramentas digitais e com mediação cultural prestada pela comunidade.

Crianças e adolescentes estrangeiras que precisaram ser afastadas de famílias como medida mais adequada para se garantir a sua proteção ou que migraram sem responsável legal e que se vislumbra a sua reintegração aos familiares residentes no país de origem carecem de estratégias para que o processo transcorra de forma célere, segura e focada no superior interesse do infante. No entanto, as diferentes formas de execução de políticas públicas de cada nação podem dificultar processos.

Para isso, as “Diretrizes Internacionais Para Reintegração Familiar de Crianças e Adolescentes” (2016) foram elaboradas por um Grupo formado por 127 especialistas de 66 instituições. O Grupo, presidido pela *Family for EveryChild*, incluindo as agências *Better Care Network*, *CESVI*, *CPC Learning Network*, *ECPAT*, *Faith to Action Initiative*, *Friends International*, *Juconi Foundation*, *Maestral*, *Next Generation Nepal*, *Retrak*, *Save the Children*, *UNICEF*, *USAID* e *World Vision*, visou instrumentalizar serviços de acolhimento e demais órgãos do sistema de garantia de direitos para que façam mais do que o mero reagrupamento, através de mecanismos que favorecem a reintegração de crianças e adolescentes oportunizando o seu retorno seguro para suas famílias de origem.

Neste sentido, “reintegração é definida como: O processo de uma criança afastada da família fazendo o que se espera ser uma transição permanente de volta a sua família e comunidade (geralmente

de origem), a fim de receber proteção e cuidados além de encontrar um sentimento de pertencimento e propósito em todas as esferas da vida” (Delap e Wedge, 2015, p. 5).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a assistência social é para quem dela necessitar e que “a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos” (Lei 12435/2011), a experiência de Foz do Iguaçu-PR ilustra um modelo municipal abrangente, com planos estruturantes, rede intersetorial e protocolos integrados visando atendimento ao migrante em situação de vulnerabilidade.

Porém, há necessidade de reforçar o cofinanciamento de serviços, ampliação da infraestrutura e ações antidiscriminação, bem como, criar estratégias de acesso das pessoas indocumentadas aos medicamentos controlados como garantia do direito fundamental à vida e à saúde.

Neste contexto, recomenda-se monitoramento contínuo, fortalecimento de protagonismo da comunidade migrante e a troca de experiências com outros municípios de fronteira, bem como, estudos sobre as estratégias de proteção comunitárias aos imigrantes conterrâneos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>. Acesso em: setembro de 2025.

BRASIL. **Lei 8069/1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069Compilado.htm. Acesso em: julho de 2025.

BRASIL. **Lei n. 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm. Acesso em: junho de 2025.

BRASIL. **Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. 2.ed. Brasília, DF: CONANDA, 2009.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: CONANDA, 2006.

DELAP, E.; WEDGE, J. **Diretrizes Internacionais de Reintegração Familiar de Crianças e Adolescentes**. Rio de Janeiro: Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária, 2016.

Prefeitura municipal de Foz do Iguaçu. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Diagnóstico Socioterritorial da Política de Assistência Social**: Informações sociais dos territórios. Organização: Samuel Cabanha. 3. ed. - Foz do Iguaçu: Fundação Cultural de Foz do Iguaçu, 2025. Disponível em: <https://www.foz.pr.gov.br/wp-content/uploads/2025/11/Diagnostico-Socioterritorial-da-politica-de-assistencia-Social-Versao-Final.pdf>. Acesso em: dezembro de 2025.

Foz do Iguaçu. **Lei Municipal Nº 2.502/2001**. Autoriza o poder executivo a instituir programa de guarda subsidiada às crianças e adolescentes órfãos, abandonados ou sub judice e dá outras providências. Leis municipais: legislação de Foz do Iguaçu. 2001. <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2001/251/2502/lei-ordinaria-n-2502-2001>. Acesso em: junho de 2025.

H2FOZ. **Foz do Iguaçu abriga pessoas de 95 nacionalidades**. Foz do Iguaçu: H2FOZ, 2024. Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/geral/95-nacionalidades-foz-do-iguacu>. Acesso em: junho de 2025.

Instituto paranaense de desenvolvimento econômico e social (IPARDES). **Caderno Estatístico Municipal:** Foz do Iguaçu. Curitiba: IPARDES, 2023. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Caderno-Estatistico-Municipal>. Acesso em: junho de 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Assembleia da Organização das Nações Unidas. **Diretrizes para Cuidados Alternativos à Criança.** Nova York-EUA. 2010. Disponível em: <https://bettercarenetwork.org/sites/default/files/2021-04/DIRECTRIZES-PARA-CUIDADOS-ALTERNATIVOS-NACOES-UNIDAS.docx.pdf>. Acesso em: dezembro de 2025.

Organização Internacional para as Migrações (OIM). **Protocolo de assistência a migrantes em situação de vulnerabilidade.** Genebra: Organização Internacional para as Migrações, 2019. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/protocolo-de-assistencia-migrantes-em-situacao-de-vulnerabilidade>. Acesso em: junho de 2025.



3

Cíntia Fiorotti Lima
Eric Gustavo Cardin

MIGRAÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU-PR

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-657-9.3

INTRODUÇÃO

A pesquisa “Atendimento e acolhida aos migrantes internacionais em municípios de fronteira: análise e acompanhamento na implantação de protocolos de acolhimento a pessoas em diferentes situações migratórias em Foz do Iguaçu (PR) e Corumbá (MS)” foi desenvolvida entre os anos de 2022 e 2024. O trabalho foi realizado por pesquisadores da UFMS, UNIOESTE, UNILA e UNIFESP, tendo aporte financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico (CNPq), por meio do Edital Humanidades/2022. O projeto teve os seguintes objetivos: 1) analisar o processo de implantação dos protocolos de acolhimento dos migrantes; 2) analisar o perfil dos migrantes existentes nos dois municípios; 3) analisar as deficiências na estrutura pública de atendimento aos migrantes; 4) e oferecer cursos de formação para os trabalhadores que atuam diretamente com a população migrante.

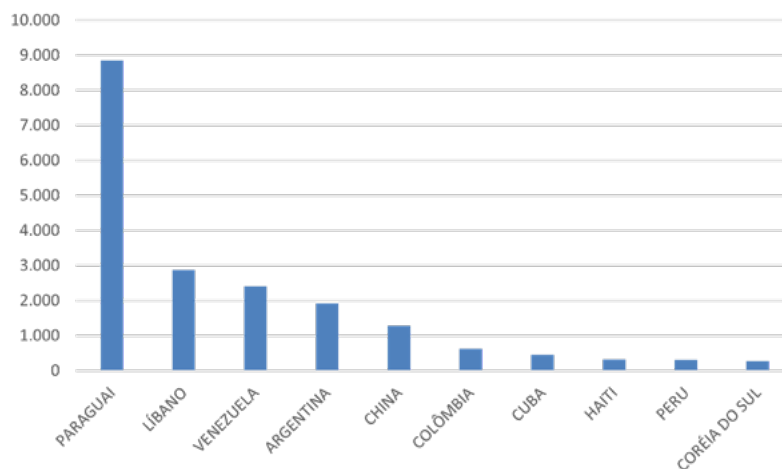
Este texto é focado na análise dos dados levantados para o cumprimento do segundo objetivo. Ele apresenta elementos relacionados ao perfil dos migrantes, mas, mais do que isso, uma primeira análise referente à relação dos migrantes com o mercado de trabalho em Foz do Iguaçu-PR. Para a obtenção das informações elaborou-se um arranjo metodológico que englobou a aplicação de questionários em um grupo de 273 migrantes residentes em Foz do Iguaçu/Paraná. A amostra foi definida levando em consideração um universo de 21.593 pessoas, observando o índice de 5% de erro e 95% de confiança. Os questionários foram objetivos e não permitiram a identificação dos entrevistados, não ocorrendo a coleta de nomes ou de números de documentos pessoais. Por fim, destaca-se que a realização da pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP 70506623.5.1001.0021).

A composição do universo de pesquisa não foi simples, pois as características da população migrante em regiões de fronteira

possuem particularidades derivadas da constante circulação trans-fronteiriça. Neste sentido, destacamos que a obtenção de uma estimativa do número de migrantes residentes em Foz do Iguaçu/PR exige um olhar atento para o perfil da mobilidade existente, pois ela promove oscilações nos números apresentados nas diferentes fontes sobre o assunto.

De acordo com o Sistema Nacional de Registro Migratório, 16.954 migrantes internacionais foram registrados como residentes no município de Foz do Iguaçu entre janeiro de 2000 e março de 2022, dos quais 52% eram homens, e 48%, mulheres. O número de migrantes que se deslocam para o município tem aumentado nos últimos anos. Entre 2000 e 2009, a média anual de novos migrantes registrados oscilava em torno de 399, ao passo que, entre 2010 e 2020, a média anual subiu para cerca de 1.010 migrantes. Em 2021, foram registrados 711 novos registros em nível local (OIM, 2022, p. 13).

Os dados da Polícia Federal apresentam poucas diferenças em relação aos índices publicados pela OIM. Em julho de 2023 foi realizada uma consulta ao órgão referente ao número de migrantes que residiam no município. Em resposta, obteve-se um ofício contendo o número de registros ativos por nacionalidade, apresentando 21.593 pessoas originadas de 102 países diferentes. Embora as informações sinalizem para a distribuição das nacionalidades e para a existência de grupos consolidados, o documento não consegue abarcar os indocumentados e os pendulares. Segundo os dados, o município possui residentes de mais de cem nacionalidades e a existência de grupos que estão imersos na sociedade local, compondo comunidades étnicas. Dessa forma, as informações utilizadas para o desenho da amostra exigem atenção e problematização.

Gráfico 01 – Migrantes com registro ativo na Polícia Federal em Foz do Iguaçu

Fonte: Dados da Polícia Federal organizados pelos autores (2024).

O gráfico 01 apresenta as dez nacionalidades que possuem a maior quantidade de moradores no município. Contudo, destaca-se que os migrantes paraguaios e argentinos estão inseridos em um processo histórico de circulação na tríplice fronteira, que é composta pelo encontro dos limites internacionais de Foz do Iguaçu/Brasil, Ciudad del Este/Paraguai e Puerto Iguazú¹. A presença de libaneses e chineses também se vincula com a história da região, pois os comerciantes dessas nacionalidades foram os responsáveis por parte significativa do abastecimento de mantimentos desde a década de 1960². Por fim, observa-se a presença de muitos venezuelanos,

1 Há uma vasta produção sobre os processos migratórios envolvendo os países que compõem a tríplice fronteira estudada, entre eles destacam-se as pesquisas de José Lindomar Coelho de Albuquerque (2008), Alena Profit (2014), Cíntia Fiorotti e Eric Gustavo Cardin (2016), Edson Milliteli (2016) e Eric Gustavo Cardin (2018).

2 De modo semelhante, observa-se a existência de produção significativa sobre a comunidade árabe e chinesa na região de confluência das fronteiras do Brasil, Paraguai e Argentina, onde destacamos os textos de Aline Maria Tomé Arruda (2008), Fernando Rabossi (2007), Regina Coeli Machado Silva (2008), Sílvia Antônio Colognese, Eric Gustavo Cardin e Eloísa Kolln (2015), Arthur Bernardes do Amaral (2010), Rosana Pinheiro-Machado (2009), André Gattaz (2012), Poliana Fabíula Cardozo (2012).

que corresponde a um processo migratório mais recente. Diante da distribuição das nacionalidades e da organização territorial do município, a aplicação dos questionários levou em consideração o georreferenciamento das instituições de acolhimento de migrantes existentes na cidade, que é bastante dispersa, além de alguns pontos de referência, como os templos religiosos, restaurantes e a própria Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA).

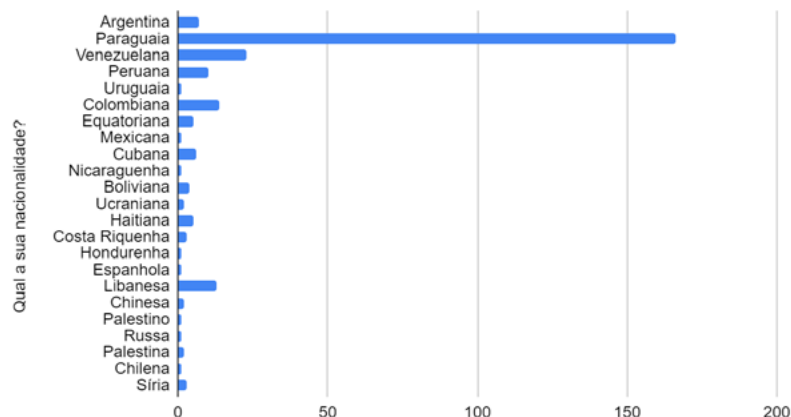
Neste sentido, antes da apresentação e análise dos dados obtidos, explicita-se que há diferenças entre as informações coletadas e aquelas contidas e usadas pela Polícia Federal. Enquanto estas se baseiam em bancos de dados oficiais, onde constam informações sobre migrantes devidamente documentados, os números apresentados no estudo foram coletados dentro de equipamentos públicos que, na maioria das vezes, atendem um público vulnerável e que ainda não possui redes sociais de proteção no Brasil. Ou seja, pessoas que vivem em situação diferente daquela experimentada pelas comunidades migrantes mais antigas e cristalizadas, como, por exemplo, as compostas por árabes e chineses.

O texto está organizado em três subtópicos que possuem a finalidade de destacar alguns dos aspectos observados na pesquisa realizada, que pode ser explorada por diferentes ângulos e temas. Em um primeiro momento é apresentado um breve perfil dos migrantes entrevistados, o que facilita a comparação, caso seja o interesse, com as comunidades mais estabilizadas indicadas anteriormente. No segundo momento a atenção é direcionada para a relação entre o perfil dos migrantes e o mercado de trabalho no município. Por fim, no terceiro momento, é explorado alguns indicadores que sinalizam para as possíveis vulnerabilidades e violências vividas pelos migrantes que se encontram em Foz do Iguaçu/PR.

O PERFIL DO(A) MIGRANTE

Como foi destacado anteriormente, durante a pesquisa foram aplicados 273 questionários em uma população migrante que se encontrava disposta em diferentes pontos do município. Parte significativa das entrevistas ocorreram na Casa do Migrante, mas também em equipamentos públicos de acolhimento e saúde, assim como em instituições de ensino de nível superior. As pessoas responsáveis por este importante trabalho foram pesquisadores e bolsistas vinculados ao Lafront, além de assistentes sociais da própria prefeitura municipal de Foz do Iguaçu/PR. Os dados coletados foram organizados e analisados com ajuda do software SPSS.

Gráfico 02 – Nacionalidade dos migrantes

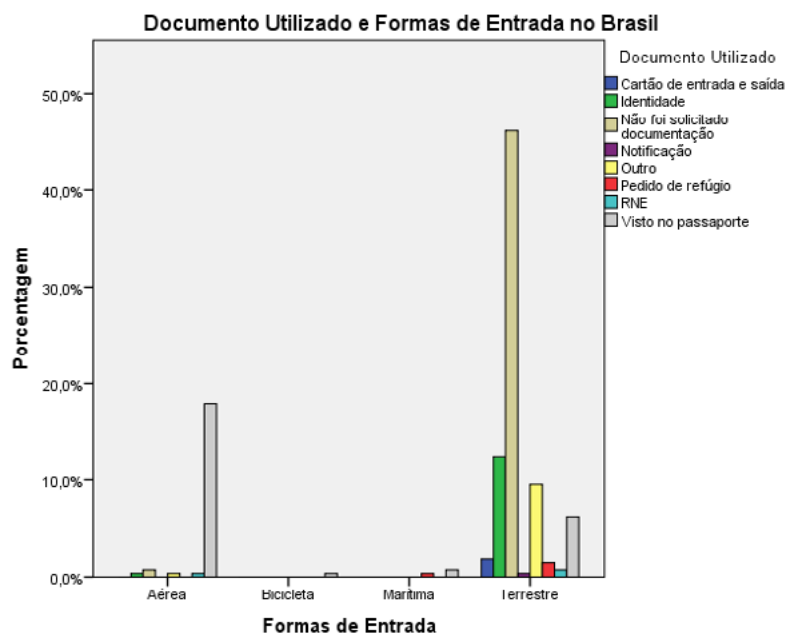


Fonte: Dados coletados pelo Lafront e organizados pelos autores (2024).

Contudo, antes da apresentação e análise de alguns dos números obtidos, observa-se por meio da exposição do gráfico 02, uma leve diferença em relação aos dados oficiais fornecidos pela Polícia Federal (Gráfico 01). No dados obtidos durante a pesquisa de campo, visualiza-se um predomínio de pessoas oriundas de outros

países latino americanos e uma menor presença de árabes e asiáticos. Como já foi salientado, a possível explicação para tal situação está relacionada ao perfil do público que utiliza os equipamentos públicos na cidade, que, de maneira costumaz, são ocupados pela população mais vulnerável e economicamente menos privilegiada.

Gráfico 03 – Documento utilizado e formas de entrada no Brasil



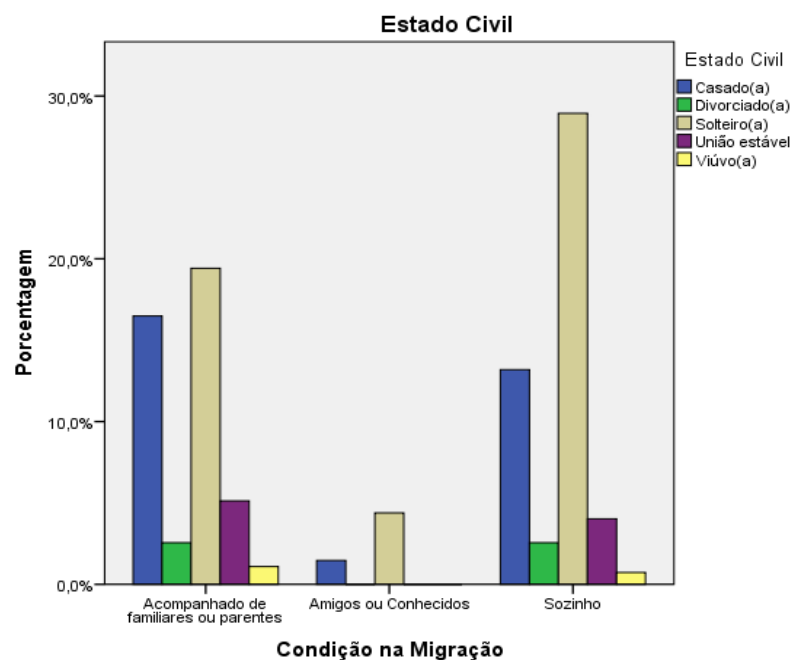
Fonte: Dados coletados pelo Lafront e organizados pelos autores (2024).

O gráfico 03 demonstra o grande predomínio de migrantes que entraram no Brasil por via terrestre, fato que sinaliza para a presença de migrantes vindos dos países vizinhos e um número significativamente menor de entradas por via aérea ou marítima, onde, destaca-se a maior presença do uso do passaporte como documento utilizado na entrada no país. Outro aspecto relevante, encontra-se no fato de que não houve solicitação de documentos no ingresso pelas fronteiras terrestres do país. Tal situação, pode indicar a existência de fragilidades

no controle da circulação nas fronteiras. Contudo, também pode apontar para uma outra percepção em relação a entrada de estrangeiros no país, onde a securitização das relações não predominaria.

O Gráfico 04 apresenta o estado civil dos migrantes no momento da entrevista e a existência ou não de acompanhantes quando ocorreu o processo migratório. A observação conjunta das duas questões permite explorarmos a união afetiva como um elemento de apoio no processo migratório, já que, muitos daqueles que entraram no país sozinhos, afirmaram no momento da entrevista, estarem acompanhados com parceiros e parceiras. Por outro lado, também se observa o aumento de solteiros e solteiras entre as pessoas que vieram para o Brasil acompanhados. Enfim, o deslocamento para um outro país, o processo de inserção social e econômica atua diretamente na estrutura familiar dos migrantes.

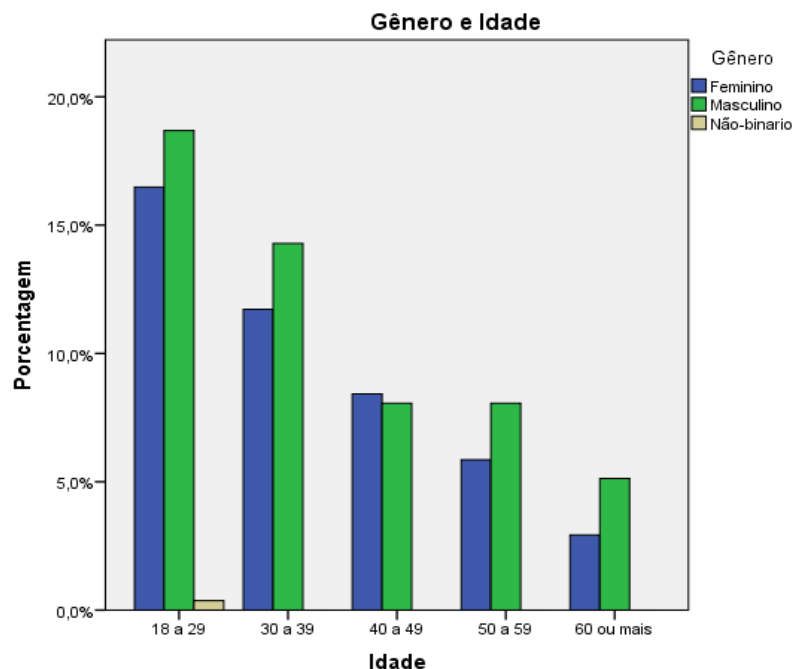
Gráfico 04 - Estado civil dos migrantes



Fonte: Dados coletados pelo Lafront e organizados pelos autores (2024).

Observando os dados de gênero e a idade dos migrantes entrevistados, expostos no gráfico 05, constata-se um número um pouco mais acentuado de migrantes do sexo masculino, aproximadamente 60%. O número de mulheres supera o de homens apenas na faixa etária de 40 a 49 anos. Associa-se a essa faixa etária a maternidade e a busca por melhores condições de vida para seus dependentes. Ainda referente a idade das pessoas entrevistadas, constata-se que mais de 60% possuem menos de 39 anos de idade, o que indica que uma parcela representativa dos migrantes se encontra no ápice de sua força produtiva. Não suficiente, também é possível relacionar a existência de um grande contingente de jovens com sua inserção no ensino superior e a busca por uma formação profissional.

Gráfico 05 – Gênero e idade



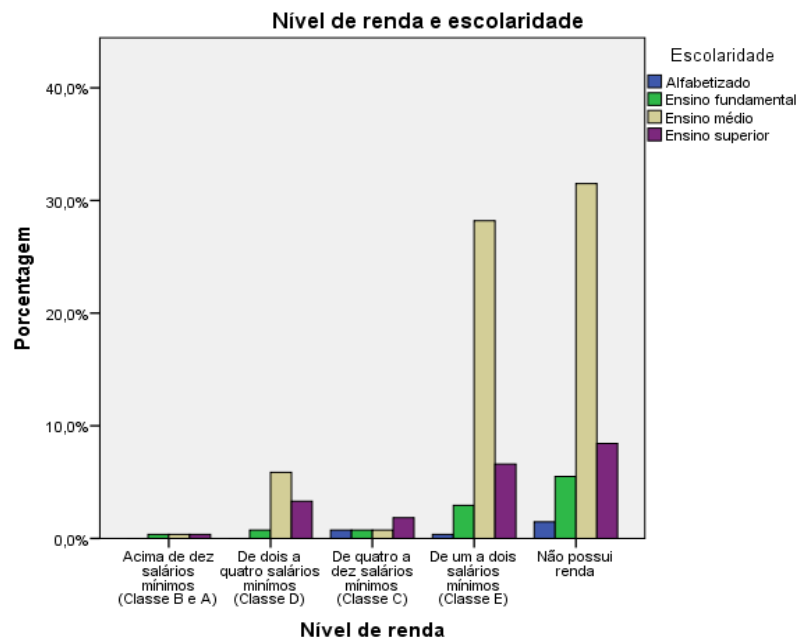
Fonte: Dados coletados pelo Lafront e organizados pelos autores.

Os indicadores apresentados neste tópico correspondem apenas a algumas das informações possíveis de serem extraídas da pesquisa realizada durante a execução do projeto. Deste modo, eles refletem apenas algumas particularidades do universo estudado. A escolha das variáveis trabalhadas ocorreu levando em consideração o objetivo de explorarmos na continuação do texto elementos relacionados ao mercado de trabalho e a renda da população migrante entrevistada. Os dados levantados permitem afirmar que o conjunto de migrantes que residem em Foz do Iguaçu/PR encontra-se em uma idade economicamente ativa, mas que necessariamente não se encontra no mercado de trabalho formal.

MIGRAÇÃO, RENDA E TRABALHO

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2023, 29% dos migrantes que vivem no Brasil possuem de 18 a 29 anos de idade, enquanto 34% estão faixa etária de 30 a 39 anos de idade. Esse dado geral reflete uma faixa etária que é predominantemente adulta e ativa no mercado de trabalho, apontando para pequenas diferenças quando comparado com a situação encontrada em Foz do Iguaçu-PR. No município, observa-se que 35,5% dos migrantes possuem entre 18 e 29 anos de idade, enquanto 26% possuem entre 30 e 39 anos. Em outras palavras, a população migrante residente em Foz do Iguaçu-PR é um pouco mais jovem do que aquela visualizada no restante do país, o que permite entender os dados contidos no gráfico 06.

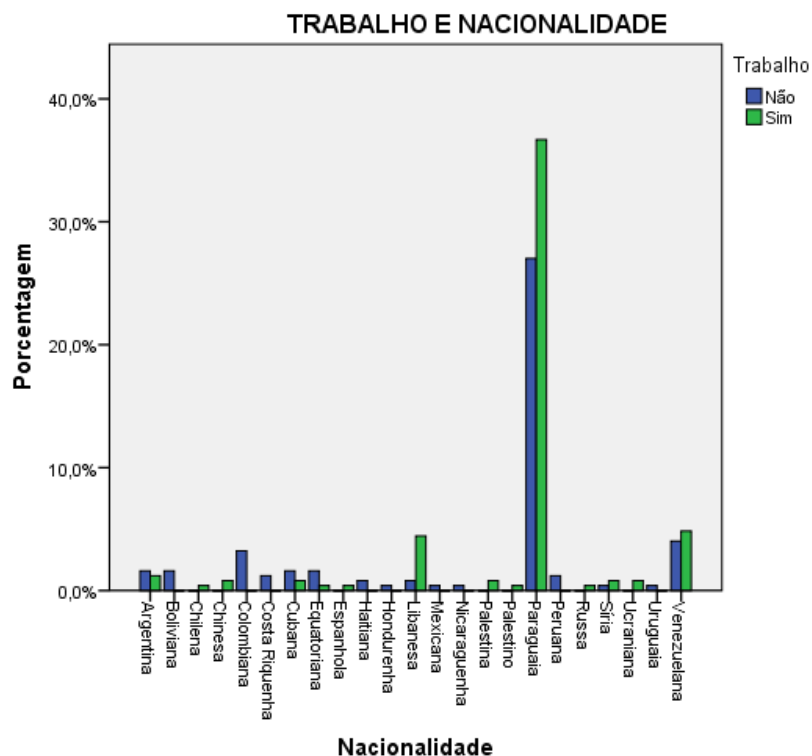
Gráfico 06 – Nível de renda e escolaridade



Fonte: Dados coletados pelo Lafront e organizados pelos autores (2024).

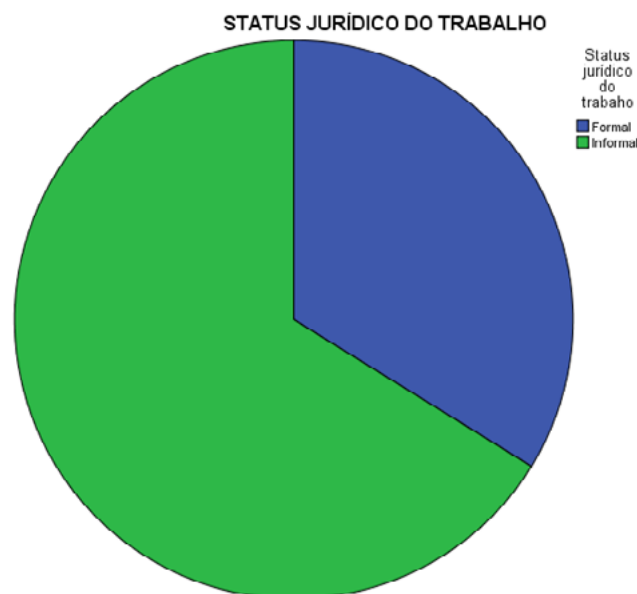
O gráfico 06 expressa que uma parcela pequena da população migrante é analfabeta (2,6%) ou com apenas o ensino fundamental (10,3%). A maior parte dos entrevistados possuem o ensino médio completo (66,7%), acompanhado de um número significativo de pessoas com ensino superior (20,5%). Percebe-se que no caso dos migrantes a escolaridade não garante aumento de renda, revelando que muitos trabalhadores são superexplorados no mercado local e iluminando para a possível presença de xenofobia nos processos de contratação. De certa forma, discutimos o tema em outra ocasião, e observamos como o preconceito e a xenofobia contra a população migrante cumpre uma função ao explicitar e forçar o “lugar” de cada sujeito nas relações sociais (Cardin, 2022).

Gráfico 07 – Trabalho e nacionalidade



Fonte: Dados coletados pelo Lafront e organizados pelos autores (2024).

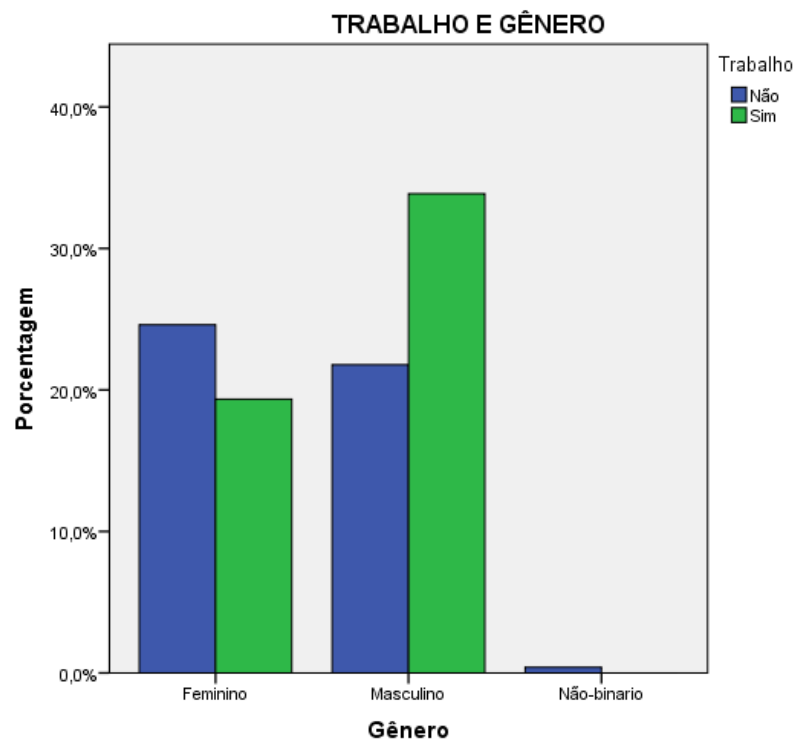
São poucos os casos em que o número de trabalhadores empregados é superior ao número de desempregados. No gráfico 07 visualizam-se os migrantes chilenos, chineses, espanhóis, libaneses, palestinos, paraguaios, russos, sírios, ucranianos e venezuelanos. Percebe-se que na maioria dos casos, a nacionalidade não é latino-americana. Evidentemente que devido ao tamanho da comunidade, os números referentes a população paraguaia se destacam, aproximadamente 28% estão desempregadas, enquanto 38% encontram-se empregadas. Contudo, não é possível esquecer que predominantemente a renda média desta população é no máximo de dois salários-mínimos.

Gráfico 08 – Situação jurídica do trabalhador

Fonte: Dados coletados pelo Lafront e organizados pelos autores (2024).

Outro elemento importante possível de ser visualizado nos dados está no fato de que a maioria da população que trabalha desenvolve sua atividade na informalidade. Assim, ocorre uma soma de fatores que levam a vulnerabilidade: desemprego, baixa remuneração e informalidade. Nota-se que a nacionalidade é um diferencial nestes número, já que latino-americanos e africanos tendem a estar situados de maneira precária nos mundos do trabalho, independente da escolaridade. Por outro lado, migrantes do “Norte Global” apresentam melhor renda e um nível de inserção laboral que lhes garantem maior proteção social e econômica. No entanto, as disparidades não terminam.

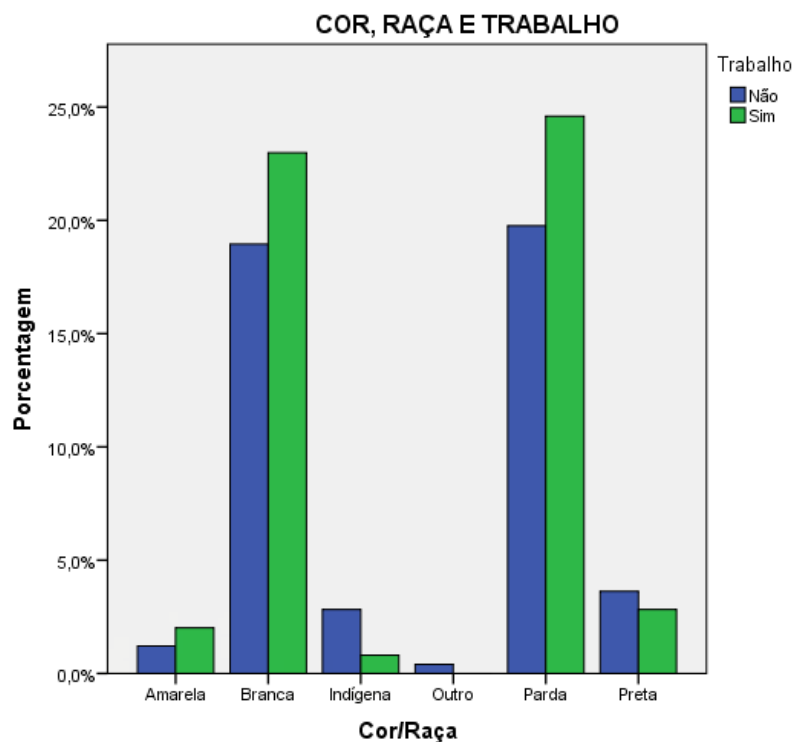
Gráfico 09 – Trabalho e gênero



Fonte: Dados coletados pelo Lafront e organizados pelos autores (2024).

O gráfico “Trabalho e Gênero” explicita como a categoria gênero se articula com situação laboral do sujeito. Neste sentido, observa-se que entre as mulheres pesquisadas a maior porcentagem encontra-se desempregada, enquanto entre os homens a maioria representativa indica que estão empregadas. Por fim, constata-se que entre os migrantes autoidentificados como não-binários todos estão desempregados.

Gráfico 10 – Cor, raça e trabalho



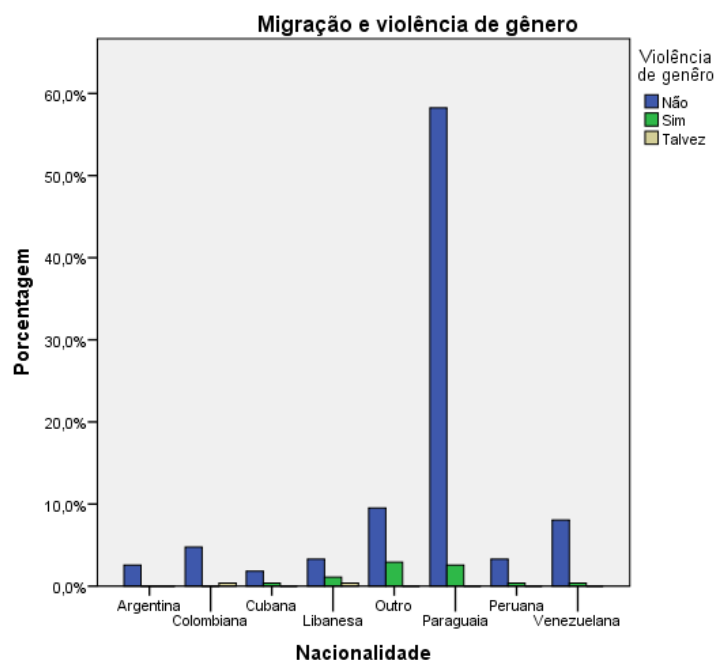
Fonte: Dados coletados pelo Lafront e organizados pelos autores (2024).

Ainda dentro de um processo de autoidentificação é possível constatar que a categoria “cor/raça” também tem seu peso na composição da massa desempregada. Neste sentido, observa-se que a população autoidentificada como indígena e preta são as únicas em que o número de desempregados é maior do que o de empregados. Reforçando estereótipos, os dados indicam que categorias sociais como gênero, nacionalidade e “raça” determinantes na definição da posição do sujeito no mercado de trabalho, assim como de sua renda.

MIGRAÇÃO E VULNERABILIDADES

As dimensões descritas anteriormente, que envolvem as relações dos migrantes com o mercado de trabalho, implicam em um universo mais amplo de problemas que atingem a população estudada. As dificuldades econômicas se somam a outras violências sofridas cotidianamente pela população migrante e, como vem sendo indicado nos dados apresentados, configuram as condições de vida por meio da intersecção de diferentes elementos.

Gráfico 11 – Migração e violência de gênero



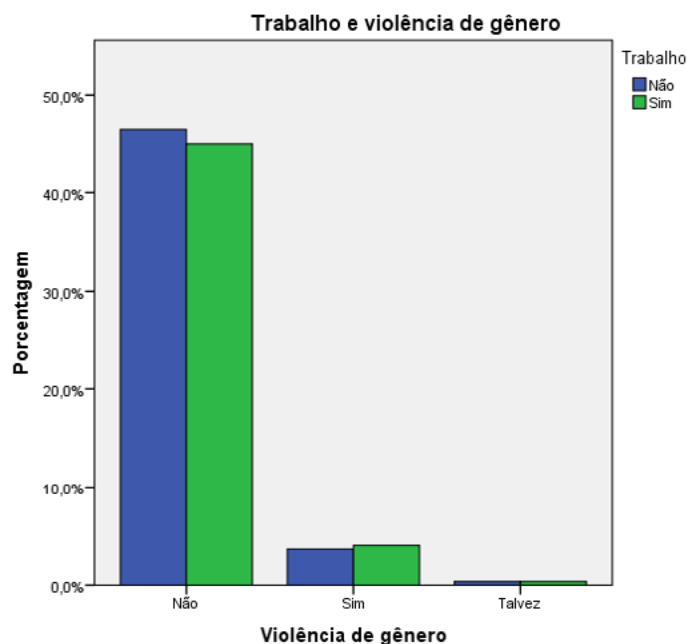
Fonte: Dados coletados pelo Lafront e organizados pelos autores.

Levando em consideração os baixos índices e a busca de uma melhor visibilidade dos dados referentes aos casos estatisticamente mais relevantes, no gráfico 11 foram excluídas as nacionalidades

que representam menos de 2% dos casos. As informações obtidas demonstram a inexistência de uma proporcionalidade dos números em relação ao tamanho da amostra de cada nacionalidade, onde quanto maior o número de indivíduos de uma nacionalidade, maior o número de casos de violência de gênero. Nota-se que as nacionalidades paraguaia e libanesa possuem os números mais significativos, não sendo acompanhado por outras nacionalidades que possuem números expressivos de migrantes na cidade, como é o caso de venezuelanos, colombianos e argentinos.

No entanto, não é possível afirmar de maneira direta a existência de uma relação entre nacionalidade e violência de gênero. Embora o gráfico 11 sinalize a existência desta relação, é preciso observar que outros indicadores podem ser correlacionados, modificando a interpretação. Um exemplo de correlação pode ser constatado no gráfico 12.

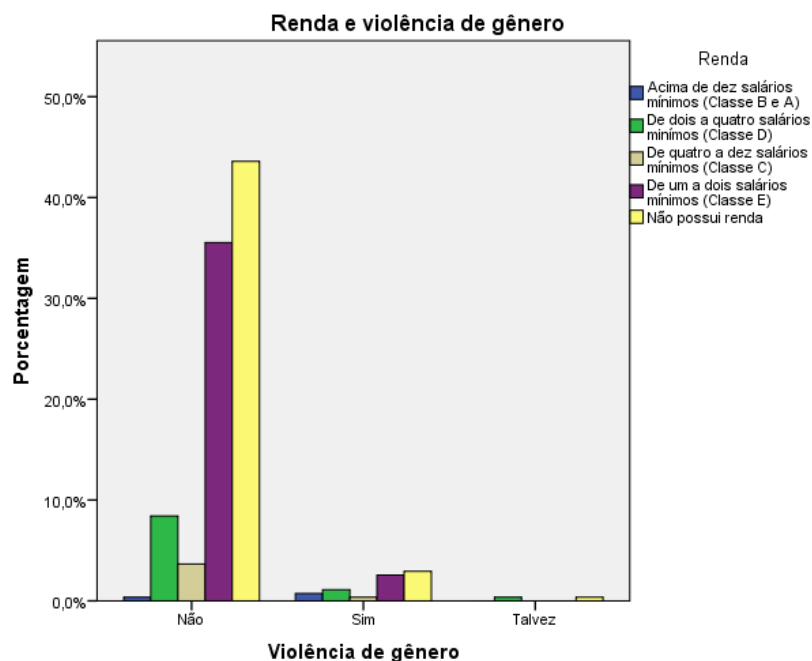
Gráfico 12 – Trabalho e violência de gênero



Fonte: Dados coletados pelo Lafront e organizados pelos autores.

Nota-se que a violência de gênero é um pouco superior entre as mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho. Na mesma perspectiva, constata-se que a violência é mais comum entre as pessoas de menor nível de renda.

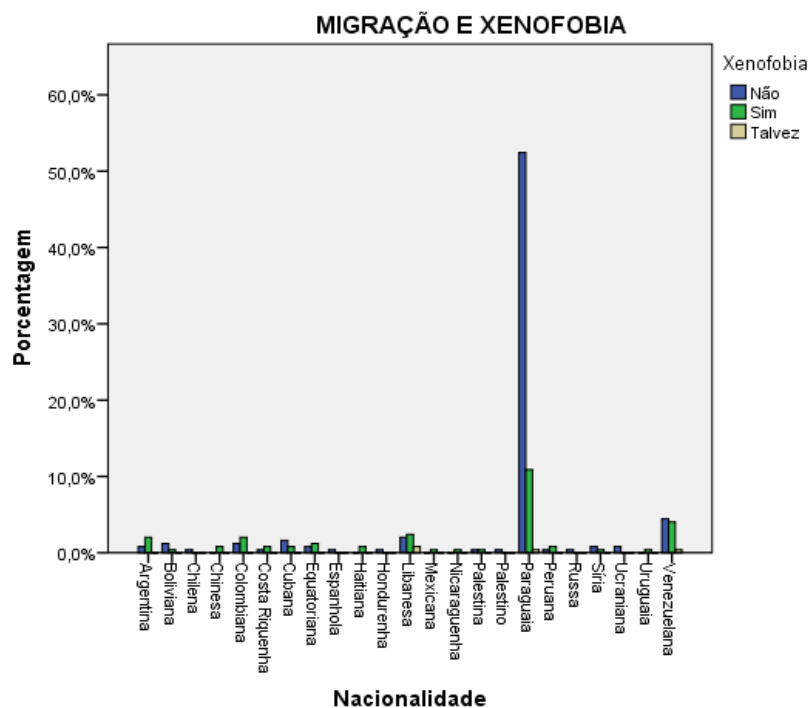
Gráfico 13 - Renda e violência de gênero



Fonte: Dados coletados pelo Lafront e organizados pelos autores.

Neste contexto, conclui-se que a violência e gênero entre migrantes é derivada da interseccionalidade de diferentes variáveis, entre elas nacionalidade, inserção do mercado de trabalho e nível de renda. Situação similar ocorre quando é observado os indicadores que apontam para o número de vítimas de xenofobia ou de outros tipos de preconceito a partir do momento em começaram a residir em Foz do Iguaçu-PR.

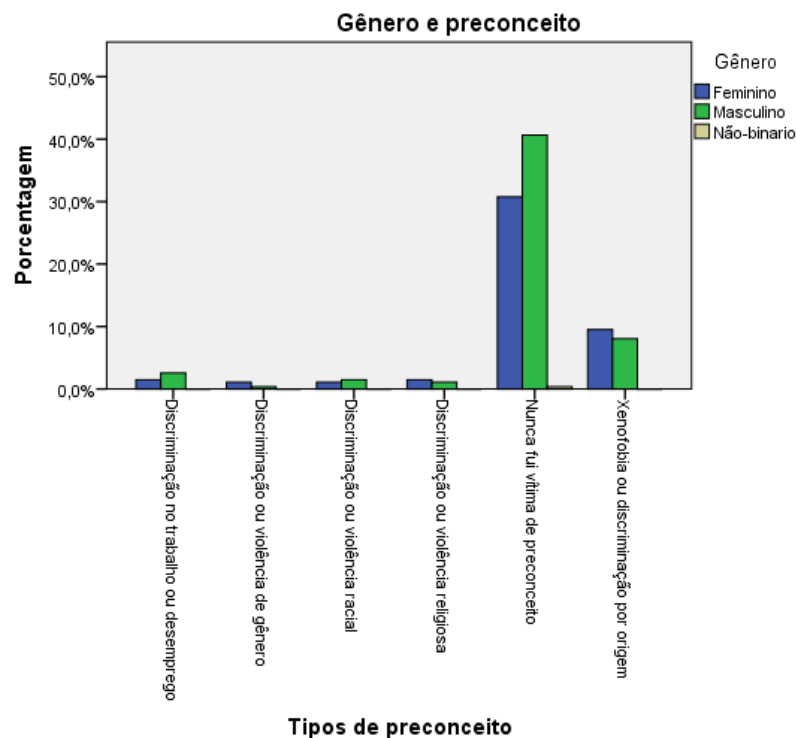
Gráfico 14 – Migração e xenofobia



Fonte: Dados coletados pelo Lafront e organizados pelos autores.

O gráfico 14 demonstra que entre as pessoas de nacionalidade argentina, colombiana, costa riquenha, equatoriana, haitiana, libanesa e peruana, o número de pessoas que foram vítimas de xenofobia é maior do que o oposto. No gráfico 15 é possível visualizar a relação entre alguns tipos de violência e/ou preconceito e os gêneros identificados pelos migrantes.

Gráfico 15 – Gênero e preconceito



Fonte: Dados coletados pelo Lafront e organizados pelos autores.

Percebe-se que a aderência entre gênero e preconceitos ocorre de maneira diferenciada. Um número maior de mulheres afirma não terem sido vítimas de preconceito, porém elas sofrem em maior número em duas categorias. Elas são as que mais sofrem discriminação racial e que mais sofrem preconceito no universo laboral. Por outro lado, entre os homens destacam-se a discriminação por nacionalidade e a intolerância religiosa.

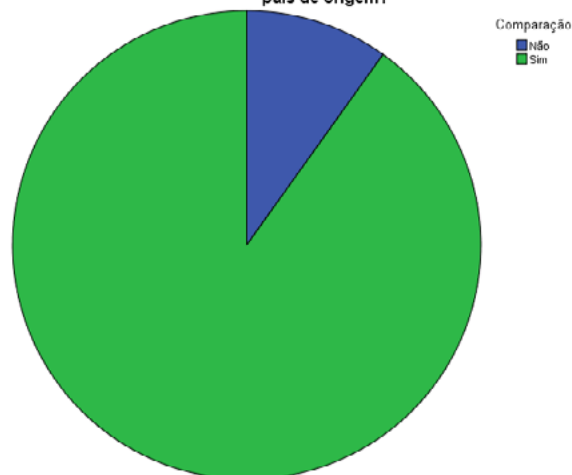
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados coletados na pesquisa são mais amplos que o conjunto apresentado neste capítulo. Aqui, definiu-se como objetivo refletir sobre a migração e as diferentes dimensões que fomentam um contexto de vulnerabilidade para o(a) migrante. Neste sentido, os dados apresentados permitem afirmar que nacionalidade, condições laborais, renda e gênero são categorias que se associam no processo de definição das condições de vida dos(as) migrantes que residem em Foz do Iguaçu-PR.

Embora em alguns itens a precariedade vivida seja explicitada de maneira gritante, por exemplo, quando observamos o nível de renda ou a inserção no mercado de trabalho. Já em outros aspectos, principalmente aqueles de caráter mais subjetivos, os dados sinalizam para processos de sociabilidade razoáveis, por exemplo, no número de migrantes que afirmam nunca terem sido vítimas de preconceito. Entretanto, existem outras variáveis fundamentais para a definição dos projetos migratórios destas pessoas.

Gráfico 16 – Acesso a direitos

Você considera que possui maior acesso à direitos no Brasil em relação ao seu país de origem?

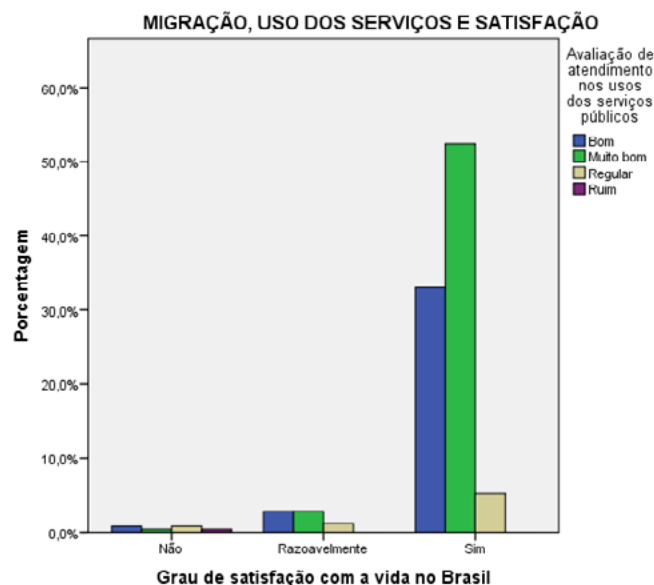


Fonte: Dados coletados pelo Lafront e organizados pelos autores.

Não sendo suficiente, a desproporção apresentada no gráfico 16, os serviços que são ofertados são bem avaliados. O gráfico 17 permite observar a relação entre a satisfação dos migrante com a vida no Brasil e os serviços públicos ofertados. Notadamente, constata-se as melhores avaliações em relação aos serviços são realizadas por aqueles e aquelas migrantes satisfeitas com as condições de vida. Todavia, cabe um rápido apontamento neste momento.

Pensar na condição de vida atual é sempre uma ação relacional, ou seja, ela precisa ser comparada com a condição anterior. Como foi observado no gráfico 16, os migrante e as migrantes afirmam que as condições no Brasil são melhores do que aquelas vividas no país de origem. Desta forma, é preciso ser compreendido que os níveis de satisfação se referem a um estado e não a um conceito de definido, o que nos permite supor que as condições são satisfatórias dentro do contexto em que se desenvolve as trajetórias de vida, não que elas sejam necessariamente as melhores.

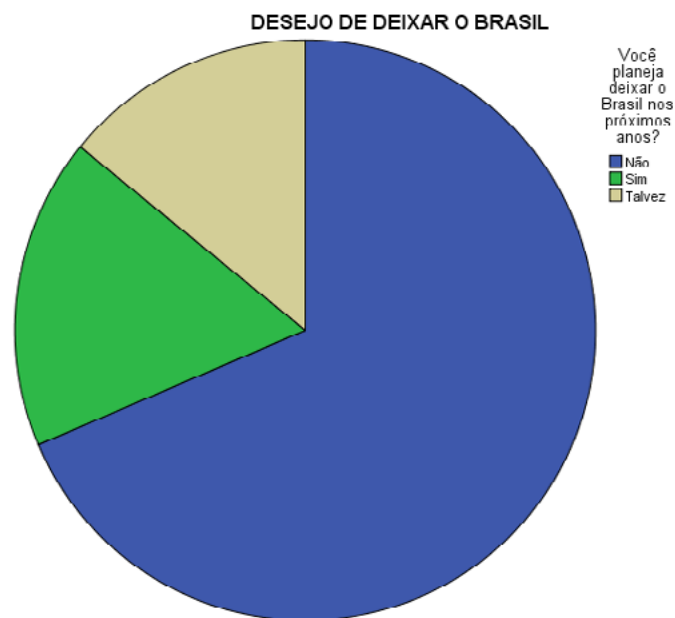
Gráfico 17 – Migração, uso dos serviços e satisfação



Fonte: Dados coletados pelo Lafront e organizados pelos autores.

No momento da pesquisa, a realidade vivida pelos sujeitos da amostra, assim como a conjuntura internacional, criava um universo propício para a fixação de residência, situação que pode ser identificada no gráfico 18.

Gráfico 18 – Desejo de deixar o Brasil



Fonte: Dados coletados pelo Lafront e organizados pelos autores.

Mais de 60% dos entrevistados e entrevistadas não apresentavam interesse em deixar o Brasil no momento da entrevista, o que vem ao encontro dos índices referentes à satisfação das condições de vida e dos serviços públicos oferecidos no município de Foz do Iguaçu-PR. Com isso, é possível concluir que a garantia de direitos fundamentais fomenta uma rede de proteção mínima para a população migrante, que, mesmo em condições precárias, conseguem reproduzir suas vidas e almejar dias melhores.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. L. C. Fronteiras e identidades em movimento: fluxos migratórios e disputa de poder na fronteira Paraguai-Brasil. **Cadernos Ceru**, São Paulo, série 2, v. 19, n. 1, p. 49-63, 2008.

AMARAL, A. B. **A Tríplice Fronteira e a Guerra ao Terror**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

ARRUDA, A. M. T. Direitos humanos e exercício da religião. Muçulmanos na tríplice fronteira: Brasil – Argentina – Paraguai. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, v. 16, n. 31, 277- 284, 2008.

CARDIN, E. G. Os trabalhadores paraguaios nas cidades fronteiriças do Brasil. **Tempo Da Ciência**, Toledo, v. 25. n. 49, p. 111-120, 2018.

CARDIN, E. G. Volta para o lugar de onde veio! O lugar da xenofobia e a demarcação social. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, v.17, p.26 - 43, 2022.

CARDOZO, P. F. **O Líbano ausente e o Líbano presente**: espaços de identidades de imigrantes libaneses em Foz do Iguaçu. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

COLOGNESE, S. A.; CARDIN, E. G.; KOLLN, E. Migrantes árabes na tríplice fronteira. *In*: COLOGNESE, Silvio Antonio (org.). **Além das fronteiras sociológicas**: uma agenda para o ensino de ciências sociais. Porto Alegre: Evandraf, 2015. p. 155-174.

FIOROTTI, C. CARDIN, E. G. Migração paraguaia na faixa de fronteira do Brasil: identidades, circularidades e redes transnacionais. **Século XXI**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 53-71, 2016.

GATTAZ, A. **Do Líbano ao Brasil**: história oral de imigrantes. Salvador: Editora Pontocom, 2012.

MILITELLI, E. M. **A representação do argentino na(s) fronteira(s)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2016.

Organização Internacional para as Migrações (OIM), 2022. **Indicadores de Governança Migratória Perfil 2022 - cidade de Foz do Iguaçu**. OIM: Genebra, 2022.

PINHEIRO-MACHADO, R. **Made in China:** produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PROFIT, A. A imigração paraguaia contemporânea: elementos para a sua compreensão. **REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, n. 43, p. 281-284, 2014.

RABOSSI, F. Árabes e muçulmanos em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este: notas para uma reinterpretação. *In:* G. SEYFERTH. **Mundos em movimento:** ensaios sobre migração. Santa Maria: UFSM, 2007. p. 288- 312.

SILVA, R. C. M. Reordenação de identidades de imigrantes árabes em Foz do Iguaçu. **Trabalho de Linguagem Aplicada**, Campinas, v. 42, n. 2, 2008.



4

Erika Luana Lopez Flores
Anderson Luís do Espírito Santo

REDES DE ACOLHIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES EM CORUMBÁ (MS), NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-657-9.4

INTRODUÇÃO

O movimento migratório constitui parte essencial da história e se configurando um como processo permanente de deslocamentos e recomposições sociais. Sayad (2004) o caracteriza como expressão de uma sociedade em eterna migração. No mundo contemporâneo, esse fenômeno se intensifica, especialmente devido à crise dos refugiados, marcada pela fuga de pessoas por guerras, perseguições políticas, crises climáticas e pobreza estrutural (Cavalcanti; Oliveira; Tonhati, 2020; Santo; Andion, 2020). No Brasil, os impactos dessas dinâmicas são particularmente vivenciados em municípios fronteiriços, como Corumbá, em Mato Grosso do Sul, na divisa com a Bolívia, onde foi realizado este estudo. Trata-se de um território marcado por intenso fluxo diário de pessoas e mercadorias, além de uma longa história de convivência transfronteiriça marcada tanto na solidariedade quanto em tensões.

Apesar dessa relevância, a experiência migratória raramente é compreendida em sua complexidade, sendo distorcida por discursos políticos e midiáticos que associam migrantes a crises ou ameaças, sem considerar as desigualdades de poder que definem quem circula e quem é barrado nos territórios nacionais (Musaro, 2018). Essa construção discursiva se soma a novas formas de pobreza, exclusão, desigualdade de gênero e deslocamentos forçados por questões climáticas, reforçando o que Sheller (2018) denomina de “injustiças de mobilidade”. Nos territórios fronteiriços, tais desigualdades tornam-se ainda mais visíveis, pois os migrantes são frequentemente subalternizados, sofrem restrições e têm restrições de acesso a direitos. Um exemplo recente foi a Operação *Libertad*, em 24 de setembro de 2024, quando a Polícia Federal desarticulou uma organização que aliciava bolivianos com falsas promessas de emprego, submetendo-os a condições análogas à escravidão (MS Notícias, 2024).

Em 2018, o fluxo migratório aumentou 160% (FGV/Dapp, 2018). Até 2020, o Brasil registrava 1,3 milhão de imigrantes. As solicitações de refúgio caíram em 2020, reflexo da pandemia, mas voltaram a crescer em 2024, com 55.940 pedidos até setembro (Brasil, 2024). Esses dados não contemplam migrantes indocumentados, invisíveis ao poder público. A maior parte vem da América Latina, sobretudo da Venezuela e do Haiti, fluxos consolidados nos anos 2000 (OBMigra, 2020). Apenas em 2022, os postos de fronteira registraram 19 milhões de movimentos migratórios — em 2019, quase 30 milhões (OBMigra, 2022).

Diante dessas dinâmicas, a legislação brasileira passou por reformulações. A Constituição de 1988 tornou o Estatuto do Estrangeiro (1980) incompatível com os direitos recém-estabelecidos. Após embates entre sociedade civil e setores conservadores, foi aprovada a Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração), definindo direitos e deveres do migrante e diretrizes para políticas públicas. No entanto, a ausência de estratégias eficazes compromete a implementação desses direitos, perpetuando a exclusão de significativa parcela da população migrante (Santo; Voks, 2023).

Esse contraste nos leva a questionar: se o Brasil possui um aparato legal que garante direito aos migrantes, estamos diante de uma abertura genuína para o acolhimento e inserção, ou de uma entrada desumanizada e exclusão? Sayad (2004) já alertava para a criação do ódio contra imigrantes, percebidos como invasores que ameaçam a identidade nacional. Esse ódio pode ser contextualizado com a migração venezuelana em Roraima, onde uma sofisticada mídia, a produção de *Fake News* e a política local corroboraram para a disseminação de inverdades, ideias frívolas e violências contra os recém-chegados (Basso, 2018).

Em Corumbá, os obstáculos do processo migratório aparecem já na entrada formal, especificamente no posto de imigração, caracterizado por longas filas, horários restritos e infraestrutura insuficiente

(Mendonça; Lélis, 2022). Essas falhas impactam não apenas migrantes, mas também o turismo fronteiriço, prejudicado por preconceitos e falta de integração entre modais de transporte. Dados do Migrafron (2023) indicam que Corumbá recebeu migrantes de 28 nacionalidades. A Casa do Migrante, em três anos, atendeu 3.800 pessoas, mas sua utilização não é obrigatória, havendo subnotificação.

Esse quadro nos faz refletir sobre de onde vem a capacidade de eventos migratórios em Corumbá despertar emoções públicas e coletivas. Para Dewey (1927), um problema só pode ser enunciado após ser vivido. Assim, é preciso reconhecer o caráter experiencial da migração. Valorizar práticas formais e informais de acolhimento pode revelar a força das respostas locais, muitas vezes invisíveis ao poder público. Assim, de que forma coletivos e redes locais em Corumbá mobilizam recursos, saberes e afetos para responder às demandas migratórias?

O objetivo deste estudo é investigar como redes formais e informais atuam no acolhimento de migrantes em Corumbá. Especificamente, buscamos identificar o papel de redes sociais e coletivos no apoio, destacando potencialidades e limitações para se articularem com as políticas públicas, além de reconhecer as respostas institucionais do poder público a partir da legislação e políticas existentes.

Metodologicamente, esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada na triangulação de métodos. Foram utilizados: (i) pesquisa documental e bibliográfica; (ii) cartografia das iniciativas locais; e (iii) entrevistas semiestruturadas.

A pesquisa documental contemplou o levantamento e análise de legislações e políticas públicas em bases oficiais (Diário Oficial da União, Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Corumbá), além de relatórios nacionais e internacionais, como o Sinais Vitais

do Instituto Comunitário Grande Florianópolis (Icom). Também foram consultadas matérias jornalísticas regionais para contextualizar lançamentos de políticas e protocolos sobre migração.

Já a cartografia identificou 25 organizações ligadas ao acolhimento de imigrantes e refugiados, das quais 10 foram analisadas por meio de dados secundários e 4 selecionadas para entrevistas, considerando o critério de atuação exclusiva na temática migratória.

As entrevistas foram realizadas com roteiro semiestruturado (10 questões), gravadas, transcritas e analisadas. Os participantes, identificados com códigos (E1 a E5), incluíram representantes de instituições locais e uma imigrante boliviana. Conversas informais durante o campo auxiliaram no direcionamento das entrevistas. Os dados obtidos foram organizados e sistematizados na plataforma do OBISFRON (<https://obisfron.com.br/>), o que permitiu gerar a cartografia da rede de organizações atuantes em Corumbá.

SITUANDO A DISCUSSÃO DAS MIGRAÇÕES E A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A RECEPÇÃO E ACOLHIMENTO DIGNO

A migração é um fenômeno milenar que atravessa a história, mas não pode ser reduzida a um simples deslocamento espacial, pois trata-se de um processo social que envolve dimensões econômicas, culturais, políticas e simbólicas. Em 2020, o Relatório Mundial sobre Migração registrou mais de 281 milhões de migrantes em circulação no mundo, dos quais muitos deixaram seus países de forma forçada, impulsionados por conflitos, crises ambientais e perseguições.

Diante disso, a responsabilidade dos Estados e organismos internacionais é assegurar acolhimento digno, garantindo trabalho, educação, saúde e segurança.

No campo conceitual, não há consenso sobre o que constitui a migração. Para Lee (1966), mudanças de residência mesmo em pequenas distâncias já configuram migração. Petersen (1958), em contrapartida, exige uma distância significativa e um tempo mínimo de permanência. Essas divergências revelam a pluralidade de perspectivas e a dificuldade em fixar definições universais.

Essa polissemia também levou à necessidade de atualizar os marcos teóricos. Massey *et al.* (1998) destacam que as teorias formuladas na era industrial não explicam a realidade contemporânea, pois foram construídas em um contexto de migrações predominantemente laborais e de longa duração. Castles (2011) reforça que a migração deve ser pensada como parte das mudanças estruturais da sociedade global. Hoje, os deslocamentos assumem formas fluidas, desafiando categorias estabelecidas.

Sayad (1998; 2000) contribui de forma decisiva ao tratar a imigração como um “fato social completo”, afinal, o migrante carrega não apenas a condição individual de quem se desloca, mas também as contradições e os sentidos de sua sociedade de origem. Assim, tanto o país de partida quanto o de chegada são transformados pelo movimento. Essa abordagem dialoga diretamente com o debate contemporâneo sobre fronteiras, reconhecimento e exclusão.

Bauman (1998), por exemplo, relaciona mobilidade e desigualdade, apontando que a circulação global é marcada pela seletividade: poucos têm o privilégio da livre mobilidade, enquanto a maioria enfrenta barreiras econômicas, políticas e jurídicas. Mezzadra (2015) amplia a crítica ao questionar categorias tradicionais como “migração voluntária” e “forçada”, lembrando que todo deslocamento é atravessado por pressões externas e graus de coerção. Além disso,

mostra como as políticas migratórias produzem escalas de pertencimento e exclusão, criando figuras como a do “migrante ilegal” e reforçando a precariedades.

Diante dessas contribuições, a migração deve ser compreendida como um fenômeno em permanente transformação, que ultrapassa tipologias fixas e evidencia tanto causas estruturais quanto o papel dos migrantes como sujeitos históricos.

No caso brasileiro, a trajetória migratória revela algumas singularidades. Partindo dos estudos de Baeninger *et al.* (2021), ao longo da história, o país passou por ciclos de imigração (século XIX, pós-Segunda Guerra), emigração (anos 1980-1990, marcada pela crise econômica) e novos fluxos de imigração a partir dos anos 2000, sobretudo da América Latina e do Haiti. A pandemia de covid-19 provocou queda brusca nos números (2020-2021), mas, desde 2022, os fluxos aumentaram, com crescimento de pedidos de refúgio e entradas superiores ao período pré-pandêmico. Atualmente, segundo o relatório da OBMigra (2020), 1,3 milhão de imigrantes residem no Brasil, sendo os maiores fluxos da Venezuela, Haiti, Bolívia, Colômbia e Estados Unidos. O número de novos refugiados reconhecidos anualmente no país saiu de 86, em 2011, para 26,5 mil em 2020.

Esse balanço reforça a urgência de olhar para as condições de recepção e acolhimento dos migrantes que chegam ao país. Neste estudo, acolhimento não se restringe à simples chegada, mas envolve práticas, leis, políticas, iniciativas, programas e ações receptoras que garantam aos migrantes respeito à diversidade cultural e dignidade humana. Mais do que um imperativo humanitário, acolher e integrar adequadamente gera benefícios mútuos como assegura os direitos (saúde, educação, assistência social, trabalho, assistência jurídica e segurança) e contribui para o desenvolvimento socioeconômico e cultural dos países receptores (ONU, 2022).

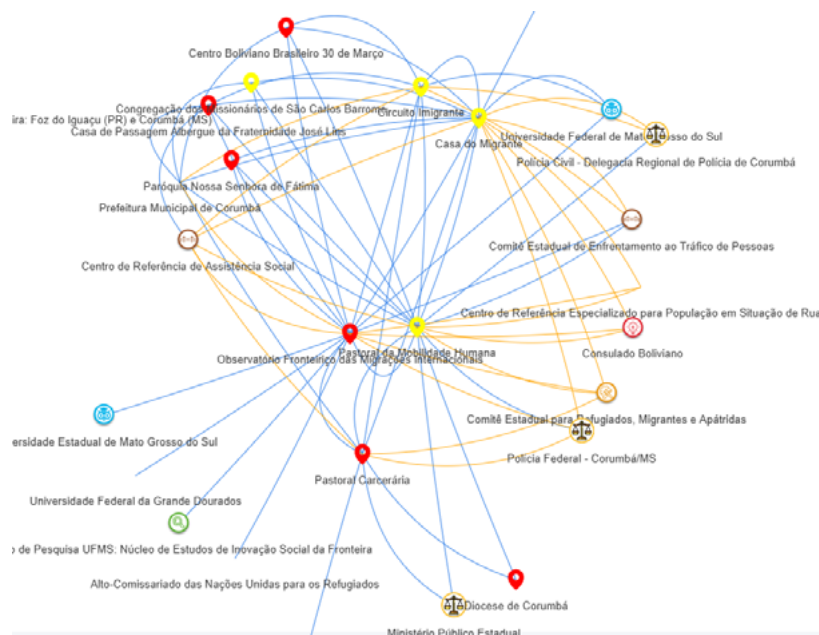
Tendo em vista esse quadro teórico e histórico, a próxima seção apresenta o cenário empírico de Corumbá, buscando compreender como essas questões se materializam nas práticas locais de acolhimento, examinando a interface entre as práticas locais e as políticas públicas.

REDES COLABORATIVAS QUE ATUAM NA RECEPÇÃO E ACOLHIMENTO NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

Corumbá (MS) possui um território onde os fluxos migratórios internacionais se manifestam com intensidade e complexidade. A análise do conjunto de entrevistas e depoimentos colhidos revela um mosaico complexo de atores, práticas, projetos, programas, narrativas e conexões socioestatais que se articulam diante do acolhimento de imigrantes e refugiados.

O município, por estar localizado em região fronteiriça, assume uma função singular no processo migratório, sendo porta de entrada para fluxos que, embora majoritariamente bolivianos, também incluem haitianos, venezuelanos e outros grupos em trânsito. As falas registradas expõem tensões entre a hospitalidade religiosa e a carência de políticas públicas efetivas. Neste cenário, as redes colaborativas, apresentadas na Figura 02 e comentadas na sequência, performam de maneira difusa, marcada por ações emergenciais, práticas solidárias, enfraquecimentos e alguns esforços de institucionalização.

Figura 02 - Redes colaborativas em Corumbá (Brasil)



Fonte: Os autores a partir do OBISFRON (2025).

Casa do Migrante: Fundada em 2020, é uma unidade de proteção social de alta complexidade que acolhe famílias e indivíduos em mobilidade humana ou migração internacional, funcionando 24h por dia. Sua importância não está apenas na provisão imediata de cama, alimentação e informação, mas na criação de um ambiente simbólico de dignidade, onde o migrante não é reduzido a mero transeunte em situação de vulnerabilidade. Trata-se, portanto, do primeiro ponto de uma porta de acesso a outras redes de apoio e conexões. A casa oferece acolhimento com higiene, alimentação, segurança, dormitório separado por gênero, espaço para famílias e mães gestantes, orientação documental e, quando o caso, encaminhamentos para emprego e serviços públicos. A permanência média é de três dias, podendo se estender em casos de falta de recursos. Seu principal desafio é a insegurança na efetividade de políticas públicas

(já existentes) que assegurem financiamento estável e duradouro. Especificamente, foi destacado a dificuldade em prover passagens para que os migrantes continuem viagem, conflitos internos (quando alguns migrantes não desejam seguir viagem), além de questões de segurança e superlotação. A maioria dos migrantes permanece apenas temporariamente, apesar disso, a Casa consegue ajudar alguns a fixarem-se em Corumbá, como no caso de refugiados que obtêm emprego e documentação.

Pastoral do Migrante: Fundada em 1998, antes denominada Pastoral da Mobilidade Humana, é uma organização ligada à Igreja Católica que acompanha e orienta migrantes e refugiados, promovendo dignidade, combate ao tráfico humano e integração social. Enquanto a Casa do Migrante garante acolhida material imediata, a Pastoral atua na integração social e na defesa de direitos, aproximando os migrantes de serviços públicos, auxiliando em processos de documentação e promovendo atividades de convivência. Também já realizou eventos culturais e religiosos (ex.: Semana do Migrante, devoções marianas). Mobiliza recursos para passagens e cestas básicas. Atua em comitês de enfrentamento ao tráfico humano e de apoio a migrantes. Os eventos que envolvem a grande participação dos migrantes são as comemorações para as Virgens de *Urkupiña*, Copacabana e Cotoca, devoções marianas populares na Bolívia, veneradas como protetoras e símbolos culturais locais. Foi mencionada também a existência da Missa do Migrante, realizada todo último domingo do mês na Paróquia. A Pastoral também integra diversos grupos de trabalho, como o Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de MS, o Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas (Cerma/MS) e, de forma mais limitada, o Comitê de Atenção ao Imigrante, Refugiado e Apátrida (Comaira). Contudo, conforme relatado na entrevista, destacaram que algumas organizações presentes na cidade, como o próprio Comaira, apresenta baixa articulação e engajamento efetivo, comprometendo a construção de respostas ágeis e integradas às necessidades locais.

Essa falta de ação coordenada evidencia um cenário de fragilidade institucional e descaso diante das urgências enfrentadas por migrantes e refugiados em Corumbá.

Consulado Boliviano: É um órgão do Estado Plurinacional da Bolívia que protege direitos de cidadãos bolivianos no exterior, com base na Convenção de Viena e legislação boliviana. Sua ação é descrita como mais burocrática que assistencial, focada na documentação, registros e encaminhamentos (saúde, educação, visitas a detidos e acompanhamento jurídico), sem capacidade material de oferecer acolhimento direto. Durante as entrevistas, ficou evidente que a simples existência do Consulado contribui para que os bolivianos se sintam respaldados institucionalmente, criando um elo entre as comunidades migrantes e o Estado de origem.

Centro Boliviano Brasileiro 30 de Março: Fundado em 1962, é uma associação da comunidade boliviana em Corumbá. Quanto a atuação do Centro, ele possui um longo histórico de atividades relevantes, desde assistência social a migrantes, caravanas da saúde, orientação jurídica e promoção de atividades sociais, culturais e recreativas, principalmente, nas celebrações religiosas das Virgens de *Urkupiña*, Cotoca, Copacabana. “O boliviano quando chega no Brasil, ele se apequena, sente vergonha da sua origem, das suas raízes culturais, só não se esquecem das virgens”, relatou o entrevistado. Contudo, quando questionado sobre a atuação na atualidade, vários problemas e desafios foram identificados, como a baixa participação da comunidade, dificuldade em engajar jovens a manter atividades culturais; impacto da xenofobia e mudanças no perfil migratório.

Referente a baixa participação no Centro, o entrevistado relatou: “a xenofobia existe, tem muita gente que nos trata bem, mas tem muita gente que nos trata como gente de segundo escalão. Então, para a pessoa parecer um cidadão (local) ela fala: *no soy boliviano, soy carioco*.” Esse relato ecoa diretamente a visão de Anzaldúa (2012), ao abordar as identidades híbridas e as tensões vividas por sujeitos

em contextos de fronteira. A autora descreve a experiência do “entre-lugar” como marcada por conflitos culturais, linguísticos e simbólicos, onde o sujeito se vê forçado a negociar constantemente sua identidade para sobreviver em um espaço que o marginaliza.

Portanto, a fala “*no soy boliviano, soy carioco*” evidencia essa tentativa de adaptação por meio da negação da sua própria origem, dita como mecanismo de defesa diante da xenofobia e do preconceito exacerbado de nossa sociedade. Isso revela não apenas o impacto psicológico da exclusão, mas também, como a violência simbólica inibe a expressão cultural e enfraquece os laços comunitários no espaço do Centro. Ao final, fica evidente que apesar das dificuldades, o Centro carrega uma história construída coletivamente, embora parte da estrutura tenha se perdido por conflitos internos e falta de recursos. As festividades às Virgens despontam como estratégia de coesão social, para resgatar a autoestima da comunidade migrante, fortalecer os laços identitários e promover o sentimento de pertencimento no novo território.

Comitê de Atenção ao Imigrante, Refugiado e Apátrida

(Comaira): Criado pelo Decreto Municipal Nº 1.706/2016 e implantado em 2018, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Corumbá, coordena ações de acolhimento e proteção de imigrantes, refugiados e apátridas. O Comitê conta com representantes de diversas instituições, incluindo secretarias municipais, universidades e organizações da sociedade civil. Para a organização dos trabalhos, são realizadas reuniões mensais. Apesar de ter sido criado em 2016, foi de fato implantado em 2018, quando ocorreu o grande fluxo de haitianos em Corumbá. A vocação do comitê é voltada para o olhar administrativo da prefeitura, criando condições para dar melhor entendimento sobre a questão fronteiriça e migratória a partir do planejamento. Em outras palavras, o Comitê passou a ser uma central de análise e demanda dos servidores que atuam na saúde, educação e assistência. Seu maior desafio é garantir articulação eficiente entre instituições e fortalecer a participação social efetiva. Um dos feitos

do Comaira foi contribuir para que Corumbá conquistasse a certificação Selo MigraCidades (2021 e 2022), que destaca municípios comprometidos com a governança migratória local.

Centro de Referência de Assistência Social – CRAS:

É um serviço público essencial para população vulnerável, com várias unidades em Corumbá (CRAS I, II, IV, Albuquerque e Itinerante). Dentre suas principais atividades, oferece Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); benefícios eventuais (cesta básica, auxílio documental); convivência e fortalecimento de vínculos; Cadastro Único e Programa Bolsa Família, além de suporte à Casa do Migrante e outras organizações. Seus principais desafios foi a necessidade de atender demanda crescente de vulneráveis.

Casa de Passagem Albergue da Fraternidade José Lins:

É uma unidade de proteção social especial de alta complexidade, localizada no bairro Nossa Senhora de Fátima, que acolhe famílias e indivíduos com vínculos familiares fragilizados ou rompidos. Nesse sentido, suas principais atividades são acolhimento imediato e emergencial 24h; incentivo ao convívio familiar e comunitário; fortalecimento da autonomia e protagonismo; acesso à qualificação profissional e rede de serviços; preservação da dignidade, identidade e integridade do usuário. Quanto aos desafios, foi relatado que o principal é atender demandas emergenciais com espaço limitado. Trata-se, portanto, de uma organização essencial para migrantes e população em vulnerabilidade, funcionando como referência de acolhimento e proteção integral.

Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop:

Voltado ao atendimento de pessoas em situação de rua (jovens, adultos, idosos e famílias) em Corumbá, oferecendo suporte social especializado, tais como acolhida, escuta, estudo social, diagnóstico socioeconômico; orientação individual e em grupo; encaminhamentos para serviços socioassistenciais, políticas públicas, documentação e capacitação; mobilização familiar e social;

elaboração de relatórios/prontuários. Seus principais desafios são atender as necessidades complexas de vulnerabilidade social e promover reinserção com recursos adequados.

Posto de Imigração: Administrado pela Polícia Federal, controla entrada/saída de migrantes e regularização documental em Corumbá (controle migratório) e orientação aos migrantes sobre requisitos legais. Nas atividades de campo, foi observada longas filas. Assim como, foi constantemente narrado pelos migrantes que aguardavam atendimento sobre a burocracia, número insuficiente de servidores e, talvez a principal queixa, tratamento desigual conforme nacionalidade. Fatores que contribuem para o sobrecarregamento e a formação das longas filas. À luz de Anzaldúa (2012), é possível compreender que essas experiências revelam como o poder atua na construção de fronteiras simbólicas — onde o corpo migrante é constantemente vigiado, julgado e hierarquizado. A seletividade no atendimento evidencia que a fronteira não é apenas física, mas também atravessada por discursos de exclusão, que reforçam desigualdades históricas. Nesse cenário, o posto torna-se um local onde se impõem normas que silenciam, desumanizam e condicionam a dignidade à aparência e ao passaporte apresentado.

Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (Migrafron): O Migrafron é um observatório de pesquisa, ensino e extensão da UFMS, em parceria com UFGD, UEMS e Cátedra Sérgio Vieira de Mello (ACNUR). Dentre suas principais atividades estão o monitoramento de dinâmicas migratórias internacionais; análise de dados; produção de estudos técnicos; desenvolvimento de propostas para políticas públicas; orientação e participação em estratégias sociais e políticas em sociedades fronteiriças. Seu maior desafio é compreender e sistematizar processos migratórios complexos em contextos fronteiriços.

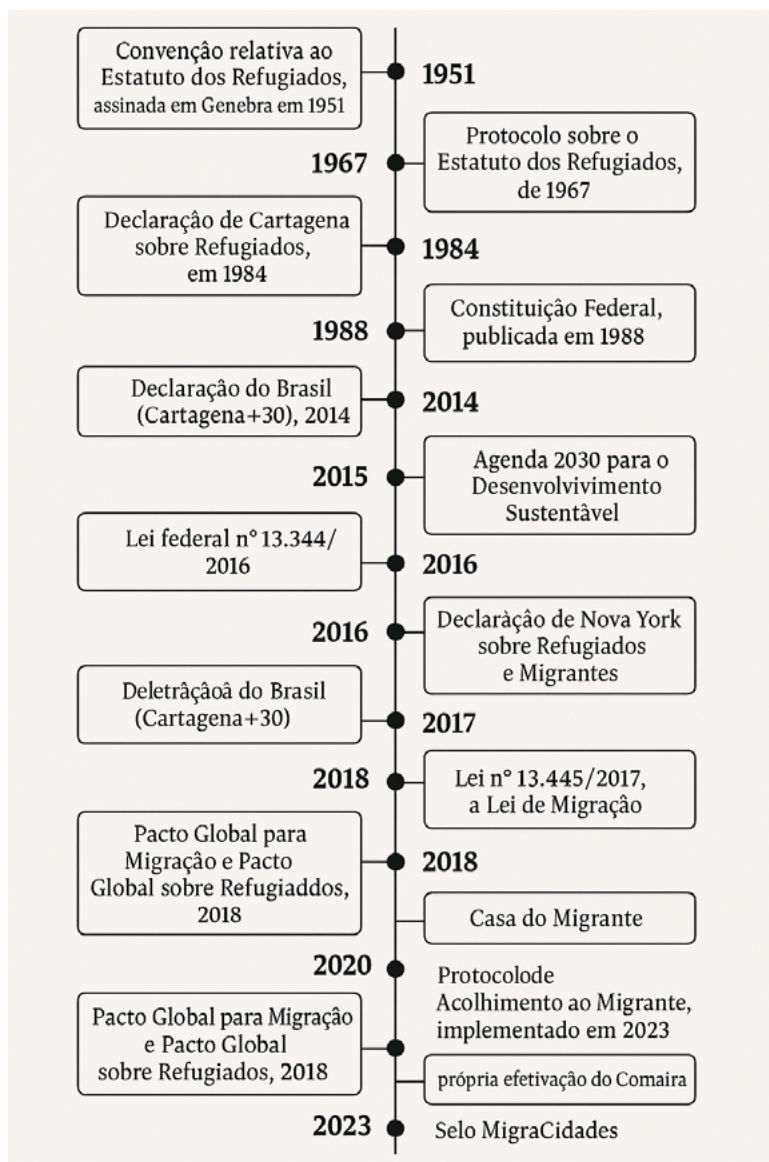
Ao final, compreende-se que essas organizações locais exercem papel fundamental na acolhida cotidiana, seja por meio de doações,

apoio na regularização documental ou, dentre outros, na promoção de atividades culturais que valorizam as identidades migrantes. Alguns entrevistados destacam que essas interações ainda são fragmentadas, pois, em vários casos, as organizações agem de forma isolada, conforme suas capacidades, sem que exista planejamento comum ou definição clara de responsabilidades, mesmo o Migrafron defendendo incansavelmente a promoção da integração entre diferentes atores, como apontado em diferentes momentos da pesquisa. Essa ausência de articulação revela uma fragilidade do Estado brasileiro em assumir a centralidade da política migratória, reproduzindo uma lógica emergencial e descontinuada. O desafio central identificado é, portanto, transformar práticas dispersas de solidariedade em políticas estruturadas de acolhimento e integração. Isso nos leva a reconhecer as respostas institucionais vigentes neste território.

LEIS E POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS PARA O ACOLHIMENTO E APOIO AOS IMIGRANTES E REFUGIADOS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

No Brasil, a construção de políticas públicas desponta como caminho prioritário e, para a efetivação do acolhimento aos imigrantes e refugiados, inúmeros acordos internacionais, leis e políticas públicas federal, estaduais e municipais foram criadas para tratar o assunto. Esse aparato tornou o Brasil pioneiro nas tratativas internacionais referente aos direitos humanos e mobilidade humana sempre foi pioneira (ICOM, 2022), conforme sintetizado na figura 03 e explicado na sequência.

Figura 03 – Síntese das principais leis e políticas públicas



Fonte: Os autores (2025).

Segundo o ICOM (2022)¹, um dos primeiros eventos que culminou com a formação da agenda internacional começa com a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, assinada em Genebra em 1951 e promulgada pelo Decreto nº 50.215, de 1961, que, entre outros direitos, passou a garantir o princípio da não devolução, acordo que proíbe que um refugiado seja forçado a retornar a seu país, em razão de tê-lo deixado, justamente, por fundado temor a sua vida ou liberdade.

Na sequência, surgiu o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1967, que complementou a Convenção de Genebra, através de um compilamento de direitos para os refugiados. Isso foi incorporado nas normativas brasileiras pelo Decreto nº 70.946, de 1972.

A Declaração de Cartagena sobre Refugiados, em 1984, configura-se como outro momento internacional relevante, visto que houve a ampliação do entendimento do que é refugiado, passando a incluir pessoas forçadas a deixar seu país em razão de violência generalizada, conflitos ou guerrilhas internas, perseguição com violação de direitos humanos, dentre outras circunstâncias que perturbem a ordem pública.

Todo esse debate internacional reverbera no Brasil. Segundo o ICOM (2022), a Constituição Federal, publicada em 1988 (CF-88), passou a garantir, em seu artigo 5º, que dentro do estado brasileiro todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Ou seja, essa garantia também é estendida aos migrantes e refugiados, que também passam a ter direitos no campo da saúde pública, educação, assistência social, segurança, para cita alguns.

Partindo da CF-88, encontramos uma série de normas federais de proteção e acolhimento aos migrantes, sendo, a mais importante, a Lei nº 13.445/2017, a Lei de Migração, que, além de substituir

1 Esta seção se baseia na linha temporal apresentada pelo ICOM. A partir dela, foi feito um levantamento em cada acordo/evento para sintetizar o seu escopo. Para mais conferir ICOM (2022).

o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980), trouxe inovações públicas significativas para a garantia de direitos dos migrantes e refugiados. Pautada nos direitos humanos, essa lei reconhece o migrante como sujeito de direitos, e não como ameaça. Isso demanda tratamento igualitário entre brasileiros e migrantes.

A Lei Federal nº 9.474/1997, conhecida como Lei do Refúgio, apresenta, dentre outras contribuições, quem pode ser reconhecido como refugiado no território brasileiro, em consonância com os debates internacionais comentados anteriormente. Ela também cria o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), órgão responsável por coordenar os pedidos de refúgio no Brasil.

Já a Lei nº 13.684/2018, que estabelece medidas de acolhimento humanitário e integração de imigrantes em situação de vulnerabilidade, avança nas garantias desta causa, instituindo a interiorização voluntária, facilitando o deslocamento dos migrantes para outras regiões do país, definindo como ações integradas entre entes federativos ocorrerão, visando oferecer proteção social, saúde e educação, por exemplo, além de reforçar a dignidade humana.

Visando prevenir e combater o tráfico de pessoas, a Lei Federal nº 13.344/2016 visa, dentre outros, reprimir a exploração sexual, o trabalho escravo, a adoção ilegal e a remoção de órgãos. Em diálogo com a Lei da Migração, seu objetivo, em síntese, é garantir acesso a serviços e regularização migratória e a não devolução (*non-refoulement*), protegendo as vítimas de serem repatriadas.

Buscando situar esse debate nacional em Mato Grosso do Sul, ficou evidente, nas buscas feitas nos Diário Oficial, que o estado, apesar de fronteiro, não possui uma lei específica sobre migração e refúgio. Foi identificado apenas um Projeto de Lei nº 166/2023, apresentado pelo deputado Pedro Kemp, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS), em 6 de junho de 2023, que pretendia estabelecer normas para o atendimento aos migrantes e refugiados.

No entanto, a proposta foi considerada inconstitucional pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da ALEMS, gerando o seu arquivamento.

Sem um aparato legal específico, o estado tem projetos voltado ao acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade, incluso aí, os migrantes e refugiados. Um exemplo disso é o edital publicado no Diário Oficial do Estado nº 11.199/2023 que destinou R\$ 320 mil desigualdade territorial na implementação de políticas públicas. Contudo, todas as propostas aprovadas e implantadas centraram-se em Campo Grande, capital. O levantamento estadual sinaliza parte dos desafios das políticas públicas do Brasil. Apesar de inovadoras no âmbito federal, a grande maioria ainda padece de operacionalização a nos níveis estadual e municipal.

Por fim, buscando reconhecer a resposta do Poder Público em Corumbá, local desse estudo. O posicionamento geográfico, somado as ações das iniciativas socioestatais apresentadas anteriormente demonstra que o município tem desenvolvido uma série de ações e políticas públicas destinadas ao acolhimento e integração de migrantes internacionais, como a Casa do Migrante, ou o Protocolo de Acolhimento ao Migrante, implementado em 2023, objetiva aperfeiçoar o atendimento aos migrantes nas áreas da educação, saúde e assistência social. Esse produto surgiu da articulação entre Migrafron, Prefeitura de Corumbá e Comaira (Corumbá, 2023), sendo a própria efetivação do Comaira (Decreto Municipal nº 1.706/2016) um esforço municipal no debate da migração e refugiados.

Por fim, dentre tantas ações locais, pode ser citado o Anuário da Migração Internacional, elaborado pelo Migrafor em parceria com a Prefeitura de Corumbá, que traz dados socioeconômicos e a nacionalidade da população migrante em Corumbá. Isso serve de base para novas políticas públicas e programas emergjam no município.

Diante de tanto esforço local em resposta à causa migratória, fruto da articulação de inúmeros atores apresentados no ecossistema anteriormente, Corumbá ganhou destaque nacional, sendo congratulada por três anos consecutivos (2021, 2022 e 2023), com o Selo Migra Cidades. Concedido pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), agência da ONU para as migrações, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a certificação reconhece e destaca o compromisso do município com a criação e implementação de políticas públicas destinadas a proteção dos migrantes internacionais.

Apesar de todo esse avanço e pioneirismo corumbaense, ainda existem inúmeros desafios para garantir direitos humanos aos migrantes e refugiados em Corumbá, vide as inúmeras matérias jornalísticas e pesquisas que demonstram falhas no atendimento que, justamente, esses acordos e protocolos tem se empenhado em melhorar.

Fica claro que o avanço das políticas públicas locais requer maior articulação federativa, sem contar a participação estadual, que ainda é tímida. Garantir financiamento estatal para execução das ações transfronteiriças, através de acordos firmados com a Bolívia ainda é urgente, sobretudo quando investigamos essa agenda política na história dos migrantes, como discutido neste artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da migração em Corumbá evidencia tensões entre aparato legal, políticas públicas limitadas e práticas socioestatais de acolhimento. A fronteira se apresenta como espaço privilegiado para observar contradições da mobilidade humana e os desafios da efetivação dos direitos das pessoas migrantes e refugiadas.

Este trabalho buscou investigar como as redes formais e informais de acolhimento atuam no contexto fronteiriço de Corumbá-MS. Foram identificados coletivos e organizações que oferecem apoio aos migrantes, suas práticas e limitações, bem como a resposta do poder público. A partir desse levantamento, foi possível reconhecer avanços e fragilidades da atuação estatal diante da migração internacional.

No campo normativo, ficou evidenciado que o Brasil possui uma ampla legislação considerada avançada e pioneira nas tratativas internacionais sobre mobilidade humana e direitos humanos. Entretanto, a efetividade é desigual entre os diferentes níveis federais, estaduais e municipais, sendo alarmante a ausência de uma política estadual estruturada em Mato Grosso do Sul, um estado fronteiriço (limite com Bolívia e Paraguai). Apesar disso, Corumbá tem se destacado por iniciativas como o Protocolo de Acolhimento ao Migrante e o Anuário da Migração Internacional. Essas iniciativas demonstram esforços importantes, entretanto, não eliminam os enormes obstáculos à garantia plena de direitos, sobretudo para migrantes bolivianos que buscam permanecer na cidade.

As organizações locais relataram que muitos migrantes permanecem à margem dos serviços existentes. Ficou evidente a urgência de garantir o financiamento estatal para a realização de projetos. Nesse processo, as redes locais são fundamentais, pois são elas que atuam diretamente com os migrantes e refugiados, identificando grupos de risco de tráfico de pessoas, necessidades de regularização documental e de assistência psicossocial e organizando atividades de lazer e valorização cultural.

Embora atuem de forma fragmentada e por vezes precária, essa rede de atores mobiliza recursos, saberes e afetos por meio de ações concretas, territorializadas e predominantemente informais. Afetos e vínculos comunitários se tornam centrais nesse processo, daí a importância das festas religiosas, de falar o espanhol, das missas bilíngues, dos centros de convivências que fortalecem os laços

entre migrantes e moradores locais. Essas ações também são formas de acolhimento e frequentemente preenchem lacunas deixadas por políticas públicas insuficientes.

Ao final, reconhecemos a limitação deste estudo, que não investigou em profundidade as causas estruturais da baixa efetividade das políticas locais. Recomendamos, portanto, que pesquisas futuras explorem os entraves administrativos, políticos e orçamentários, bem como as disputas institucionais que dificultam a implementação da legislação migratória no município. Assim, fortalecer as redes de acolhimento já existente e fomentar a cooperação binacional aparece como caminho necessário para políticas públicas mais efetivas e comprometidas com os direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, G. **Borderlands/La frontera**: the new mestiza. San Francisco: Aunte Lute Books, 2012.

BAENINGER, R.; DEMÉTRIO, N. B.; FERNANDES, D. M.; DOMENICONI, J. Cenário das migrações internacionais no Brasil: antes e depois do início da pandemia de covid-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, v. 4, n. 14, p. 1-30, 2021.

BASSO, G. Em Pacaraima, venezuelanos enfrentam falta de estrutura e discursos de ódio. **Ponte Jornalismo**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://ponte.org/em-pacaraima-venezuelanos-enfrentam-falta-de-estrutura-e-discursos-de-odio/>. Acesso em: novembro de 2023.

BAUMAN, Z. **Globalization**: the human consequences. New York: Columbia University Press, 1998.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Polícia Federal desarticula grupo que traficava migrantes bolivianos**. Brasília: Ministério do desenvolvimento e combate à fome, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/policia-federal-desarticula-grupo-que-trafficava-migrantes-bolivianos>. Acesso em: setembro de 2024.

CASTLES, S. Migração, crise e o mercado de trabalho global. **Globalizações**, v. 8, n. 3, p. 311–324, 2011.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Imigração e refúgio no Brasil**: relatório anual 2020. Série Migrações. Brasília: observatório das migrações internacionais (OBMigra). Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral, 2020. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMigra_2022/DADOS_CONSOLIDADOS/Dados_Consolidados_2020/relatorio_2020.pdf. Acesso em: dezembro de 2025.

DEWEY, J. **The public and its problems**. Chicago: Swallow Press, 1927.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Diretoria de Análise de Políticas Públicas.

Imigração e desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV-DAPP, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2gaqXNH>. Acesso em: agosto de 2018.

INSTITUTO COMUNITÁRIO GRANDE FLORIANÓPOLIS (ICOM). **Sinais vitais: migração internacional**. Florianópolis: ICOM, 2023. Disponível em: <https://x.gd/9B9ml>. Acesso em: agosto de 2025.

LEE, E. S. A theory of migration. **Demography**, Durham, v. 3, n.1, p. 47-57, 1966.

MASSEY, D. *et al.* **Worlds in motion**: understanding international migration at the end of the millennium. Oxford: Clarendon Press, 1998.

MENDONÇA, M.; LÉLIS, L. Fila enorme se forma em posto de imigração na fronteira entre Bolívia e Brasil; PF intensifica fiscalização. **G1**, Mato Grosso do Sul, 2022. Disponível em: <https://x.gd/6zllr>. Acesso em: março de 2024.

MEZZADRA, S. Multiplicação das fronteiras e das práticas de mobilidade. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 23, n. 44, p. 11-30, 2015.

MUSARO, P. A humanitarian battlefield: redefining border control as saving victims. *In*: ANDERSEN, R.; SILVA, P. (org.). **The Routledge companion to media and humanitarian action**. New York: Routledge, Taylor & Francis, 2018. 80-99.

OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO SOCIAL DA FRONTEIRA (OBISFRON). **Apresentação**. Disponível em: <https://obisfron.com.br/>. Acesso em: agosto de 2023.

OBSERVATÓRIO FRONTEIRIÇO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS (MIGRAFRON). **Anuário das migrações internacionais**, Corumbá: Migrafron, 2021. Disponível em: <https://migrafron.ufms.br/publicacoes/>. Acesso em: novembro de 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **ONU lança apelo humanitário recorde de US\$ 51,5 bilhões para o próximo ano.** Genebra: ONU, 2022. Disponível em: <https://x.gd/Levhi>. Acesso em: agosto de 2024.

PETERSEN, W. A general typology of migration. **American Sociological Review**, South Bend, v. 23, n. 3, p. 256-266, 1958.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. **Corumbá ganha Protocolo de Acolhimento ao Migrante para Educação e Assistência Social.** Corumbá: Comitê de Atenção ao Imigrante, Refugiado e Apátrida (COMAIRA), 2023. Disponível em: <https://corumba.ms.gov.br/noticias/corumba-ganha-protocolo-de-acolhimento-ao-migrante-para-educacao-e-assistencia-social>. Acesso em: novembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. **Corumbá recebe, pelo 3º ano consecutivo, Selo MigraCidades da OIM.** O Pantenrito, Corumbá, 2023. Disponível em: <https://www.opantaneiro.com.br/corumba/corumba-recebe-pelo-3o-ano-consecutivo-selo-migracidades-da-oim/209053/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SANTO, A. L. E.; ANDION, C. Imigração e cidades: uma cartografia da arena pública de apoio aos imigrantes e refugiados em Florianópolis. **Interações**, v. 21, n. 2, p. 1-23, 2020.

SANTO, A. L. E.; VOKS, D. Repensando os estudos fronteiriços: participação e inovação social no desenvolvimento das zonas de fronteira. **Organizações & Sociedade**, v. 28, n. 99, p. 862-889, 2021.

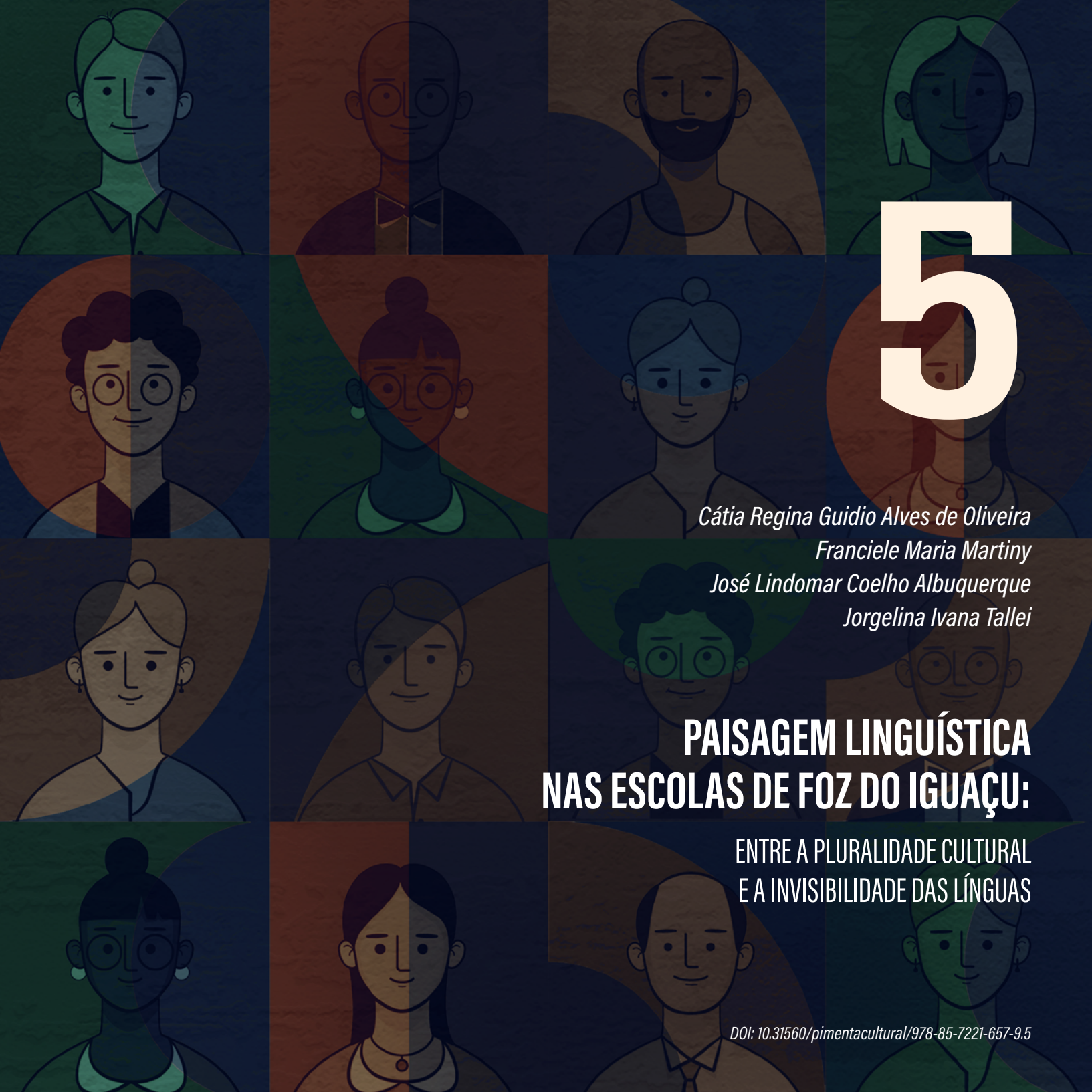
SANTO, A. L. E.; VOKS, D. Governança da saúde pública: conflitos e desafios para uma gestão compartilhada na fronteira Brasil-Bolívia. **Saúde & Sociedade**, v. 32, n. 1, p. 1-14, 2023.

SAYAD, A. **A imigração.** Tradução: Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: Edusp, 2004.

SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia: Revista do Migrante**, São Paulo, v. 13, ed. especial, p. 7-10, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.48213/travessia.iEspecial.446> Acesso em: abril de 2024.

SHELLER, M. **Justiça da mobilidade:** a política de movimento numa era de extremos. Londres: Livros Verso, 2018.



5

Cátia Regina Guidio Alves de Oliveira

Franciele Maria Martiny

José Lindomar Coelho Albuquerque

Jorgelina Ivana Tallei

PAISAGEM LINGÜÍSTICA NAS ESCOLAS DE FOZ DO IGUAÇU:

**ENTRE A PLURALIDADE CULTURAL
E A INVISIBILIDADE DAS LÍNGUAS**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-657-9.5

Línguas

As línguas costumam
Declamar
Dilacerar
Denunciar
Quem vem de longe
Quem é de outro lugar
Las lenguas
No se equivocam
No ritmo
Na cadência
E na essência
Elas sempre declamam
Quem
É
De outro lugar

Sotaque Ambulante,
Jorgelina Tallei

INTRODUÇÃO

As regiões de fronteiras internacionais são conhecidas como lugares de limite, divisa, de interação, de circulação e movimento de pessoas que transladam diuturnamente entre países por diversas razões. São ambientes repletos de diversidade cultural, e apresentam-se como campos promissores para investigações científicas por meio das quais pesquisadores têm buscado compreender as relações do espaço físico com a realidade social, política, econômica, educacional e cultural nele presentes.

Nesse sentido, há uma dinâmica própria sendo (re)conhecida e interpretada a partir dos fenômenos provocados pelo deslocamento e circulação de pessoas entre diferentes países, sendo muitas as formas de contato entre os sujeitos que perpassam por essas áreas. Esses que vivem nessas regiões desenvolvem formas

de mobilidade que, muitas vezes, transcendem os limites políticos impostos pelos Estados, para construir suas histórias entre fronteiras.

Segundo Silva e Almeida (2019), as mobilidades nas fronteiras são processos sociais que envolvem deslocamentos físicos ou simbólicos de pessoas, objetos, ideias e valores entre diferentes lugares e contextos. Elas são influenciadas por fatores como as oportunidades econômicas, as redes sociais, as identidades culturais, as políticas migratórias, as condições geográficas e os processos educacionais formais e informais. Trata-se de fatores fronteiriços que demandam atenção quando colocados como questões próprias a serem discutidas e enfrentadas a partir de suas particularidades.

Por conseguinte, a educação escolar oferecida nessas localidades engloba fatores particulares e únicos que interferem nas relações sociais e ativam a necessidade de criação de diferentes formas e estratégias para a condução das práticas pedagógicas e escolares. Enquanto espaço de realização da educação formal e obrigatória, a escola é um conjunto de características sócio-históricas herdadas, aliadas ao que é vivenciado no seu cotidiano diante das adversidades e tensões refletidas pelo contexto plural.

Portanto, as instituições de ensino situadas em regiões de fronteiras são temas que promovem muitos debates teóricos e abrem caminhos para o desenvolvimento de diversas abordagens de estudo, quando reconhecidas como ambientes sociais singulares pertencentes a contextos plurais, cujas especificidades centrais remetem-se às características geográficas e políticas dessas localidades, somadas à diversidade cultural e linguística nelas presentes.

Com base nessa premissa, consideramos, nesta discussão, a relação entre escola e fronteira como cenário de nossa pesquisa¹,

1 Neste capítulo trazemos os resultados parciais das investigações realizadas a partir do projeto de pesquisa intitulado "Atendimento e acolhida aos migrantes internacionais em municípios de fronteira: análises e acompanhamento na implantação de protocolos de acolhimento a pessoas em diferentes situações migratórias em Foz do Iguaçu (PR) e Corumbá (MS)" e que faz parte da chamada universal CNPq/MCTI/FNDCT No 40/2022.

partindo da ideia de que toda escola pública é uma instituição formal a serviço do atendimento das demandas locais de onde pertence. Ademais, absorve as particularidades apresentadas pela comunidade usuária daquele espaço. Esta constatação nos mobilizou para o debate, e nos levou a campo para conhecermos de perto essa realidade.

Sabemos que a escola apresenta características culturais e identitárias (cultura escolar) próprias construídas historicamente e que, ao se defrontar diariamente com situações adversas de atendimento a uma comunidade escolar ímpar caracterizada por uma diversidade cultural e linguística plural, evidencia-se posicionamentos, práticas pedagógicas e escolares, as quais, muitas vezes, vão de encontro às necessidades daqueles que a frequentam, invisibilizando parte significativa da pluralidade que ali se constitui.

Nesse sentido, o nosso objetivo, neste capítulo, é destacar e discutir a partir do nosso trabalho de pesquisa nas escolas municipais dos anos iniciais de Foz do Iguaçu – PR², alguns dos muitos elementos constituintes da realidade daqueles espaços onde se oferece a educação escolar obrigatória, dentre eles, a paisagem instituída. Aquilo que, para além da arquitetura, está intencionalmente escrito, registrado e revelado nas paredes, nos murais e nas placas. Reportamo-nos, portanto, à paisagem linguística. Ao uso desse espaço como divulgador dos (des) usos da(as) língua(as) que por ali circulam, ou não, nas experiências cotidianas e institucionais.

Partimos do pressuposto de que o espaço comunica e mostra, a quem sabe interpretar, o emprego que os sujeitos fazem dele. “A escola, em suas diferentes concretizações, é um produto de cada tempo, e suas formas construtivas são, além dos suportes da memória coletiva cultural, a expressão simbólica dos valores dominantes nas diferentes épocas” (Escolano e Frago, 1998, p. 47). A escola é um lugar.

E os lugares constituem-se de memórias e das vivências, dos registros dos e para os sujeitos que por ali passam e passaram.

Segundo Escolano (2001), o ambiente carrega em sua configuração, símbolos, signos e vestígios das relações e das condições sociais de e entre aqueles que ali circulam. Eis o emprego pontual acerca de seus usos e funções. E a paisagem linguística anuncia e desvela como são tratados os temas voltados para a pluralidade linguística de cada ambiente escolar. Com o intuito de apreender desses espaços as diferentes formas de condução do trabalho pedagógico referente a essa problemática, nós percorremos algumas instituições municipais e registramos aquilo que os espaços oferecem para divulgação das línguas que ali circulam.

Já os estudos da paisagem linguística surgem, nesta pesquisa, como um cenário mais amplo das ações políticas, sendo que consideramos que as escolhas linguísticas dos gestores revelam que o espaço não é neutro. Portanto, a paisagem passa a ser um “espelho da sociedade” a partir da presença ou ausência de certas línguas e suas variedades nos cenários escolares. Em consonância com Berger, “a pluralidade de línguas de dada paisagem pode ser tida como demonstração concreta da diversidade dos grupos que habitam o território ou região específica, bem como pode ser reflexo do poder e prestígio de algumas línguas (ou comunidades de fala) em relação a outras” (Berger, 2022, p. 129-130). É isso que debatemos na sequência deste estudo.

O CENÁRIO E O CAMINHO DA PESQUISA

O município de Foz do Iguaçu, foco desta pesquisa, está situado no estado do Paraná e localizado em zona de tríplice fronteira, configura-se como um importante polo turístico em virtude de suas

características geográficas e culturais. A intensa mobilidade de pessoas de diferentes nacionalidades constitui um aspecto marcante da cidade, promovendo uma significativa diversidade linguística e cultural. Destacamos, nesse contexto, a ampla presença de falantes da língua espanhola, resultado tanto da proximidade com países hispânicos quanto dos fluxos migratórios históricos e contemporâneos.

Conforme dados do mapeamento demolinguístico, elaborado por Blanco e Augustinho (2025), a organização da educação escolar oferecida pelo município conta com 50 instituições escolares de ensino fundamental e 49 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), para atendimento da população local.

A Secretaria Municipal de Educação de Foz do Iguaçu registra na atualidade 29.411 mil alunos matriculados. Foi registrado um total de 10.891 matrículas na Educação Infantil e 18.520 nos anos iniciais (1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental nas instituições totalizando 1.253. Desse total de alunos, 302 matriculados na educação infantil e 951 do ensino fundamental são migrantes de diferentes países.

Foram identificadas 30 nacionalidades diferentes, constando alunos vindos da Alemanha, Argentina, Brasil, Bangladesh, Bolívia, Cazaquistão, Colômbia, Chile, Costa do Marfim, Cuba, Equador, Espanha, Inglaterra, Iraque, Itália, Japão, Jordânia, Líbano, México, Paraguai, Peru, Portugal República Dominicana, Rússia, Síria, Tunísia, Turquia, Ucrânia e Venezuela. No Ensino Fundamental, dimensão de ensino foco desta pesquisa, temos a partir dos dados apresentados, o registro de 29 nacionalidades. Destas, 11 são de países de língua hispânica. Há significativa predominância do espanhol, conforme apresentado na tabela 01. Esses dados revelam a realidade fronteiriça que traz a diversidade de línguas, mas com a particularidade de circulação e contato acentuado do espanhol e doportunhol como língua de contato.



O fluxo migratório, intensificado por fatores socioeconômicos, políticos e ambientais tem contribuído significativamente para a chegada de meninos e meninas oriundos de diferentes regiões e países ao sistema educacional brasileiro, também presentes nas regiões fronteiriças. Esses estudantes, ao ingressarem nos espaços escolares, trazem consigo uma diversidade cultural, linguística e identitária que desafia a dinâmica do trabalho pedagógico, e a cultura escolar instituída nesses espaços. No quadro é demonstrada uma realidade com aspectos significativos que confirmam parte do perfil do alunado presente nas escolas iguaçuense.

Tabela 01 - Panorama dos estudantes migrantes que têm o espanhol como língua materna

País	Idioma	n° de alunos migrantes
Paraguai	Espanhol	394
Venezuela	Espanhol	355
Argentina	Espanhol	72
Cuba	Espanhol	39
Colômbia	Espanhol	16
Peru	Espanhol	8
Espanha	Espanhol	5
Bolívia	Espanhol	6
Chile	Espanhol	5
Equador	Espanhol	1
México	Espanhol	1
Total		902

Fonte: Dados obtidos junto à Secretaria Municipal de Educação de Foz do Iguaçu (2025).

A tabela revela que os alunos de origem nos países de língua oficial espanhola estão concentrados especialmente em três países - Paraguai, Venezuela e em menor proporção na Argentina. Importante também mencionar que parte dos estudantes do Paraguai, Peru e Bolívia

têm como língua materna não o espanhol, mas as línguas indígenas: guarani, quechua e aymara. Ademais, o fluxo de estudantes paraguaios e argentinos nas escolas de Foz de Iguaçu é um fenômeno que já atravessa várias décadas e se explica principalmente pela condição de alunos fronteiriços que vivem em localidades e cidades vizinhas pertencentes aos países limítrofes. Já o fluxo de estudantes venezuelanos, bem mais amplo que de argentinos e muito próximo aos paraguaios, se deve principalmente ao fenômeno contemporâneo da forte diáspora daquele país para os países vizinhos, alcançando as regiões de fronteira com outros países.

Além disso, no referido quadro, vale um destaque também para o número crescente de alunos não fronteiriços, oriundos de Cuba e Colômbia, talvez impulsionados pelas crises internas nestes países e pelo fluxo dos pais destas crianças que se deslocam até Foz do Iguaçu para fazer o curso superior na Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila).

A partir dessa configuração, a escola, preparada ou não nesse contexto, assume o papel central na receptividade e acolhimento dessas crianças com o compromisso de transformá-las em alunos e alunas que atendam as expectativas dos mecanismos formais da educação escolar exigidos pelo estado brasileiro. O compromisso de valorização das trajetórias migratórias, a exigência de práticas pedagógicas sensíveis às especificidades desses estudantes, a valorização de suas experiências prévias e o respeito às identidades culturais e linguísticas têm acionado às culturas política, acadêmica e empírica, para as discussões, no sentido de alinhar os discursos às práticas pedagógicas e escolares com intuito de possibilitar o exercício pleno do direito à educação. (Oliveira, 2023).

No entanto, ainda existe um descompasso considerável nas formas de condução da problemática enfrentada pelos professores, coordenadores, diretores e poder público. Como exemplo, podemos descrever alguns dos resultados da nossa pesquisa realizada em 32%

das escolas municipais de ensino fundamental dos anos iniciais em Foz do Iguaçu recentemente³. Precisamente 16 escolas. Articulamos diferentes procedimentos metodológicos definidos por pesquisa bibliográfica e de campo para obtenção, geração e análise de dados. Um estudo, de natureza qualitativo-interpretativa, construído a partir da observação detalhada nas escolas com maior número de migrantes neste município. Entrevistamos professores, coordenadores e alunos, além do registro dos espaços de visibilidade dessas escolas.

Nestes espaços, pudemos averiguar como a comunicação visual está disposta nas estruturas físicas e se oferecem indicativos de seu caráter particular, passíveis de identificá-las como ambientes que caracterizam uma realidade plural. Contemplamos e destacamos, nesta discussão, a paisagem linguística dentro do escopo da Linguística Aplicada, um campo de estudo de natureza transdisciplinar, a partir da análise interpretativista de registros fotográficos realizados durante o mês de junho de 2024. Para tanto, nossa concepção é de que “os espaços públicos são lugares demonstrativos, onde se afirmam valores, comportamentos, direitos e conformam atitudes” (Gomes, 2013, p. 247). Dessa maneira, o estudo apresenta a língua hegemônica do país, reforçando seu status linguístico e, por conseguinte, o apagamento de outros falares presentes no espaço, mas que se tornam invisibilizados.

Por conseguinte, entendemos que a paisagem linguística funciona como um marcador de poder e status das línguas que circulam na comunidade, assumindo assim uma importante função informativa e simbólica (Landry; Bourhis, 1997).

A PAISAGEM LINGUÍSTICA DAS ESCOLAS

Enquanto instituição, a escola ocupa um espaço e um lugar. Um espaço projetado ou não para uso educacional. Mas também um lugar por ser um espaço ocupado e utilizado por muitos sujeitos de diferentes gerações que criam significados e experiências para além dos projetos e normas institucionais. Por isso, a sua análise e compreensão nessa perspectiva requerem considerações prévias entre o espaço e a atividade humana. Eis o espaço escolar configurado como possibilidade de diálogo entre a arquitetura e a educação, ambas responsáveis pela organização e pela ocupação desse espaço físico da escola, bem como a sua utilização, como espaço educativo (Dórea, 2013). Centramos nosso olhar para a utilização dos espaços para a visibilidade da pluralidade existente.

Observamos o interior das escolas e percorremos os vários ambientes, buscando elementos que identificassem as produções daqueles que ali frequentam. São os usos que se fazem destes espaços, assim como das práticas pedagógicas autorizadas. Tomamos os registros escritos, ou qualquer outro indicativo disposto nas paredes e murais como norte. Passamos a observar as diferentes “línguas” (comunicação), as “representações” e “práticas” realizadas pelos sujeitos (Chartier, 2002).

Trata-se de apreender os “sinais visuais” que estavam disponíveis no “campo de visão”, aqueles que guiam o interesse e o olhar de quem produz e de quem aprecia. Para a compreensão do que se destacava como paisagem, naqueles ambientes, consideramos o que poderia ser configurado como elementos da paisagem cultural a ser identificada, quantificada e interpretada. Remetemo-nos ao uso das línguas no espaço.

Aqui nos orientamos pelos estudos sobre paisagem linguística, considerando os ambientes sociolinguísticos, plurilíngues,

em que diferentes línguas coexistem e estão em situação de contato e interação, conforme Berger (2022).

No entanto, como já descrito, a pluralidade cultural e de línguas está presente nas escolas, diante do contingente significativo de alunos e alunas de outras nacionalidades que frequentam esse ambiente escolar. Mas, nas escolas visitadas, durante a realização do nosso projeto, não se apresentam paisagens linguísticas de acordo com essa diversidade linguística presente nas instituições escolares do município. Apenas uma escola visitada disponibiliza nas portas de alguns espaços placas indicativas dos ambientes em espanhol e inglês, e outra em espanhol, conforme segue:

Figura 04 - Imagens observadas nas Escolas Municipais A e B



Fonte: Dados da pesquisa (jun./2024).

Com exceção desses poucos registros, nos demais, averiguamos que a comunicação visual disposta nas estruturas físicas não oferece indicativos de seu caráter particular, passíveis de identificá-las como ambientes que caracterizam uma realidade plural. Este fator pode ser observado a partir dos sinais e dos indicativos obtidos pela análise dos usos do ambiente em questão. Recursos como as placas, os cartazes, as informações, os recados, atividades expostas em murais, paredes e portas estão escritos em português, conforme as figuras de 04 e 05.

Figura 05 - Imagens observadas na Escola Municipal B



Fonte: Dados da pesquisa (jun./2024).

Figura 06 - Imagens observadas na Escola Municipal C



Fonte: Dados da pesquisa (jun./2024).

A paisagem linguística das escolas revela uma clara predominância do português nas representações de comunicação visual ao longo de suas instalações justamente pelo mito ainda muito presente no cenário brasileiro de que há apenas uma língua no país. Apesar de ser o português a língua oficial, existe em torno de 330 idiomas, dos quais 274 são indígenas (Morello, 2015) e 56 de imigração (Aletehofen, 2013), ademais das línguas criollas, afro-brasileiras e das línguas de sinais, para além das mesclas e hibridizações linguísticas.

Apesar dessa diversidade linguística e cultural existente no país, como já mencionado, as paisagens linguísticas das escolas costumam apresentar apenas uma língua, como neste caso, em que quase todos os elementos, como placas, cartazes, recados e atividades expostas nos murais e portas são elaborados no português. Não há, dessa forma, a presença de indicativos visíveis, como cartazes ou informações em outras línguas, que possam refletir a diversidade cultural dos estudantes que frequentam a escola.

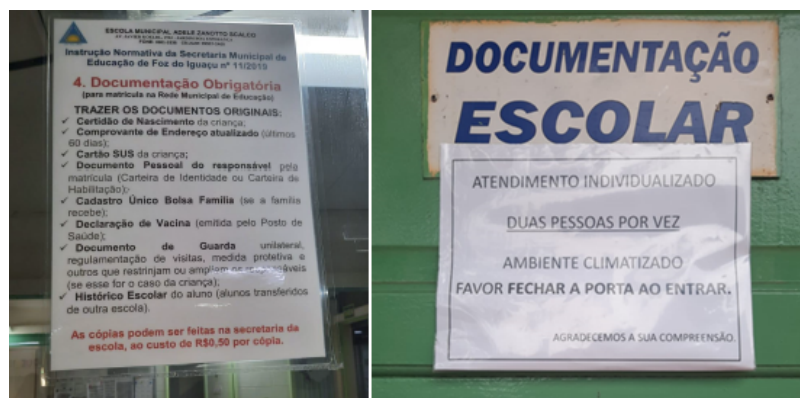
Figura 07 - Imagem observada na Escola Municipal D



Fonte: Dados da pesquisa (jun./2024).

A falta de materiais em outras línguas, como o espanhol, que seria esperado em um ambiente escolar que acolhe alunos migrantes de países vizinhos, aponta para uma ausência de reconhecimento da diversidade linguística presente na comunidade escolar e, por extensão, na comunidade fronteiriça. O que reforça a predominância do português como a língua de poder.

Figura 08 - Registros observados nas Escolas Municipais E e F



Fonte: Dados da pesquisa (jun./2024).

No caso das escolas pesquisadas, a direção, coordenação e docentes têm clareza de que circulam outras línguas nas falas dos estudantes migrantes. No entanto, o entendimento predominante é que a presença de outras línguas na escola vai atrapalhar o aprendizado das crianças na língua portuguesa. O aprendizado da língua portuguesa é visto como algo fundamental no processo de adaptação e inserção destes novos sujeitos na realidade brasileira. Os alunos migrantes não são vistos geralmente como sujeitos de abundância por saberem outra ou outras línguas e por terem experiências interculturais complexas em suas trajetórias migratórias, mas como sujeitos de carência por ainda não dominarem a língua portuguesa. Ademais, não vislumbram nem reconhecem a diversidade cultural e linguística na escola, impossibilitando que os próprios alunos brasileiros tenham contato com outras línguas como possibilidade de interação com outras culturas. Toda a comunicação visual registrada nos espaços está em português, reforçando essa atitude.

Neste caso, trata-se de relações entre línguas minoritárias e majoritárias naquele espaço. Cabe reforçar que, em Foz do Iguaçu, o espanhol é a língua de maior contato, naturalmente pela realidade do contexto fronteiriço com o castelhano da Argentina e do Paraguai. Há obrigatoriedade de oferta, mas não de frequência nos anos iniciais.

No caso das escolas pesquisadas, são oferecidas somente algumas aulas semanais de inglês aos quartos e quintos anos. Essa é uma recente política linguística no município (Lei n. 5.215, de 14 de março de 2023). Para além desta afirmativa, podemos reforçar, mediante aspectos sócio-históricos, que a escola se constituiu como lugar de hegemonia da cultura e, consequentemente, da língua.

Ao concebermos a cultura e a língua a partir de aspectos singulares, dá-se início de unificação, e não interação, desconsiderando-se a pluralidade das diferentes culturas e línguas. Portanto, considerar a cultura e, consequentemente, a língua, como um mecanismo

de “controle é de certa forma singularizar a diversidade cultural” (Bona e Bona, 2016, p. 423).

Destacamos que se trata de processo de construção histórica dos estados nacionais por meio da homogeneização cultural em que o processo de escolarização exerceu um papel fundamental ao difundir e consolidar uma cultura comum de base ocidental (Candau e Russo, 2010). Dessa forma:

A cultura escolar dominante nas instituições educativas construída fundamentalmente a partir da matriz político-social e epistemológica da modernidade prioriza o comum, o uniforme, o homogêneo, considerados como elementos constitutivos do universal. Nesta ótica, as diferenças são ignoradas ou consideradas um “problema” a resolver (Candau, 2011, p. 241).

Para a autora, as diferenças culturais são observadas, com frequência, como um problema recente, e externo à escola, constituindo um corpo estranho às suas preocupações cotidianas. E a língua oficializada pelo estado posiciona o poder deste por meio dessa educação escolarizada. Segundo Bourdieu (1982, p. 32):

a língua oficial está enredada com o Estado, tanto em sua gênese como em seus usos sociais. É no processo de constituição do Estado que se criam as condições da constituição de um mercado linguístico unificado e dominado pela língua oficial: obrigatória em ocasiões e espaços oficiais (escolas, entidades públicas, instituições políticas etc.), esta língua de Estado torna-se a norma teórica pela qual todas as práticas linguísticas são objetivamente medidas.

Remetendo ao poder de demarcação dos espaços de visibilidade das línguas, desse ambiente do público, a escola, para apreender dos sinais os fenômenos sociolinguísticos, especificamente a paisagem linguística, constatamos que nele não se revelam estratégias visuais que privilegiem, induzam, promovam diversidade linguística que acolham os falantes de outras línguas. Ou seja, não há iniciativas declaradas para torná-las visíveis.

A ausência de expressões, palavras, recados, indicações, dentre outras informações, desvela aspectos e posicionamentos de diversas dimensões e ordens referentes à compreensão de como, quanto e de que forma as instituições escolares se envolvem ou não na promoção da diversidade linguística e cultural, nos seus espaços, visibilizando e invisibilizando línguas e recursos linguísticos das populações escolares (Vecchia, 2016).

Nesta perspectiva, a paisagem linguística externa os limites determinados pela regulação do uso da linguagem nesse espaço. E, neste contexto específico, o que observamos é que não há indicadores de aplicação educativa, ou como recurso didático, pedagógico da paisagem linguística para desenvolver a consciência linguística de alunos e professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste contexto específico, o que se observa é que não há indicadores de aplicação educativa, ou como recurso didático, pedagógico da paisagem linguística para desenvolver a consciência linguística de alunos e professores. Nesta ordem, percebemos que nessas instituições ainda não há predisposições e deslumbramentos para as várias línguas do mundo, de acordo com Lourenço e Melo-Pfeifer, (2022).

Nesse ambiente, a língua portuguesa é protagonista e hegemônica, valorizada como instrumento de comunicação, como caminho e recurso para a construção de outros conhecimentos escolarizados. Dentro do espaço dessas escolas em estudo há mecanismos de poder que estabelecem normativas de controle, e instituem comportamentos que regulam as diferentes formas de manifestações e autoriza ou não o que interessa ser percebido.

Desse modo, não só os aparatos do Estado estabelecem normativas que controlam o que pode ser feito, o que deve ser visto, como também os próprios indivíduos, apropriando-se de premissas estabelecidas por determinado grupo dominante que regula o discurso do que lhe convém (Berger e Lecheta, 2019, p. 406).

Nesta ótica, diante do que se visualiza, ou não se visualiza, externam-se indícios de que não há reconhecimento da pluralidade cultural e linguística como constitutiva desse contexto de aprendizagem, e nem como instrumento e objetivo transversal da educação escolar, que vise uma educação linguística plural.

Desse modo, faz-se relevante abordar essa temática como parte dos estudos sociológicos dos programas dos cursos de formação de professores. Consideramos esses conhecimentos necessários para promover a compreensão do ambiente sociolinguístico e do entorno social em que se funda a formação docente e que, por isso, assentam as bases necessárias para a realização de pesquisas com vistas à consolidação de pedagogias e culturas escolares de fronteira (Oliveira, 2023).

Nesse sentido, compreendemos ser necessário e urgente que instituições situadas nessas regiões se percebam como 'escolas da fronteira', nas quais incidem outros saberes, outras dinâmicas, outras 'línguas', outras formas de organização social e cultural. Conforme Tallei (2020, p. 168), "la posibilidad de transbordar para crear translugares escolares está en el reconocimiento de las escuelas como fronterizas, y ese es un lugar que hasta ahora no parece ser asumido por los sujetos institucionales que transitan la escuela".

Ao desenvolver uma política linguística para escolas multilíngues, é importante reconhecer que, além do repertório escolar que as crianças precisam adquirir, elas também trazem vários repertórios adicionais para a escola. Repertórios que não são vistos como um "problema" ou "uma desvantagem" para o sucesso escolar, mas como

uma “riqueza”, como um valor cultural ou uma oportunidade de aprendizagem e de promoção da igualdade de oportunidades.

REFERÊNCIAS

ALTENHOFEN, Cléo. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. *In: NICOLAIDES, Christine et al. (Orgs.). Política e políticas linguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 2013. p. 93-116.

BERGER, I. R. As línguas e seus lugares nas fronteiras: desafios da formação de professores em contextos multilíngues. **Travessias Interativas**, São Cristóvão, v. 12, n. 25, p. 124-140, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/Travessias/article/view/17073>. Acesso em: setembro de 2023.

BERGER, Isis. As línguas pelas ruas da cidade: o estudo da paisagem linguística urbana em contextos plurilíngues. *In: SEVERO, Cristine (Org.). Políticas E Direitos Linguísticos: Revisões Teóricas, Temas Atuais e Propostas Didáticas*. Campinas: Pontes Editores, 2022, p. 127-147.

BERGER, I. R.; LECHETA, M. A paisagem linguística de um campus universitário fronteiriço: língua e poder em perspectiva. **Entrepalavras**, v. 9, n. 2, p. 396-414, maio-ago./2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/46431/1/2019_art_mlechetairberger.pdf. Acesso em: junho de 2025.

BLANCO, A. M.; AUGUSTINHO, F. **Mapeamento demolinguístico de estudantes internacionais na Rede Municipal de Educação de Foz do Iguaçu**: relatório informativo 2024. Foz do Iguaçu: UNILA, 2025. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/noticias/mapeamento-identifica-alunos-internacionais-na-rede-municipal/mapeamento.pdf>. Acesso em: dezembro de 2025.

BONA, J.; BONA, C. T. A. A cultura como mecanismo de controle: um estudo sobre a homogeneização cultural no espaço escolar. **Cadernos de Educação Tecnologias e Sociedade**. Inhumas, v. 9, n. 3, p. 423-430, 2016.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

CARDIN, E. G. **A expansão do capital e as dinâmicas da fronteira**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2010.

CHARTIER, R. O mundo como representação. *In*: _____. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. p. 61-80.

DÓREA, C. R. D. A arquitetura escolar como objeto de pesquisa em História da Educação. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 49, p. 161-181, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/VRQSPBcDhQscb7bYn4C5Qq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: maio de 2025.

ESCOLANO, A.; VIÑAO FRAGO, A. **Currículo, espaço e subjetividade**. A arquitetura como programa. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1998.

GOMES, P. **O lugar do olhar**: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

LANDRY, R.; BOURHIS, R. Linguistic landscape and ethnolinguistic vitality: an empirical study. **Journal of Language and Social Psychology**, v. 16, n. 1, p. 23- 49. 1997.

LOURENÇO, M.; MELO-PFEIFER, S. A paisagem linguística: uma ferramenta pedagógica no âmbito de uma educação plurilingue e para a cidadania global. **Diacrítica**, v. 36, n. 2, p. 209-231, 2022. Disponível em: <https://revistas.uminho.pt/index.php/diacritica/article/view/4815/5282>. Acesso em: maio de 2025.

MORELLO, R. **Leis e línguas no Brasil**: O processo de cooficialização e suas potencialidades. Florianópolis: IPOL, 2015.

OLIVEIRA, C. R. G. A. **Cultura escolar em contexto de fronteira**: um olhar sobre as práticas pedagógicas e escolares. 2023. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2023.

SILVA, A. M. V.; ALMEIDA, L. P. Fronteiras, mobilidades e desigualdades: uma reflexão sobre a escola de/na fronteira. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 707-724, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v25n2/v25n2a21.pdf>. Acesso em: julho de 2025.

TALLEI, J. I. La formación permanente docente en la frontera: pensar desde un translugar fronterizo. *In*: BERGER, I. R.; REDEL, E. **Políticas de gestão do multilinguismo**: práticas e debates. Campinas: Pontes, 2020. p. 155-170.

VECCHIA, A. D. Paisagem linguística como instrumento de políticas linguísticas em uma colônia de imigração suábica/alemã. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, n. 45, v.2, p. 638-650, 2016. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/652/1052>. Acesso em: junho de 2025.



6

Tarissa Marques Rodrigues dos Santos

Patrícia Teixeira Tavano

Suzana Vinícia Mancilla Barreda

Mariana Vaca Conde

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E MIGRAÇÃO:

**A EXPERIÊNCIA COM A CONSTRUÇÃO
DO PROTOCOLO DE ACOLHIMENTO
E ATENDIMENTO AO MIGRANTE
INTERNACIONAL EM CORUMBÁ (MS)**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-657-9.6

INTRODUÇÃO

Corumbá-MS, localizada na fronteira entre o Brasil e a Bolívia, configura-se como um espaço marcado pela circulação intensa de pessoas, línguas e culturas. A presença constante de migrantes, principalmente bolivianos, constitui uma realidade complexa que desafia cotidianamente as políticas públicas municipais. Dentre os diversos serviços impactados, a educação pública emerge como um campo sensível e estratégico, pois é nela que se expressam, com maior evidência, as demandas por acesso, permanência e inclusão de sujeitos em mobilidade.

Historicamente, a ausência de diretrizes claras sobre o atendimento educacional de migrantes dificultava o acolhimento adequado nas escolas da rede municipal. Equipes gestoras e pedagógicas precisavam lidar com barreiras linguísticas, dúvidas sobre a documentação necessária para matrícula, diferentes níveis de escolarização e vivências culturais diversas, muitas vezes sem apoio institucional. Esse cenário evidenciava a urgência de uma política pública estruturada, capaz de garantir o direito à educação de forma equânime, respeitosa e humanizada.

Foi nesse contexto que se iniciou, de forma intersetorial e participativa, o processo de construção do Protocolo de Atendimento ao Migrante Internacional em Corumbá. O documento foi pensado para orientar os serviços públicos — especialmente nas áreas de assistência social, saúde e educação — quanto aos procedimentos e fluxos de acolhimento, com base nos direitos fundamentais e na dignidade das pessoas migrantes. A educação, como um dos pilares do protocolo, ganhou destaque por ser frequentemente a porta de entrada das famílias migrantes no contato com o poder público.

Discorreremos neste texto sobre o processo de construção e aprovação do Protocolo de Atendimento ao Migrante no município

de Corumbá-MS, documento esse integrante do projeto “Atendimento e Acolhida aos Migrantes Internacionais em Municípios de Fronteira: Análise e Acompanhamento na Implantação de Protocolos de Acolhimento a Pessoas em Diferentes Situações Migratórias em Foz do Iguaçu (PR) e Corumbá (MS)”, financiado pelo CNPq através da chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 40/2022-PRÓ-HUMANIDADES, e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa sob CAAE 70506623.5.1001.0021.

Destacamos os desafios e os avanços no campo educacional, buscando compreender como as políticas públicas foram articuladas frente à realidade migratória da cidade de Corumbá (MS), quais os principais entraves enfrentados para a implementação do Protocolo pelo sistema público municipal de educação, e os impactos podem ser observados após sua institucionalização. Ao fazer isso, pretendemos contribuir com reflexões sobre o papel da educação em contextos de fronteira e com a formulação de políticas públicas que reconheçam os direitos de todas as pessoas, independentemente de sua nacionalidade ou situação migratória.

A CONSTRUÇÃO DO PROTOCOLO: ARTICULAÇÕES E DIRETRIZES NO CAMPO EDUCACIONAL

Este artigo é resultado de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e analítico, com base em análise documental e observação participante. O principal documento analisado foi o Protocolo de Atendimento ao Migrante Internacional no Município de Corumbá-MS, publicado no Diário Oficial do Município de Corumbá em 10 de junho de 2024, e elaborado de forma intersetorial com a participação da Secretaria Municipal de Educação, Saúde, Assistência Social, Procuradoria Jurídica, Defensoria Pública, organizações da sociedade civil e pesquisadores locais.

A análise parte da experiência prática vivida durante o processo de construção do Protocolo, com envolvimento direto em reuniões, oficinas, grupos de trabalho e debates intersetoriais. Também foram utilizados registros administrativos, atas de reuniões e relatos institucionais sobre os desafios enfrentados no contexto educacional.

O referencial teórico articula autores que discutem migração, educação linguística e interculturalidade, políticas públicas em territórios de fronteira e direitos humanos, como Candau (2012), Cavalcanti (2017), García (2010), Oliveira e Ribeiro (2020), e Dardot e Laval (2016). Essa base sustenta uma análise crítica da implementação do Protocolo, com foco na garantia do direito à educação da população migrante em Corumbá.

A construção do Protocolo de Atendimento ao Migrante Internacional em Corumbá-MS foi resultado de um processo coletivo, intersetorial e marcado pelo compromisso com os direitos humanos. A mobilização teve início a partir do reconhecimento, por parte de diferentes setores da administração municipal, de que os serviços públicos não estavam preparados para atender de forma adequada e padronizada a população migrante presente no território. A ausência de orientações formais gerava práticas desiguais entre as unidades escolares, equipamentos de saúde e serviços socioassistenciais, tornando urgente a elaboração de um documento que orientasse os fluxos de atendimento e garantisse o acesso aos direitos fundamentais (Cavalcanti, 2017).

A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) teve papel fundamental nesse processo, uma vez que a escola é, com frequência, o primeiro equipamento público procurado pelas famílias migrantes. Educadores e gestores relatavam dificuldades cotidianas relacionadas à matrícula de estudantes estrangeiros - identificados assim de forma genérica -, à aceitação de documentos escolares de outros países, à adaptação pedagógica e ao acolhimento linguístico e cultural. Muitas dessas situações eram resolvidas de forma

improvisada, sem respaldo jurídico claro, o que gerava insegurança para os profissionais e, principalmente, para as famílias migrantes (Oliveira; Ribeiro, 2020).

Durante o processo de construção do Protocolo, foram realizadas reuniões técnicas e oficinas intersetoriais que contaram com a participação de profissionais da educação, assistência social, saúde, Procuradoria Jurídica, além de representantes da sociedade civil e pesquisadores atuantes na temática migratória. No âmbito educacional, discutiram-se estratégias para garantir a matrícula de estudantes sem documentação regular, a validação de certificados emitidos em outros países, o acompanhamento pedagógico em situações de defasagem escolar e o fortalecimento do acolhimento institucional nas escolas (Machado, 2022).

O Protocolo incorporou, entre suas diretrizes, a garantia de acesso à matrícula independentemente da situação documental da criança ou adolescente, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) e com a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017). Também foram previstas ações voltadas à formação continuada dos profissionais da educação, com enfoque na diversidade cultural, nos direitos da população migrante e na promoção de um ambiente escolar acolhedor e livre de discriminações (UNESCO, 2019).

A elaboração do Protocolo representou, portanto, uma resposta institucional à demanda por uma política educacional inclusiva e sensível à realidade migratória do município. Como destaca Candau (2012), é urgente que a escola pública reconheça a pluralidade cultural de seus sujeitos e promova práticas pedagógicas que respeitem as trajetórias de vida dos estudantes migrantes.

Figura 09 - Protocolo de Acolhimento e Atendimento aos Migrantes Internacionais em Corumbá



Fonte: <https://migrafron.ufms.br/producoes/>

As principais diretrizes educacionais estabelecidas pelo documento, com destaque para a garantia de matrícula, os mecanismos de acolhimento linguístico e cultural e a formação continuada de profissionais da educação, discutindo suas implicações políticas e pedagógicas à luz do contexto fronteiriço.

Entre os princípios consolidados no Protocolo, destaca-se o direito à matrícula imediata e incondicional, independentemente da situação documental do estudante ou de sua nacionalidade. De forma

clara, o documento afirma: “garantir o acesso e permanência de crianças, adolescentes, jovens e adultos migrantes no sistema educacional, independentemente da documentação pessoal ou comprovação de escolarização anterior” (Corumbá, 2024, p. 20).

Essa orientação corrige uma prática recorrente nas escolas localizadas nos espaço-tempo de fronteiras internacionais, onde a ausência de documentos costumava gerar atrasos, recusas ou indefinições. Na ausência de documentação, o protocolo estabelece que a unidade educacional deve realizar “uma avaliação diagnóstica para o ingresso e a devida classificação do/a estudante migrante” (Corumbá, 2024, p. 20), respeitando sua trajetória escolar e evitando retrocessos no processo de aprendizagem.

É importante observar que o aspecto linguístico está presente nos procedimentos de análise documental dos alunos migrantes, especialmente quando estes são procedentes de países em que a língua materna requer tradução especializada. Inclusive entre os alunos bolivianos, a equivalência curricular com o currículo brasileiro implica em análise que demanda atenção para uma classificação adequada.

Outro eixo fundamental estabelecido pelo Protocolo é o compromisso com o acolhimento linguístico e cultural, reconhecendo que o ingresso de estudantes migrantes exige adaptações pedagógicas e ações institucionais que respeitem suas identidades. De acordo com o documento: “as unidades escolares deverão promover ações de acolhimento linguístico e cultural no ambiente escolar que favoreçam a inserção dos estudantes migrantes” (Corumbá, 2024, p. 20).

Essa diretriz visa garantir um espaço educativo que reconheça os repertórios linguísticos e as experiências culturais como parte constitutiva do processo educativo, especialmente em uma região onde a presença do espanhol e de línguas indígenas é cotidiana.

A terceira diretriz de destaque refere-se à formação continuada dos profissionais da educação, compreendida como condição

essencial para a efetividade das ações propostas. O Protocolo orienta que a gestão municipal assegure espaços formativos permanentes voltados ao atendimento qualificado da população migrante, com foco em direitos humanos, diversidade cultural e enfrentamento às práticas discriminatórias. Nesse sentido, no Protocolo, foi pensado em um programa de Formação Permanente em Fronteiras (PROFRON), como um dos instrumentos estratégicos de capacitação.

Conforme consta no documento: “Recomenda-se que o conteúdo relacionado à migração internacional seja incorporado ao PROFRON, contribuindo para a formação técnica e humanizada das equipes municipais que atuam com a temática” (Corumbá, 2024, p. 21). A proposta reconhece que o fenômeno migratório é transversal e demanda preparo específico das equipes escolares para além das rotinas administrativas, valorizando a escuta sensível e o acolhimento intercultural como práticas pedagógicas fundamentais.

O protocolo orienta que a gestão municipal assegure ações permanentes de formação voltadas ao atendimento da população migrante, com foco na valorização da diversidade e no enfrentamento às práticas discriminatórias. Conforme expresso no documento: “garantir formação continuada aos profissionais da educação para o atendimento qualificado à população migrante, com enfoque em direitos humanos, diversidade cultural e enfrentamento à xenofobia” (Corumbá, 2024, p. 21). Esta orientação reforça a importância da dimensão pedagógica do acolhimento, superando improvisações e estabelecendo o compromisso da escola com os princípios democráticos.

Por fim, o documento também assume uma posição firme contra a xenofobia, afirmando a necessidade de “adotar medidas institucionais para prevenir e enfrentar atitudes xenofóbicas e discriminatórias no ambiente escolar” (Corumbá, 2024, p. 21). Tal posicionamento é fundamental para consolidar a escola como um espaço de convivência, escuta e respeito à diferença.

Assim, o Protocolo não apenas formaliza direitos, mas propõe uma nova postura institucional frente à migração. Ele convida as escolas a se reinventarem, a partir da escuta sensível, da pedagogia do acolhimento e da construção de práticas interculturais que dialoguem com os sujeitos reais que hoje compõem a rede pública municipal de ensino em Corumbá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aprovação do Protocolo de Atendimento ao Migrante em Corumbá representou um importante avanço institucional na formalização de práticas mais humanizadas, inclusivas e intersetoriais. No entanto, sua implementação no cotidiano das escolas municipais tem sido marcada por desafios que revelam tanto limites estruturais quanto culturais nas políticas públicas educacionais locais.

A SEMED (gestão 2021-2024) passou a integrar de forma ativa o Comitê Gestor responsável pela aplicação e monitoramento do documento, assumindo o compromisso de articular as escolas, orientar os procedimentos internos e garantir o cumprimento das diretrizes estabelecidas. A construção desse instrumento não apenas formalizou práticas já adotadas por algumas unidades escolares, como também impulsionou mudanças estruturais no modo como a educação pública municipal se posiciona diante da migração internacional.

Um dos principais entraves identificados diz respeito à formação dos profissionais da educação. Muitos professores e gestores não possuem preparo específico para lidar com questões relacionadas à migração internacional, o que gera insegurança diante de situações que exigem conhecimento sobre direitos legais, abordagens interculturais e estratégias de acolhimento linguístico e pedagógico

(Oliveira; Ribeiro, 2020). A ausência de formação continuada e sistemática sobre a temática migratória compromete a efetividade das diretrizes propostas pelo Protocolo, que, embora normatize o direito à matrícula mesmo em ausência de documentação, depende da mediação dos profissionais escolares para ser aplicado.

Outro desafio recorrente está ligado às barreiras linguísticas. Apesar da proximidade geográfica e cultural com os migrantes bolivianos, muitos estudantes e suas famílias enfrentam dificuldades na comunicação, principalmente quando falam espanhol ou línguas indígenas. A ausência de profissionais bilíngues ou de materiais didáticos adaptados agrava essa lacuna, dificultando tanto a inserção quanto a permanência dos alunos no ambiente escolar. Como destaca García (2010), a linguagem é central nos processos de inclusão, e a escola precisa ser pensada como espaço multilinguístico e multicultural.

A estrutura da rede municipal também enfrenta dificuldades relacionadas ao número reduzido de equipes técnicas especializadas, como psicólogos, assistentes sociais e orientadores pedagógicos com experiência em atendimento de populações migrantes. Essa limitação compromete a capacidade de acompanhamento individualizado dos estudantes em situação de vulnerabilidade, e muitas vezes sobrecarrega os professores, que acabam assumindo múltiplas funções.

Além disso, aspectos culturais e simbólicos também influenciam a aplicação do Protocolo. Ainda persistem estigmas e preconceitos contra a população migrante em alguns contextos escolares, o que pode gerar situações de exclusão ou negligência institucional. Como reforça Candau (2012), a escola precisa ser um espaço de construção de valores democráticos, e isso implica romper com atitudes discriminatórias naturalizadas no cotidiano.

Por fim, a falta de monitoramento sistemático da aplicação do Protocolo representa um obstáculo à sua consolidação. A ausência

de mecanismos de avaliação e de indicadores de efetividade torna difícil mensurar seu impacto real nas escolas e ajustar os fluxos quando necessário. Essa lacuna reforça a importância de fortalecer os espaços de gestão intersetorial e de escuta das comunidades escolares, como forma de garantir que o documento não se limite ao papel, mas oriente ações concretas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.** Esta Lei dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: dezembro de 2025.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: dezembro de 2025.

CANDAU, V. M. **Educação intercultural:** mediações e tensões. Petrópolis: Vozes, 2012.

CAVALCANTI, L. **Migrações internacionais, políticas públicas e integração local.** Brasília: OBMigra, 2017.

CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. **Protocolo de acolhimento e atendimento aos migrantes internacionais.** Corumbá: Prefeitura Municipal de Corumbá, 2024. Disponível em: <https://do.corumba.ms.gov.br/legislacao/corumba/detalhes/37171>. Acesso em: dezembro de 2025.

MACHADO, P. **Educação e Migração na Fronteira:** políticas e práticas de inclusão. [S. l.]: Revista Brasileira de Educação, 2022.

OLIVEIRA, T.; RIBEIRO, A. P. **Educação de migrantes e refugiados no Brasil:** caminhos para a inclusão escolar. [S. l.]: Cadernos de Pesquisa, 2020.

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). **Educação e migração:** promover escolas inclusivas para estudantes migrantes. Paris: UNESCO, 2019.

SOBRE A ORGANIZADORA E O ORGANIZADOR

Cíntia Fiorotti Lima

Doutorado em Educação pelo PPG em Educação da UNIOESTE. Doutorado em História pelo PPG em História da UFU. Pós-doutorado e Mestrado pelo PPG em História e licenciatura e bacharelado em História pela UNIOESTE. Especialização em Metodologia e Técnicas de Ensino pela UTFPR. Licenciatura em Pedagogia pela FAG e licenciatura em Letras-Libras pela UNIOESTE. Membro do Laboratório de Pesquisa em Fronteiras, Estado e Relações Sociais – LAFRONT (www.gpfroteras.com).

Eric Gustavo Cardin

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pós-doutorado em Antropologia Social pela Universidad Nacional de Misiones (UNaM/Argentina). Atualmente, atua como professor nos curso de graduação em Ciências Sociais e no Programa de Pós-graduação "Sociedade, Cultura e Fronteiras" da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). É membro do Grupo de Pesquisa "Fronteiras, Estado e Relações Sociais" e coordenador do LAFRONT (www.gpfroteras.com).

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Anderson Luís do Espírito Santo

Doutor em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestre em Estudos Fronteiriços pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Bacharel em Administração (UFMS) e Licenciado em Sociologia (UNIP). Pesquisador e professor adjunto no curso de Administração e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (PPGEF) na UFMS, Campus do Pantanal (UFMS-CPAN). Coordenador e pesquisador do Observatório de Inovação Social da Fronteira (OBISFRON) e do Núcleo de Estudos em Inovações Sociais da Fronteira (NEISF-UFMS).

Cátia Regina Guidio Alves de Oliveira

Possui graduação em Pedagogia (1997) e mestrado em Educação Escolar (2004) pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Escolar da FCL - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, Campus de Araraquara-SP. Atuou como docente na Faculdade Anglo-Americano e no Centro Universitário Dinâmica das Cataratas, em Foz do Iguaçu, PR. É Doutora pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Interdisciplinar Sociedade, Cultura e Fronteiras (2023) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Campus de Foz do Iguaçu.

Edinalva Severo

Graduada em Serviço Social pela UNOPAR, em Ciências Contábeis pela UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1995) e licenciada em MATEMÁTICA pelo PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2005). Pós graduada em Auditoria e Perícia Contábil pela UNIOESTE e Especialização em Políticas Públicas de Atendimento à Criança e ao Adolescente pelo ISEPE. Membro do Grupo de Trabalho Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária. Atuou na gestão do Sistema único de Assistência Social - SUAS, na elaboração de projetos sociais em Foz do Iguaçu, Paraná.

Erika Luana Lopez Flores

Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestre em Estudos Fronteiriços pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Atualmente é técnica ambiental no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e anteriormente ocupou o cargo de assistente em administração na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Franciele Maria Martiny

Graduada em Jornalismo pela União Educacional de Cascavel. Especialista em Assessoria de Imprensa e Comunicação Empresarial pela União Educacional de Cascavel. Especialista em Linguagem, Literatura e Ensino pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná e graduada em Letras Português/Alemão pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Mestre pelo Programa *Strictu Sensu* "Linguagem e Sociedade" da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com bolsa da Demanda Social/CAPES. Doutora em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Docente da área de Letras e Linguística da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), do curso de Especialização em Ensino-Aprendizagem de Línguas Adicionais (EAALA) e do Programa Profissional de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU).

José Lindomar Coelho Albuquerque

Professor Titular de Sociologia atuando na graduação e pós-graduação do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Participou do programa do CEBRAP (Formação de Novos Quadros Profissionais) e realizou estágios pós-doutorais na Universidad Pablo de Olavide (UPD), Sevilha (Espanha), na Universidad Complutense de Madrid e na Universidade Nova de Lisboa (UNL). Bolsista Produtividade do CNPq nível C. É coordenador do grupo de pesquisa Laboratório de Investigação em Migração, Nação e Região de fronteira (LIMINAR).

Jorgelina Ivana Tallei

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Letras - Língua Espanhola e Literatura Espanhola e Hispano-Americana pela Universidade de São Paulo (2010) e Mestrado Profissionalizante na Área de Novas Tecnologias, pelo Instituto Universitário de Posgrado (Espanha). Licenciada em Letras pela Universidad Nacional de Rosario. Atualmente é Professora de Língua Espanhola, como língua adicional, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Atua na pós-graduação no Programa de Literatura Comparada da UNILA e no Programa de Pós-graduação em Ensino da Unioeste. Coordena o Grupo de Pesquisa Estudos Transfronteizos: línguas, educação, política e literaturas na margem.

Karla Karine de Maria Luciano

Graduada em Serviço Social pela Faculdade União das Américas (2008). Mestrado realizado no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Unioeste. Atualmente é servidora efetiva do município de Foz do Iguaçu (PR) atuando como assistente social/coordenadora e conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Mariana Vaca Conde

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), mestrado em Estudos Fronteiriços pela UFMS, Campus do Pantanal. Graduada em Letras com habilitação em português e espanhol pela mesma instituição e professora efetiva de língua espanhola na Rede Municipal de Ensino de Corumbá - MS. Membro dos Grupos de Pesquisa UFMS/CNPq: Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (Migrafron), Linguagens e Feminismos: gênero, letramentos e identidades (Gelf) /Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguagens e Educação (Geple). Membro do Comitê Municipal de Atenção aos Imigrantes, Refugiados e Apátridas do Município de Corumbá/MS (Comaira).

Patrícia Teixeira Tavano

Pós-doutorado em Estudos Fronteiriços (2024) pela UFMS. Doutorado (2015) e Mestrado (2011) em Educação pela USP/SP. Graduada em Pedagogia pela ULBRA/RS (2009). Graduada em Fisioterapia pela UNESP (1999). Especialização em Magistério do Ensino Superior pela PUC/SP (2002) e em Didática e Metodologia do Ensino pela Uniderp (2009). Atualmente é professora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, atuando nos cursos de licenciatura e pós-graduação, desenvolvendo pesquisas com a temática Currículo e Formação de Professores no contexto de fronteiras internacionais. É líder do GEPEC-Front (Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículo e Práticas Escolares na Fronteira) e coordenadora do Migrafron (Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais).

Suzana Vinicia Mancilla Barreda

Licenciada em Letras, com habilitação em português e espanhol, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestre em Educação pela mesma instituição e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professora associada da UFMS, atuando no Curso de Licenciatura em Letras habilitação em português e espanhol, da Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (FAALC). É docente no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL/UFMS). Integra o Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (Migrafron), o Grupo de Pesquisa Fronteira e Imigrações (UFMS/CNPq) e o Observatório da Rota Bioceânica (UEMS/CNPq).

Tarissa Marques Rodrigues dos Santos

Pós-doutoranda em Fronteiras Andinas pela Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales da Universidad Nacional de Jujuy (UNJu Argentina). Doutora em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2024). Mestra em Estudos Fronteiriços pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2021). Especialista em Alfabetização e Letramento pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2022). Especialista em Artes Visuais pela Faculdades Integradas de Jacarepaguá (2011) e Gestão Escolar pelo Centro Universitário Barão do Mauá (2012). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2008). Professora Efetiva na Rede Municipal de Ensino de Corumbá (MS) e Ladário (MS). É pesquisadora do Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (Migrafron).

ABREVIATURAS UTILIZADAS

Abreviatura	Significado
ALEMS	Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CCJR	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
CEMEIs	Centros Municipais de Educação Infantil
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CF-88	Constituição Federal de 1988
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
Ed.	Editora
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOM	Instituto Comunitário Grande Florianópolis
LAFRONT	Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão "Fronteiras, Estado e Relações Sociais"
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MIN	Ministério da Integração Regional
n.	Número
OBMIGRA	Observatório das Migrações Internacionais
OIM	Organização Internacional para as Migrações
p.	Página
PAM	Protocolo de Assistência a Migrantes em Situação de Vulnerabilidade



PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PROFRON	Programa de Formação Permanente em Fronteiras
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNaM	Universidade Nacional de Misiones/Argentina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
USAID	United States Agency for International Development (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)
UTFPR	Universidade Federal Tecnológica do Paraná

ÍNDICE REMISSIVO

A

acolhimento institucional 41, 43, 124
acolhimento provisório 41
atendimento socioassistencial 31

B

barreiras linguísticas 16, 121, 129

C

Cadastro Único 14, 31, 38, 48, 88, 135
Casa de Passagem 41, 46, 88
Casa do Migrante 40, 56, 79, 84, 85, 88, 94
Centro de Referência de Assistência Social 13, 31, 38, 88, 135
Centro de Referência Especializado de Assistência Social 40
circulações transfronteiriças 25
classes subalternas 26, 29
cofinanciamento de serviços 48
comunidade migrante 48, 87
convívio familiar e comunitário 88

D

deslocamento pendular 24
direitos fundamentais 31, 40, 73, 121, 123
direitos humanos 34, 90, 92, 93, 95, 96, 97, 123, 127
direitos sociais 13, 15, 16, 28, 29

E

educação escolar 15, 102, 103, 105, 107, 117
equipamentos públicos 16, 55, 56, 57
exército industrial de reserva 21, 29
experiência 20, 48, 77, 87, 120, 123, 129

F

faixa de fronteira 12, 26, 35, 74
fluxos migratórios 18, 21, 22, 24, 26, 29, 74, 83, 105

força de trabalho 18, 20, 21, 23, 29, 30
fronteira internacional 19, 22, 23, 26, 27

G

garantia de direitos 30, 31, 47, 73, 93
georreferenciamento 14, 38, 55

I

identidades transnacionais 21
inserção no mercado de trabalho 46, 71
integração econômica e cultural 27
intercâmbios simbólicos e culturais 23

L

livros 35

M

mediação cultural 47
mercado de trabalho 14, 29, 31, 46, 52, 55, 60, 65, 66, 68, 71, 98
migração Sul-Norte 21
migração Sul-Sul 22, 32
migrações internacionais 13, 18, 19, 20, 22, 24, 97, 98
migrações transfronteiriças 25
mobilidade 20, 25, 53, 77, 81, 84, 90, 95, 96, 98, 99, 102, 105, 121
movimentos migratórios 19, 20, 21, 24, 78
movimentos pendulares populacionais 25

N

Norte Global 19, 20, 63

P

paisagem linguística 15, 103, 104, 108, 109, 112, 115, 116, 118, 119
Plano Municipal de Políticas Públicas 33
políticas migratórias 22, 30, 82, 102
políticas públicas 12, 15, 16, 27, 28, 33, 34, 45, 47, 78, 79, 83, 84, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 97, 121, 122, 123, 128, 130

população migrante 12, 13, 14, 15, 18, 19, 23, 30, 31, 33, 34, 41, 52, 56, 60, 61, 66, 73, 78, 94, 123, 124, 127, 129

povos oriundos do oriente médio 39

práticas pedagógicas e escolares 15, 102, 103, 107, 119

prevenção de situações de risco social 30

processos migratórios 13, 14, 18, 21, 54, 89

Programa Bolsa Família 32, 88

Programa de Guarda Subsidiada 42

Programas Sociais do Governo Federal 48, 135

Proteção Social Básica 30, 136

Proteção Social Especial 30, 136

Protocolo de Assistência a Migrantes em Situação de Vulnerabilidade 33, 44, 135

Protocolo de Atendimento a Migrantes 33

R

rede de proteção ao migrante 40

rede intersetorial 48

redes colaborativas 83

redes de apoio 31, 84

redes formais e informais 14, 79, 96

regularização documental 33, 89, 90, 96

regularização migratória 40, 46, 93

residentes fronteiriços 19, 28

risco social 30, 31, 34, 40

S

seguranças socioassistenciais 30

Serviço Especializado em Abordagem Social 40

serviços públicos 14, 19, 30, 46, 72, 73, 84, 85, 121, 123

Sistema Único de Assistência Social 19, 31, 36, 38, 136

situação migratória irregular 27

Sul Global 19, 20, 22

superexploração 23

T

território fronteiriço 34

territórios circulatorios 21

trabalho infantil 40

tráfico de pessoas 93, 96

V

vínculos familiares e comunitários 30

vulnerabilidade social 30, 89

X

xenofobia 18, 34, 61, 68, 69, 74, 86, 87, 127

WWW.PIMENTACULTURAL.com

FRONTEIRAS e MIGRAÇÕES

Políticas públicas
e o acesso a direitos em
municípios fronteiriços



PPGSCF
Programa de Pós-Graduação em
Sociedade, Cultura e Fronteiras

